



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

SARAH DIAS MARTINEZ AMBROGI

**PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO
POR AGENTES SOCIAIS EXCLUÍDOS:
O JARDIM JOÃO TURQUINO**

Londrina
2008

SARAH DIAS MARTINEZ AMBROGI

**PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO
POR AGENTES SOCIAIS EXCLUÍDOS:
O JARDIM JOÃO TURQUINO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação, em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Alice Yatiyo Asari

Londrina
2008

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

A495p Ambrogi, Sarah Dias Martinez.

Produção e transformação do espaço urbano por agentes sociais excluídos : c
Jardim João Turquino / Sarah Dias Martinez Ambrogi. – Londrina, 2008.
171 f. : il.

Orientador: Alice Yatiyo Asari.

Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) –
Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2008.

Inclui bibliografia.

1. Cidades e vilas – Londrina (PR) – Teses. 2. Espaço urbano – Segregação –
Teses. 3. Geografia urbana – Teses. I. Asari, Alice Yatiyo. II. Universidade
Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação
em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento. III. Título.

CDU 911.3::711

SARAH DIAS MARTINEZ AMBROGI

PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

POR AGENTES SOCIAIS EXCLUÍDOS:

O JARDIM JOÃO TURQUINO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação, em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alice Yatio Assari
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Dra. Ruth Y. Tsukamoto
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. William Ribeiro da Silva
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Londrina, 7 de março de 2008.

Dedico esse trabalho a meus alunos para que se libertem da
pseudo-imagem de excluídos sociais que lhes
foi imposta e mostrem ao mundo o seu
incrível potencial transformador.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela sua divina presença expressa através da confiança e motivação da minha família geradora; meus pais Joaquim Carlos e Célia, e meu irmão, Lucas, pois esses foram os elementos essenciais para a realização deste trabalho. Tenho muito mais a agradecer a Deus pela minha família, minha filha Sophia e meu marido André Augusto que representaram uma nova força para a finalização desse trabalho.

À minha mãe, Célia, que me ofereceu muito mais do que apoio na produção desse trabalho e esteve presente desde o momento em que redigi as primeiras linhas. Ao meu pai, Joaquim Carlos por seus conselhos e opiniões que sempre me levam a refletir. Ao meu irmão, Lucas, pelos extensos debates acerca do tema.

Ao meu marido pela paciência e compreensão, durante a realização desse trabalho.

À minha filha, Sophia, que, com o seu nascimento, me renovou as energias e me trouxe novos horizontes e esperanças de um mundo mais fraterno.

À Prof^a Dr^a Alice Y. Asari, por extrapolar o papel de orientadora ao oferecer uma mão amiga em todas as etapas deste trabalho e da minha vida acadêmica.

Aos professores colaboradores do Programa de Educação Tutorial, PET-GEO-UEL, que muito colaboraram para o meu crescimento acadêmico.

Aos meus alunos que dão ao mundo uma lição contra o preconceito.

À todos que, com boa intenção, colaboraram para a realização e finalização deste trabalho.

AMBROGI, Sarah Dias Martinez. **Produção e transformação do espaço urbano por agentes sociais excluídos: O Jardim João Turquino**. 2008. 137f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

RESUMO

Essa pesquisa envolve discussões acerca do processo de produção dos espaços urbanos segregados tendo como objeto de estudo o Jardim João Turquino localizado no município de Londrina-PR. A partir da análise da formação sócio-espacial brasileira foram constatados fatores que levaram à exclusão social, como a baixa escolaridade, o desemprego e os baixos salários. Foi detectado que a exclusão social, nesses âmbitos, desencadeou movimentos migratórios na área urbana do município de Londrina proporcionando a sua aparentemente expansão desordenada. Para tanto, realizou-se entrevistas com a população local com o intuito de verificar a origem e a motivação do movimento migratório gerador do espaço urbano em questão. Dessa forma, também se pôde constatar os níveis de exclusão social que atingem a população local e a conflitante ação do poder público como gerador e mitigador desse fenômeno. Nesse sentido, observa-se que embora a população do Jardim João Turquino tenha assegurado alguns direitos de cidadão e melhorado o aspecto paisagístico, a exclusão social ainda ganha forças através de veículos de comunicação popular e da própria população. Desse modo, a produção do espaço urbano segregado mostra-se, na maioria das vezes, como herança, pois também há relatos de crianças sobre o sentimento de exclusão. Observe-se que esse processo de produção do espaço urbano por agentes sociais excluídos pode ter outros resultados através de trabalhos voltados para a educação, resgate da auto-estima e profissionalização da população atingida, aliados à oferta de habitações para a população com menor poder aquisitivo.

Palavras-chave: Formação sócio-espacial. Exclusão social. Migrações. Segregação espacial-urbana. Produção do espaço urbano.

AMBROGI, Sarah Dias Martinez. **Production and transformation of space for social agents may have excluded**: Garden João Turquino. 2008. 137p. Dissertation (Master Degree in Geography, Environment and Development) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

ABSTRACT

This research involves discussions about the production process of urban spaces segregated with the object of study the Garden João Turquino located in the city of Londrina-PR. From the analysis of socio-spatial Brazilian formation were observed factors that led to social exclusion, such as low education, unemployment and low wages. It was found that social exclusion, in those areas, triggered migration in the urban area of the municipality of Londrina providing its apparently expanding disorderly. To do so, took place interviews with the local population in order to verify the origin and motivation of migration generator of urban space in question. Thus, also found the levels of social exclusion which affect the local population and conflicting share of public power generator and as mitigador this phenomenon. In that sense, there is that although the population of the Garden João Turquino has secured certain rights of citizens and improved the appearance landscape, social exclusion still wins forces through vehicles of communication and popular own population. Thus, the production of urban space segregated shows up, most of the time, like inheritance, because there are also reports of children on the feeling of exclusion. Please note that this process of production of urban space for social agents may have excluded other results through works dedicated to education, redemption of self-esteem and professionalization of the population affected, coupled with the provision of housing for people with lower power purchasing.

Keywords: Training socio-space. Social exclusion. Migration. Segregation-urban space. Production of urban space.

LISTA DE FOTOS

Foto 1	– Investimento em infra-estrutura urbana.....	44
Foto 2	– Vista Parcial do acesso à Poligonal Turquino/Maracanã: Av. Juvenal Pietraróia	45
Foto 3	– Áreas tangencialmente beneficiadas pelas Obras de infra-estrutura e acesso.....	46
Foto 4	– Sede de programa Habitar Brasil	68
Foto 5	– Vista aérea da Poligonal Turquino/Maracanã	75
Foto 6	– Parque infantil	76
Foto 7	– Jardim João Turquino antes da ação do Programa Habitar Brasil- 2001	84
Foto 8	– Mata ciliar do Rib. São Domingos	91
Foto 9	– Avenida Maratona	91
Foto 10 e 11	– Residências: Jardim João Turquino.....	112
Foto 12 e 13	– Terreno baldio (esq.) e residência inacabada (dir.). Jardim João Turquino – Londrina –PR	113
Foto 14	– Unidade Básica de Saúde do Jardim Maracanã	116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Despesa em habitação e urbanismo entre 1997 e 2000.....	65
Gráfico 2	– Abastecimento de água- Jardim João Turquino.....	86
Gráfico 3	– Condições Sanitárias- Jardim João Turquino	87
Gráfico 4	– Destino do lixo- Jardim João Turquino.....	88
Gráfico 5	– Total de moradores por domicílio- Jardim João Turquino.....	88
Gráfico 6	– Ocupação do Solo - 2002- Jardim João Turquino.....	90
Gráfico 7	– Gênero- Jardim João Turquino	101
Gráfico 8	– Estado civil. Jardim João Turquino	101
Gráfico 9	– Escolaridade - Jardim João Turquino	102
Gráfico 10	– Profissão / ocupação: Jardim João Turquino.....	103
Gráfico 11	– Renda familiar X escolaridade. Jardim João Turquino.....	104
Gráfico 12	– Renda familiar – 2006. Jardim João Turquino	104
Gráfico 13	– Número de crianças por residência. Jardim João Turquino	105
Gráfico 14	– Número de adultos por residência. Jardim João Turquino.....	105
Gráfico 15	– Indivíduos por residência. Jardim João Turquino.....	106
Gráfico 16	– Recebe auxílio de programas governamentais. Jardim João Turquino.....	107
Gráfico 17	– Renda Familiar das famílias não assistidas programas governamentais. Jardim João Turquino.....	109
Gráfico 18	– Renda Familiar das famílias atendidas por programas governamentais. Jardim João Turquino	110
Gráfico 19	– Condição de propriedade do imóvel. Jardim João Turquino.....	110
Gráfico 20	– Participou da ocupação? Jardim João Turquino	111
Gráfico 21	– Material de construção das habitações. Jardim João Turquino – Londrina –PR	112
Gráfico 22	– Quantidade de cômodos na residência.....	113
Gráfico 23	– Meio de transporte utilizado durante a semana	114
Gráfico 24	– Bens que a família possui.....	115
Gráfico 25	– Locais para atendimento médico. Jardim João Turquino – Londrina –PR	116
Gráfico 26	– Principais problemas do Jardim João Turquino – Londrina – PR ..	117
Gráfico 27	– Tem conhecimento da existência da Associação de moradores? .	118

Gráfico 28 – Participação em reuniões da Associação de moradores	118
Gráfico 29 – Local de Compras	121
Gráfico 30 – Como conheceu o João Turquino?	123
Gráfico 31 – Principal motivo para escolha do bairro	124
Gráfico 32 – Local de Origem por Estado	124
Gráfico 33 – Município de Origem no Estado do Paraná	125
Gráfico 34 – Sofreu discriminação antes de mudar-se para o João Turquino (Londrina –PR)?.....	126

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Sítio da empresa Teixeira e Holzmann sobre o condomínio Golden Hill.....	47
Ilustração 2 – Mapa de localização do condomínio exclusivo Golden Hill	48
Ilustração 3 – Localização e segurança do condomínio exclusivo Golden Hill	48

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa de Zoneamento Urbano	50
Mapa 2 – Município de Londrina Divisão Distrital	61
Mapa 3 – Atlas de Exclusão social no Brasil.....	97
Mapa 4 – Exclusão social no Paraná	98
Mapa 5 – Mapa de ocupação do solo. Jardim João Turquino – 2006.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificações dos núcleos habitacionais: COHAB-LD	25
Quadro 2 – Habitação em Londrina.....	62
Quadro 3 – Novo papel da COHAB-LD de acordo com a PMH.....	79
Quadro 4 – Estratégias para implementação da Política Municipal de Habitação em Londrina.....	83
Quadro 5 – Indicadores da exclusão social.....	96

LISTA DE SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNH – Banco Nacional de Habitação

CODEL – Atualmente IDEL

COHAB-LD – Companhia de Habitação de Londrina

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CMTU – Companhia Municipal de Trânsito e Urbanismo

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEL – Instituto de Desenvolvimento Econômico de Londrina

IPPUL – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

OA – Orçamento Anual

PBF – Programa Bolsa Família

PML – Prefeitura Municipal de Londrina

PMH – Política Municipal da Habitação

PPA – Plano Plurianual

SEMA-LD – Secretaria Municipal do Ambiente – Londrina

SERCOMTEL – Serviços e Comércio de Telecomunicações.

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SFI – Sistema Financeiro Imobiliário

UBS – Unidade Básica de Saúde

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NA COMPREENSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL	17
1.1 A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO POPULACIONAL PARA A COMPREENSÃO DO ESPAÇO URBANO PELA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL	20
1.2 MIGRAÇÃO: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DO PROCESSO.....	27
1.3 IMIGRAÇÃO, EXCLUSÃO E O ESTADO BRASILEIRO	33
2 MOBILIDADE ESPACIAL E EXPANSÃO URBANA	38
2.1 A HABITAÇÃO E A EXPANSÃO APARENTEMENTE DESORDENADA DAS CIDADES	42
2.2 A HABITAÇÃO COMO FATOR DE MUDANÇA.....	51
2.3 UM BREVE HISTÓRICO DO PROBLEMA HABITACIONAL NO BRASIL	53
3 LONDRINA E A HABITAÇÃO	61
3.1 POLÍTICA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO EM LONDRINA.....	69
3.1.1 Mudanças no papel da COHAB-LD pela PMH	78
3.1.2 O Conselho Municipal da Habitação da PMH	80
3.1.3 O Fundo Municipal da Habitação da PMH em Londrina.....	81
3.2 O JARDIM JOÃO TURQUINO:A PRODUÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO GRADATIVA DE UM ESPAÇO URBANO SEGREGADO.....	84
4 A EXCLUSÃO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE FORMAS ESPACIAIS - OS PONTOS DE VISTA TEÓRICO E DOS MORADORES	92
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL NO JARDIM JOÃO TURQUINO.....	99
4.2 A EXCLUSÃO SOCIAL E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: JARDIM JOÃO TURQUINO	122
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	132

INTRODUÇÃO

O crescimento populacional do Município de Londrina ocorreu, principalmente, pelo êxodo rural, em que famílias provenientes de vários municípios do norte do Paraná e também de outras regiões do país, para cá se dirigiram, intensificando os problemas urbanos, principalmente quanto a habitação, educação, saúde, transporte, enfim, os chamados equipamentos de uso coletivo.

Tendo em vista a dinâmica de desenvolvimento do Município de Londrina e o aparente crescimento desordenado da sua área urbana optou-se por analisar o Jardim João Turquino, localizado na região¹ sudoeste da cidade a fim de estudar os processos de produção do espaço urbano a partir da formação econômico-social brasileira. Para tanto buscou-se aplicar como metodologia de pesquisa a formação sócio-espacial, utilizando-se a habitação como referência de análise através dos períodos históricos.

Nesse contexto, buscou-se identificar as principais causas do movimento migratório produtor desse espaço urbano. Procurou-se discutir a aplicação do conceito de exclusão social e segregação espacial urbana para o bairro em estudo, verificando a ação e a motivação dos agentes sociais que produziram esse espaço, assim como a ação do poder público.

Dessa forma, no decorrer do trabalho, abordar-se-á estas questões, propiciando a reflexão sobre a situação presenciada na realidade do bairro em estudo, buscando-se estabelecer uma relação entre teoria e realidade da população.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa as atividades realizadas foram as seguintes: levantamento e discussão bibliográfica; levantamento de documentos disponíveis na COHAB-LD (Companhia de Habitação de Londrina) e no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), entrevistas junto à população local, entrevista com a geógrafa responsável pelo Programa Habitar Brasil, Regiane Zanini, pesquisa de campo, com reconhecimento da área, levantamento fotográfico, realização de entrevistas e aplicação de questionários à população; sistematização, mapeamento e análise dos dados coletados.

¹ Relativo à divisão regional utilizada pelo Plano Diretor do Município de Londrina. (Londrina, 2006 - Documento *on line*).

Visto que a pesquisadora reside no bairro vizinho há vinte e cinco anos e atua como professora na Escola Estadual Dr. Olavo Garcia Ferreira da Silva na qual estuda a grande maioria da população do bairro em idade escolar, buscou-se envolvê-los nesse processo de pesquisa através da discussão sobre a importância do poder público. O resultado foi muito satisfatório, pois os educandos contribuíram com suas memórias através de produção de textos. Alguns se interessaram tanto pela pesquisa que acompanharam os trabalhos de campo, facilitando o acesso aos moradores durante as entrevistas e a aplicação dos questionários.

Desse modo, foi aplicado um questionário, em 241 unidades habitacionais, representado assim, 41% do universo de habitações do bairro, dentro de um total de 587 moradias. O questionário envolveu os assuntos relacionados ao perfil sócio-econômico dos entrevistados, trajetória de vida, condições das unidades habitacionais, educação, saúde, lazer, as reivindicações e os problemas locais.

Os resultados dessa pesquisa estão estruturados nos quatro capítulos que compõem esta dissertação. O primeiro capítulo intitulado *A formação sócio-espacial na compreensão da questão habitacional* apresenta a metodologia de análise utilizada e a sua relação os movimentos migratórios

O segundo capítulo *Mobilidade espacial e Expansão urbana* busca compreender os processos de produção do espaço urbano através dos agentes sociais e a questão habitacional no Brasil como fator desencadeador de movimentos migratórios.

No terceiro capítulo *Londrina e a Habitação* são apresentadas as características da produção do espaço urbano londrinense e a intervenção do poder público através da Política Municipal de Habitação, bem como a trajetória de formação do Jardim João Turquino.

Finalmente, no quarto capítulo, *A exclusão social e a produção de formas espaciais segregadas – O ponto de vista teórico e dos moradores*, procura-se estabelecer uma relação entre a teoria e a prática por meio dos resultados obtidos através da sistematização dos questionários e entrevistas aplicadas à população, assim como, se busca estabelecer uma relação entre os conceitos exclusão social e segregação espacial urbana através de um elemento essencial para a população: a habitação.

1 A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NA COMPREENSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL

O tema habitação, geralmente, remete à conexão com o tema urbanização e à idéia de que tem nela a sua origem. Embora haja uma estreita ligação entre esses temas, o estudo da habitação assim como da urbanização tem como essência a formação sócio-espacial, visto que, em cada período histórico e fase econômica houve um tratamento diferenciado para a questão habitacional pela sociedade, conseqüentemente, apresentando formas espaciais igualmente diversificadas para atender às suas necessidades.

Segundo Santos (1982), a Geografia, geralmente, se interessou mais pela forma das coisas do que pela sua produção, ou seja, seu domínio era o das coisas já produzidas, cristalizadas, no entanto, compreende-se que a realidade é um produto histórico resultante de ações sociais estabelecidas pelo sistema econômico. Nesse contexto, passa-se a analisar as formas não apenas como elementos estáticos da paisagem urbana, mas como um produto espacial resultante de fatores econômicos e sociais que podem ser visíveis ou invisíveis. Portanto,

“A noção de formação econômica e social é indissociável do concreto representado por uma sociedade historicamente determinada. Defini-la é produzir uma definição sintética da natureza exata da diversidade e da natureza específica das relações econômicas e sociais que caracterizam uma sociedade numa época determinada”. (SANTOS, 1982, p. 13)

Sendo assim, o autor propõe que a Geografia pode utilizar-se da categoria formação econômica e social para analisar as formas produzidas no espaço utilizando-se das três categorias que a formam: modo de produção, formação social e espaço, nomeando essa teoria e método como formação sócio-espacial.

Nesse contexto, a formação social compreende uma estrutura técnico-produtiva determinada pelo modo de produção que se expressa geograficamente pela distribuição da atividade de produção, ou seja, que não é independente da noção de espaço. Desse modo, de acordo com Santos (1982, p. 15), pode-se dizer que “os modos de produção escrevem a história no tempo, as

formações sociais escrevem-na no espaço”. E o espaço, por sua vez, reproduz-se, ele mesmo, no interior de sua totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos.

Desse modo, Santos (1985) considera que o espaço é uma instância da sociedade, assim como a instância cultural-ideológica e a instância econômica. E essas instâncias contém e são contidas umas pelas outras. Assim, o espaço também atua na produção do espaço através do processo de espacialização. A espacialização é um processo funcional, mutável, circunstancial, produto de uma mudança estrutural ou funcional e resulta do movimento da sociedade e sua relação com o espaço (SANTOS, 1997, p. 74-75).

Nesse sentido, a sociedade, em seu movimento permanente, em sua busca incessante da geografização está subordinada à lei do espaço preexistente (SANTOS, 1997).

De acordo com Santos (1978), por suas qualidades funcionais, o espaço, como qualquer outra estrutura social, é por sua estrutura mais do que por sua forma, um reflexo da sociedade global e seu dinamismo é resultado da cisão da sociedade global e a sua conseqüente distribuição sobre o território. Nesse caso, o espaço também seria considerado um fato social, pois se impõe a toda gente. Mas, se o espaço for considerado por suas qualidades sistêmicas, ele ganha novos atributos, como a capacidade de condicionar, até certo ponto de forma determinante, a evolução das estruturas sociais.

Quanto ao objeto de estudo dessa pesquisa, o Jardim João Turquino, pode-se dizer que a sua ocupação foi condicionada pelas estruturas espaciais existentes na cidade de Londrina, que de certo modo, não permitia ou dificultava a acomodação da população em questão. Ademais, essa dificuldade de acomodação gerada pelas estruturas espaciais preexistentes está aliada a outros fatores, ou instâncias, como a econômica e a cultural-ideológica.

Pode-se dizer que a baixa auto-estima desenvolvida pelo sentimento de exclusão social e a ideologia da casa própria, aliados a um poder aquisitivo pequeno também permearam a ocupação do espaço em questão como instâncias cultural-ideológica e econômica.

Para Santos (1985), sociedade e espaço são elementos indissociáveis, portanto, para estudar o espaço há necessidade de analisar a sociedade, pois é ela que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e

mudança) e especifica as noções de forma, função, estrutura, ou seja, dos elementos fundamentais para a compreensão do espaço.

Santos (1985) define forma como o aspecto visível da coisa; função como uma atividade esperada de uma forma (pessoa, instituição ou coisa), isto é, a atividade elementar de que a forma se reveste; e a estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo, enquanto que processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando nos conceitos de tempo (continuidade) e mudança.

Sendo assim, as formas podem, durante muito tempo permanecerem as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem ou configuração territorial podem oferecer no transcurso histórico espaços diferentes. O Jardim João Turquino em outros períodos históricos já possuiu outras formas, funções, estruturas e processos, no princípio constituía-se numa parcela de Mata Atlântica, e posteriormente sofreu transformações, tornando-se área rural com cafezais e em seguida como campo de culturas temporárias como soja e trigo, e, antes da ocupação urbana, como área de pastagem. Mais recentemente, esse espaço foi ocupado, transformado em assentamento urbano e finalmente em bairro residencial nominado Jardim João Turquino.

A paisagem, nesse contexto, está sendo considerada como a materialização de um instante da sociedade (SANTOS, 1985), um fragmento de um todo, ou seja, a paisagem é sempre setorial (SANTOS, 1997), enquanto que a configuração territorial é sempre um sistema, ou melhor, uma totalidade formada pelos recursos naturais e também recursos criados, cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país (SANTOS, 1997)

Tendo como referência a teoria e o método da formação sócio-espacial pode-se dizer que as formas, funções e estruturas preexistentes no espaço londrinense não supriam as necessidades habitacionais dos grupos sociais excluídos, assim esses grupos através das ocupações irregulares deram outras características ao espaço que possuía funções, formas e estruturas de zona rural (Gleba Cafezal). Portanto, pode-se dizer que as ocupações irregulares fizeram parte do processo de espacialização, e esse processo não dependeu apenas do movimento da sociedade, mas também de outras instâncias como: a espacial, a econômica e a cultural-ideológica.

A habitação, nesse contexto, passa a ser um tema complexo, pois, sendo produto da formação sócio-espacial, também sofre interferências estatais. É da combinação desses elementos, que varia historicamente, que resulta a situação habitacional do Brasil e do caso em estudo. Tendo em vista que os movimentos populacionais proporcionam vida a esse fenômeno há necessidade de se analisar a relevância, a importância do estudo populacional no uso desse método.

1.1 A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO POPULACIONAL PARA A COMPREENSÃO DO ESPAÇO URBANO PELA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Pode-se dizer que dois elementos principais levam a população a buscar formas alternativas de habitações em locais geralmente distantes do centro da cidade: primeiro, a baixa renda resultado do desemprego; e segundo, o déficit habitacional. Esse processo gerou uma expansão aparentemente desordenada da cidade de Londrina que não estava preparada para receber o grande incremento de novos habitantes.

Note-se ainda que, segundo Malthus (apud. DAMIANI, 2001. p. 13).

“[...] a miséria seria, na verdade, um obstáculo positivo, que atuou ao longo de toda a história humana para equilibrar a desproporção natural entre a multiplicação dos homens – o crescimento populacional - e a produção dos meios de subsistência - a produção de alimentos”.

Nesse caso, o número de óbitos gerados pelas deficiências alimentares causadas pela insuficiência alimentar equilibraria o crescimento populacional, ou ainda, quando a miserabilidade for considerada como um fator de expulsão gerando deslocamentos populacionais.

De acordo com Scarlato (1995), desde que Malthus levantou a polêmica sobre as relações existentes entre o crescimento demográfico e o desenvolvimento econômico, as diferentes sociedades passaram a se preocupar com o crescimento sistemático do seu efetivo populacional, tanto em nível quantitativo como qualitativo.

Para Damiani (2001), o crescimento populacional estaria sendo determinado pelos seguintes elementos da dinâmica populacional: natalidade (e fecundidade), a mortalidade e a migração. Esta autora ainda ressalta a necessidade de situar os elementos da dinâmica populacional com outros fenômenos sociais que podem explicá-los para alcançar suas causas determinantes ou seus condicionantes sociais.

A preocupação com o levantamento demográfico tornou-se mais evidente entre os países mais desenvolvidos, em razão da prática do planejamento como instrumento para o desenvolvimento; atualmente, torna-se difícil pensar na elaboração de qualquer programa de desenvolvimento social sem os subsídios numéricos referentes à população, pois, o conhecimento da taxa de crescimento demográfico e da distribuição da população em suas diferentes faixas de idade é condição necessária para qualquer política de empregos e de educação, de programas habitacionais, de saneamento básico e outros.

Para Scarlato (1995), o ano de 1889 pode ser considerado um marco significativo para os estudos da população brasileira. Foi a partir dessa data, com a consolidação da República e a separação entre Estado e a Igreja, que se implantou o registro civil obrigatório. Esse fato significou a tomada, por parte do Estado, do controle dos registros de nascimentos, mortes e casamentos, até então sob o controle da Igreja. Com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1938 foram feitos alguns recenseamentos, porém de forma não muito regular. Só em 1940 o país começou a realizá-los dentro de uma relativa periodicidade.

Sendo assim, “tão importante quanto o estudo da demografia é o estudo da Geografia da população, pois, enquanto a primeira explica as leis de crescimento e mudança na estrutura da população, a segunda explica os fatores das suas diferentes formas de distribuição espacial” (SCARLATO, 1995, p. 387).

Observe-se que de acordo com Damiani (2001), o fortalecimento do sistema capitalista de produção proporciona um progressivo aumento da população desempregada e conseqüentemente miserável. Esta população é substituída por tecnologias e se torna miserável, devido aos baixos salários e é impedida de se manifestar contra a escassa oferta de emprego.

No entanto, essa grande massa, chamada de exército de reserva na teoria marxista, busca formas alternativas de sobrevivência, como por exemplo, o

trabalho autônomo e as ocupações irregulares, e, desse modo assegura também a sobrevivência do modo de produção capitalista.

Nessa conjuntura, surgem as teorias que pregam a pobreza como necessária para o desenvolvimento. E também pregam a diminuição da população através do planejamento familiar e controle de natalidade nos países subdesenvolvidos, pois, somente assim não precisariam aplicar o dinheiro em hospitais, escolas, moradias, desviando recursos que poderiam ser produtivos.

Como se pode notar, se o poder público não consegue atender as necessidades apresentadas há reações por parte da população, como manifestações e no caso estudado ocupações irregulares para garantir uma habitação. Observe-se que na área em foco, a população migrou em busca de melhores condições de moradias, fato este que poderia se enquadrar no enfoque histórico-estrutural (RUA, 1997) que procura analisar tanto as causas históricas quanto as estruturais, considerando que os fatores impulsionadores de movimentos populacionais são subseqüentes.

Em busca de soluções para esse problema o poder público municipal criou a Companhia de Habitação de Londrina em 1965.

No momento em que a cidade passa a concentrar os principais meios de produção e conseqüentemente um grande exército de reserva, surge então a necessidade de proporcionar à força de trabalho um dos principais fatores à sua reprodução: a habitação.

Sendo assim, pode-se dizer, que a habitação desde os mais remotos tempos, tem sido utilizada como uma forma de controle da “pressão social” existente, que perde forças de reivindicação através da acomodação de indivíduos que tiveram sua necessidade satisfeita. Desse modo, acredita-se que a obtenção da habitação possa desestruturar os movimentos sociais reivindicatórios. Mesmo porque, Bonduki (2001), ao fazer uma reflexão sobre o tema considera que muitos movimentos sociais tem uma visão distorcida sobre luta social e fazem reivindicações imediatistas como, por exemplo: urbanizar a favela e depois se terá apoio na próxima eleição, desvirtuando as políticas sociais.

No entanto, para Bonduki (2001) a relação entre a periferia e os políticos são recuperáveis, mas para isso é preciso mudar o padrão da política. O Estado precisa mudar, estabelecer instâncias de participação que não privilegiem relações pessoais, relações clientelistas.

Quanto ao processo migratório, este pode ter inúmeras causas, as econômicas, as religiosas, entre outras. Assim, muitas vezes, o déficit habitacional não é suprido pelos poderes públicos e muito menos privados, principalmente quando se trata da população de baixa renda: a habitação pode-se tornar fator desencadeador de processos migratórios realizados para suprir duas necessidades: uma necessidade humana, ou seja, habitar; e uma necessidade do sistema de produção capitalista, de assegurar a reprodução do proletariado e do exército de reserva. Esse processo de migração pode ser observado em um dos bairros londrinenses gerado pela ocupação irregular dos terrenos: o Jardim João Turquino.

De acordo com Fresca (2002), vêm ocorrendo mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. Em 1987, a área construída da cidade ocupava 76,81 Km² e em 2001 perfazia 105,43 Km², totalizando uma incorporação efetiva de 28,62 Km², dispersa por todo o Sul e extremo Oeste-sudoeste. Esta expansão, de acordo com Fresca (2002), representa a continuidade da expansão principiada em momentos anteriores e apresenta novas tendências a partir dos anos 1990.

Em meados dos anos 1970, segundo Fresca (2002), o poder público local iniciou a construção de vários conjuntos habitacionais na direção norte da cidade, prosseguindo nos anos 1980 e 1990 com diferenças nos processos de incorporação e de ações dos agentes sociais, ou seja, em alguns casos houve a intervenção da iniciativa privada representada pelas pequenas construtoras, pequenos proprietários fundiários, imobiliárias, enquanto que os grupos sociais excluídos produziram os chamados assentamentos urbanos² que proliferaram a partir dos anos 1990, vinculada à baixa oferta de moradias pelo poder público local, pelas mudanças nas regras de comercialização dos imóveis financiados e pelo rebaixamento sucessivo do poder aquisitivo da população.

Segundo a mesma autora, uma das áreas de expansão corresponde a porção oeste-sudoeste, no limite territorial municipal entre Londrina e Cambe; essa área também conforma uma aglomeração físico-territorial entre os dois municípios devido a proximidade das zonas urbanas de ambos os municípios.

² Assentamento urbano: nessa pesquisa será utilizada a definição da COHAB-LD, visto que em âmbito geral toda a cidade pode ser considerada um assentamento urbano.

De acordo com Fresca (2002), esta área abrangia ocupações irregulares como a do Jardim João Turquino que contava com 851 lotes e 4233 habitantes e o Jardim Maracanã I e II (606 lotes e 3030 habitantes), em Londrina. Note-se que esses dados são anteriores ao ano de 2002, ou seja, no período em que as famílias ainda ocupavam a área de preservação permanente (mata ciliar do Ribeirão São Domingos). E, que nesse mesmo ano, as famílias foram transferidas para o Jardim Maracanã. Em Cambé, localizam-se os assentamentos Londrville e Campos Verdes, todos produzidos por agentes sociais excluídos. Quanto a estes assentamentos e/ ou ocupações irregulares que proliferaram nos anos 1990, vale explicitar que foram alvo de ações do poder público local, através da COHAB-LD. Na medida em que ocorriam as ocupações, a COHAB-LD intervia através da implantação de projetos (FRESCA, 2002), que captavam recursos destinados a melhorias em infra-estrutura e regularização fundiária. Foi o que ocorreu com o Jardim João Turquino, cuja ocupação foi principiada em 1995 e em 2000 já estava regularizado, significando a presença de certas obras de infra-estrutura como: arruamento e redes de água e energia. De acordo com a mesma autora, estes elementos remetem ao entendimento do papel do poder público local no período considerado, especialmente, após 1992, quando se observou uma sensível redução na oferta de moradias para a população de menor poder aquisitivo. Em contrapartida, houve um aumento de ações do poder público no processo de regularização dos assentamentos, ocupações irregulares e favelas. Observe-se que no quadro 1 as classificações adotadas pela COHAB-LD para referir-se às condições dos núcleos habitacionais.

CLASSIFICAÇÕES DOS NÚCLEOS HABITACIONAIS: COHAB-LD	
OCUPAÇÃO IRREGULAR	Ocupação de áreas legalmente impróprias de serem regularizadas, insalubres, de risco e de preservação permanente, como as ruas, os lixões, locais com alta declividade, solo instável e fundo de vales, bem como áreas destinadas à implantação de equipamentos comunitários. Podem ser áreas de domínio público ou privado.
FAVELA	Núcleos de gênese espontânea, sendo produto de ocupação organizada ou desorganizada, gradativa, em áreas públicas ou privadas; mas, que já possui infraestrutura básica como demarcação de lotes, arruamento, implantação de sistema de abastecimento de água potável e energia elétrica, executada pela COHAB-LD, visando à futura regularização fundiária. A área onde está instalada pode ser ou não regularizada, conforme a situação legal da mesma. No primeiro caso, torna-se uma favela urbanizada. Os barracos ou similares geralmente não são objetos de intervenção, ocorrendo apenas a realocação dentro da mesma área. Em função do adensamento inicial, quando é feita a demarcação dos lotes, surge um excedente de famílias que podem ser assentadas em outro local, dependendo de negociação entre a população atingida e o Poder público.
ASSENTAMENTO URBANO	<p>- Núcleos de gênese planejada pela COHAB-LD em área pública, cuja demanda normalmente é formada por ocupação na própria área, ou em outra. No primeiro caso, as famílias são retiradas para a implantação de infraestrutura básica, como demarcação de lotes, abertura de ruas, sistema de abastecimento de água e energia elétrica, em alguns casos pavimentação primária ou asfáltica, executada pela COHAB-LD. Na área, as famílias vão sendo assentadas de forma organizada podendo receber excedentes de outros núcleos ou famílias carentes dispersas pela cidade. No segundo caso, as famílias vão sendo remanejadas e assentadas conforme o término das obras. O objetivo ainda é a futura regularização fundiária, como também evitar o agravamento da situação social, ambiental entre outros. A área pode ou não ser regularizada, dependendo da fase do processo legal de regularização. Nesta categoria as habitações são objeto de intervenção, dependendo da viabilização dos recursos, ou deixando a construção por conta das próprias famílias.</p> <p>- Ocupação que se encontra em estado de não regularização e sem nenhuma infraestrutura é regularizada, implantada água e luz e, se não está localizada numa área de degradação ambiental, pode ser considerado um assentamento urbano.</p> <p>- Bairros ordenados, divididos em lotes de aproximadamente 120 m² que são colocados à venda para a população que reside nestes locais ou não, no valor de R\$ 20,00 mensais, com financiamento de 10 anos. São munidos de arruamento, mas apresentam grande déficit na infraestrutura básica, com péssimas condições de moradia, alimentação, saúde, educação. São, ainda, construídos em áreas planas ou levemente onduladas, não possuem asfalto, as habitações são de alvenaria na porção mais antiga e os barracos de madeira e lona constituem os mais recentes.</p>

Quadro 1 – Classificações dos núcleos habitacionais: COHAB-LD.

Fonte: Dores, 2005, p. 79-81. Organização: Sarah D. M. Ambrogi.

Ao analisar esse quadro pode-se dizer que a classificação do Jardim João Turquino perpassa por alguns complicadores quanto às características de gênese, área, ocupação, regularização e intervenção, pois observou-se que as classificações oferecidas pela COHAB-LD se diferenciam ou se assemelham quanto a esses fatores.

Quanto à gênese, as ocupações irregulares e as favelas são consideradas, pela COHAB-LD, como espontâneas, enquanto que para o assentamento urbano é considerada planejada, embora este possa ter sido realizado somente após a ocupação da área.

Quanto à área ocupada, observa-se que tanto o assentamento urbano quanto a favela podem ocorrer em terrenos públicos ou privados. Assim, no caso de assentamento urbano em área privada, a Prefeitura Municipal de Londrina adquire o terreno através da COHAB-LD. Observe-se que a ocorrência de favelas e de assentamentos urbanos pode ocorrer pela intervenção do poder público no sentido de dotar de infra-estrutura básica, fazendo a demarcação de lotes, arreamento, implantando o sistema de abastecimento de água e energia elétrica. Todavia, somente na ocorrência de assentamentos urbanos pode haver intervenção nas habitações.

Como se pôde verificar, o Jardim João Turquino inicialmente poderia enquadrar-se em duas das classificações elaboradas e utilizadas pela COHAB-LD: ocupações irregulares, pois se localizava, em parte, numa Área de Preservação Permanente (várzea do Ribeirão São Domingos) e outra parte em um terreno particular, que foi posteriormente, adquirido pela COHAB-LD. No primeiro caso, ocorreu um remanejamento das famílias e demolição das antigas residências localizadas em APP. No segundo caso, foi implantada a infra-estrutura básica e a intervenção nas habitações através do Programa Habitar Brasil.

Nessa pesquisa, a análise que se fará da população abarca as migrações internas, suas causas, suas implicações³ e o papel do planejamento econômico e social que impulsionaram a ocupação do espaço urbano da área em questão.

³ Implicações decorrentes do aumento populacional na área de estudo

1.2 MIGRAÇÃO: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DO PROCESSO

Quanto à distribuição espacial, sabe-se que desde a o princípio da humanidade os movimentos migratórios dos grupos humanos foram constantes, ora por motivos naturais, como fenômenos climáticos, esgotamento de recursos de coleta vegetal ou de caça, ora por conflitos políticos, como guerras entre tribos ou nações, cujos perdedores se viam ameaçados ou obrigados a abandonar seus territórios.

Moura (1980) define migração como uma mudança permanente ou semipermanente de residência, na qual não há limitações com respeito à distância do deslocamento, ou a natureza voluntária ou involuntária do ato como também não estabelece distinção entre a migração interna ou externa. O ato migratório, ainda, pode ser compreendido tendo em vista quatro fatores: 1-fatores associados ao local de origem, que podem conter inúmeros pontos positivos e negativos, 2- fatores associados ao local de destino, que também podem conter vários pontos positivos e negativos, 3- obstáculo interveniente, geralmente, a distância do deslocamento constitui um deles, 4- fatores pessoais.

Para Andrade (1991), a migração compreende duas fases: a saída do lugar de origem, chamada emigração e a segunda, que é a entrada no lugar a que se destina, chamada imigração. Ainda, pode-se considerar as migrações sob dois enfoques diferentes; quanto ao tempo e quanto ao espaço. Quanto ao espaço as migrações são classificadas entre internas, realizadas dentro de um mesmo país, e externas, realizadas entre os países.

No tocante aos deslocamentos dentro do país, e, foco do trabalho, Souza (1980) entende por migração interna um processo social resultante de mudanças estruturais de um determinado país, que provoca o deslocamento horizontal de pessoas de todas as classes sociais, que por razões diversas, deixam o seu local de nascimento e vão fixar residência em outra área. Em concordância, Singer (1998) considera as migrações internas um fenômeno social de grande significado na vida das nações, pois sempre foram historicamente condicionadas, sendo resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas.

Sendo assim, a criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas. Assim, tanto nas regiões favorecidas quanto nas desfavorecidas, o nível de vida da população permanece baixo, os horizontes culturais se mantêm cerrados e as oportunidades econômicas quase inexistem. Neste caso pode-se definir o seguinte campo de análise, segundo Singer (1998):

Os fatores de expulsão referem-se ao movimento de seres humanos influenciados por:

Fatores de mudança: que decorrem da introdução de relações de produção capitalista nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego.

Fatores de estagnação: manifestam-se sob forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários

Quanto ao tempo, Andrade (1991) classifica as migrações em definitivas e temporárias. As definitivas ocorrem com a intenção de se transferir definitivamente, neste caso os migrantes transportam o que podem, pois não tem a intenção de voltar. Geralmente é provocada por motivos de ordem política, religiosa ou econômica. De acordo com Damiani (2001), as migrações podem ocorrer de país para país ou internamente, podem ser temporárias, permanentes ou pendulares, e os fatores desencadeadores podem variar entre: políticos, econômicos e culturais.

As migrações temporárias, segundo Andrade (1991), dividem-se em: migrações de tempo indeterminado, migrações sazonais e migrações diárias. Nas migrações por tempo indeterminado o migrante tem a intenção de voltar após atingir determinados objetivos. As migrações sazonais estão ligadas à época da colheita de várias culturas. E, as migrações pendulares (diárias), geralmente, ocorrem na classe de trabalhadores de baixa renda que moram em bairros distantes dos centros e/ou cidades vizinhas.

Deste modo, pode-se dizer que dificuldades econômicas, políticas, sociais e religiosas, bem como os fenômenos naturais desfavoráveis, estimularam a

transferência de pessoas para áreas que não as de origem, na esperança de encontrarem melhores condições de existência.

Portanto, o termo migração humana refere-se genericamente aos deslocamentos de contingentes humanos de uma região para outra, em caráter permanente ou temporário. O conceito se aplica tanto às transferências de população dentro ou fora das fronteiras políticas (migrações internas ou internacionais).

Retomando a discussão de contingentes populacionais, segundo Rua (1997), na visão neo-maltusiana, a explicação para o subdesenvolvimento seria buscada no crescimento populacional, responsável pela sobrecarga dos serviços governamentais. Porém, nunca é demais lembrar, que não basta ter alimentos e moradias disponíveis no mercado se a maior parte da população não tiver poder aquisitivo para adquiri-los, sendo assim, acredita-se que haverá irregularidade na distribuição desses elementos fundamentais à reprodução da sociedade, gerando desigualdade social.

Devido a estes contrapontos apresentados, Rua (1997) afirma que é necessário tomar muito cuidado ao estabelecer relações entre população-desenvolvimento-recursos, pois, a visão neoclássica é insuficiente para explicar um fenômeno tão complexo. Através dessa visão, têm-se explicações para a mobilidade da mão-de-obra, na qual a população busca melhores condições de vida. Nesse contexto, os movimentos migratórios seriam fluxos entre áreas, devido às diferenças existentes entre elas, e as migrações conduziriam à eliminação dessas diferenças (VAINER apud RUA, 1997). Segundo Rua (1997), adotar essa concepção seria por em segundo plano a preocupação com o fator histórico, e, não levar em conta os problemas estruturais que provocaram a migração.

A corrente neoclássica destaca a vocação estrutural do capitalismo a um desenvolvimento desigual, desequilibrado no espaço. Nessa visão deve-se enfatizar que a saída da população de uma região é fruto de conflitos resultantes de um antagonismo entre o capital e o trabalho, conflitos que se reproduzem nos locais de chegada, já que são inerentes ao próprio capitalismo. As razões de saídas são prioritárias em relação aos fatores de atração, deixando assim, em segundo plano a questão da orientação dos fluxos migratórios (RUA, 1997)

Já a abordagem histórico-estrutural (RUA, 1997), embora preencha com mais propriedade as questões referentes aos processos migratórios, ainda

apresenta lacunas como a necessidade de se dar conta dos deslocamentos e das localizações compulsórias; um exemplo é a questão da migração internacional, que leva os países considerados desenvolvidos a tomarem precauções contra as migrações ilegais e a reprodução dessas precauções em alguns Estados brasileiros como: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Assim sendo, deve-se observar que há incoerência do discurso liberal/neoliberal que, ao enfatizar o livre-arbítrio e a decisão individual de migrar, esconde as razões estruturais que forçaram os indivíduos a emigração.

Gaudemar (1977, apud VAINER, 2000, p.62), diz que toda a estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada, acreditando-se que as condições da maioria da população brasileira, com relação ao mercado de trabalho, muitas vezes, impulsionam a migração para outros países em busca de emprego ou melhores salários.

As tendências atuais, marcadas pelo pós-fordismo e pelo neoliberalismo, apontam para uma desconcentração e descontinuidade onde no espaço, ganhando novos atributos, significados. De acordo com Santos, a desindustrialização, o desemprego tecnológico, a desmetropolização e a dissolução da metrópole indicam novas características para as migrações (SANTOS, 1993 apud VAINER, 2000, p.62).

Estas transformações, segundo Rua (1997), implicam em explicações de caráter econômico, político, social e cultural que obrigam a buscar formas de análise em que os diversos enfoques sejam revistos, pois, o processo migratório apresenta tal complexidade que nenhuma análise setorial dele vai dar conta.

Nesta pesquisa, o que mais interessa são os movimentos voluntários, os motivados pelo desejo de melhoria de vida ou de ascensão social, em particular na sociedade brasileira. Para Scarlato (1995), os movimentos migratórios voluntários partem da decisão do indivíduo, mesmo sabendo que a opção de saída está, na grande maioria das vezes, ligada a uma condição de pobreza, e em muitos casos a um comprometimento da própria sobrevivência, “pois essa saída parte de uma decisão dos indivíduos, diferentemente das migrações impelidas ou forçadas”.(SCARLATO, 1995, p. 392).

De acordo com Scarlato (1995), a partir dos estudos demográficos, pode-se constatar que no Brasil, a quase totalidade dos movimentos migratórios

ocorridos em sua história estiveram relacionados com as condições sócio-econômicas; geralmente essas populações possuem renda muito baixa, ou seja, que impossibilita a sua fixação pela aquisição de moradias. Neste momento, um dos aspectos importantes a se ressaltar na organização do espaço geográfico é o papel desempenhado pelo Estado na tentativa de racionalizar e direcionar os fluxos migratórios tendo em vista o planejamento econômico e social.

Em geral, as migrações têm partido das áreas de alta pressão demográfica para as de menor pressão demográfica. As regiões que contam com um número excessivo de habitantes, em comparação com os recursos existentes, caracterizam-se como áreas de expulsão de contingentes demográficos, enquanto que as de menor pressão demográfica, possuidoras de maiores recursos, denominam-se áreas de atração. Ao aumentar a população, ou diminuírem os recursos, a migração serve de instrumento para restabelecer o equilíbrio.

É necessário salientar que o conceito de pressão demográfica não deve ser confundido com o de densidade (número de habitantes por unidade de área). Muitas vezes, áreas densamente povoadas são focos de atração de migrantes. (DAMIANI, 2001).

As migrações internas tomaram maior vulto a partir do século XIX, quando o ritmo crescente de urbanização passou a atrair grande contingente populacional e fez surgir e evoluir as sociedades urbanas. Nos países do Terceiro Mundo, em particular, onde se verificam marcantes diferenças regionais, os contínuos movimentos migratórios podem gerar atraso progressivo no campo e a formação de áreas socialmente marginais nas cidades, com o aparecimento de núcleos de sub-habitação, de desemprego, problemas de integração do imigrante na zona urbana, de absorção de mão-de-obra. (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Segundo Santos e Silveira (2001), no Brasil, observam-se dois tipos de migrações internas: axiais e capilares. As migrações axiais se realizam através de grandes eixos migratórios, com destino definido. Como exemplo pode-se citar o eixo Nordeste - Amazônia, que em 1878 atraiu, para a exploração de borracha, uma população deslocada do Ceará que totalizava 120.000 pessoas, quando a então província possuía 800.000 habitantes. Uma segunda corrente é a que corresponde ao eixo Nordeste-Centro-Sul, provocada pelo processo de industrialização, notadamente em São Paulo, onde o recrutamento de mão-de-obra para os setores fabril e de construção civil se dá, em grande parte, entre indivíduos de origem rural.

Essa grande corrente migratória tem ramificações que incluem os Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais. Finalmente, há que ressaltar a chamada "marcha para o oeste", que culminou com Brasília como pólo de atração, núcleo aglutinador de populações vizinhas.

Para os mesmos autores, o conceito de migração capilar se refere à mobilidade vertical de uma população, segundo as mais variadas rotas. Sua forma mais conhecida no Brasil é o êxodo rural. As razões determinantes desse êxodo se prendem à dependência das zonas rurais em relação às urbanas, que continuamente atraem levas de populações rurais em busca de melhores condições de vida na cidade. O êxodo pode dar-se em várias etapas, como aquele que vai do distrito ao município e daí para a grande cidade. O fator determinante é o econômico, expresso nas diferenças regionais de remuneração e na esperança de encontrar maior estabilidade de trabalho. Para Santos e Silveira (2001), embora as migrações internas possibilitem maior equilíbrio na distribuição demográfica do país, o migrante traz consigo um passado rural estruturalmente arcaico, que dificulta ou mesmo impossibilita sua absorção, como elemento econômico, pela zona urbana. Suas possibilidades de ascensão social tornam-se limitadas e, em conseqüência, é precária a formação de mão-de-obra qualificada. Toda essa gama de variáveis é de relevância nos estudos de planejamento social e econômico das sociedades urbanas.

Para Santos e Silveira, outros fatores que determinam também áreas de expulsão podem estar relacionados a fenômenos naturais (terremotos, secas prolongadas ou erupções vulcânicas), socioculturais (perseguições religiosas, políticas e raciais) e principalmente econômicos (inexistência ou esgotamento de recursos naturais, estreitamento do mercado de trabalho).

Note-se ainda que historicamente, os movimentos migratórios apresentaram-se sob as formas de invasão, conquista e colonização. As invasões, das quais se pode citar como exemplo a ocupação do Império Romano pelos povos germânicos a partir do século VI acarretaram transformações radicais em termos políticos, culturais, geográficos, sociais e econômicos. A conquista visa à expansão do controle político e à exploração econômica e pode ser exemplificada com as guerras napoleônicas, que procuraram unificar a Europa sob hegemonia da França nas duas décadas que se seguiram à Revolução Francesa, com o deslocamento de numerosíssima tropa por todo o continente. A colonização, especialmente do

continente americano e AFRICANO, ocasionou a transferência de grandes contingentes demográficos para áreas pouco povoadas (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

À vista das análises realizadas, considera-se que, os estudos populacionais concernentes aos movimentos migratórios são elementos considerados fundamentais para o estudo do espaço urbano pela formação sócio-espacial, pois a economia influencia a ocorrência e a direção dos fluxos migratórios, ressaltando que a questão habitacional tem em sua essência fatores econômicos e sociais como o desemprego, as condições salariais, as políticas públicas de assistência à sociedade e o próprio espaço que reflete as contradições e desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista.

1.3 IMIGRAÇÃO, EXCLUSÃO E O ESTADO BRASILEIRO

Visto que a exclusão social tem suas raízes profundas na história mundial, no Brasil nota-se que não foi diferente, e, atualmente vive-se as conseqüências de cinco séculos de agravamento das disparidades sociais.

O espaço, portanto, ao longo da história se apresenta de duas formas: a partir da desconstrução do espaço "natural" ou se desconstrói o espaço já adaptado (FRANCISCO, 2000). Desse modo, pode-se dizer que do velho se cria o novo, e, conseqüentemente se reproduz e se amplia a desigualdade anteriormente materializada no espaço.

Sendo assim, observa-se que desde o princípio da constituição do território nacional, o espaço foi produzido para privilegiar a população com maior poder aquisitivo, e ainda hoje, como uma espécie de herança, o espaço se reproduz como legitimação da classe que detém o mando político.

Nesse sentido, Vainer (2000) diz que no Brasil as políticas migratórias de Estado foram muito importantes para a constituição da população.

Após a promulgação da primeira Constituição Brasileira, em 1824, D. Pedro 1º manda demarcar as terras da colônia São Leopoldo (RS), "que possui vantagem em empregar gente branca e industriosa"; a partir de então desenvolveram várias estratégias para povoar o império com gente branca. Porém,

é quando se anuncia o fim da escravidão que a questão da mobilização populacional para suprir o mercado de trabalho (migração) começa a ser discutida. Sendo assim, iniciou-se a intervenção do Estado através de grandes estratégias de mobilização e localização de populações que marcaram diferentes períodos da história das políticas migratórias.

Ainda segundo Vainer (2000), entre 1850 e 1880 a intervenção do Estado ocorreu através da criação de leis para que os ex-escravos continuassem a trabalhar como libertos. Em 1850, foram promulgadas: a Lei de proibição do tráfico negreiro e a Lei de Terras. A primeira lei obrigou os proprietários de terras a encontrarem alternativas para a mão-de-obra da lavoura. E a segunda lei antecipava a questão da posse de terras por ex-escravos ou recém libertos, pois dificultando a sua aquisição tentava assegurar que eles continuassem a trabalhar no campo, porém a fuga maciça de escravos e a mobilização crescente da opinião pública precipitaram a abolição.

Em 1871, foi promulgada a Lei do ventre livre, na qual os filhos livres de mães escravas poderiam ser “guardados” pelos proprietários até completar 21 anos.

Como se pode observar, a libertação dos escravos ocorreu de forma gradativa devido à resistência dos donos de escravos que precisavam encontrar soluções para substituir a mão-de-obra da lavoura.

Nesse período, foram aplicadas estratégias que previam a formulação de leis para que ocorresse a transição da escravidão para o trabalho livre, porém essa transição parecia contraditória nesse período em que liberdade significava ociosidade ou a posse de meios de produção e subsistência.

Sendo assim, a estratégia imigrantista agrarista veio ao encontro das necessidades práticas (econômicas) e ideológicas desse momento histórico. A intervenção para o sucesso da transição ao trabalho livre ocorreu de forma que os agentes consulares promoviam a propaganda do Brasil na Europa, e, no Brasil montava-se uma estrutura logística: desembarque, transporte, hospedagem até que ocorresse a determinação do local de trabalho para o imigrante.

Desse modo, constitui-se o exército de trabalhadores que viabilizaram a continuação da expansão cafeeira e gerou o primeiro surto urbano-industrial do país.

A República, então, assume afirmando sua opção racista branqueadora, procurando no imigrante um trabalhador morigerado, eugenicamente apto para contribuir com a formação do povo brasileiro no final dos anos 1880.

O Estado também pretendia resolver algumas questões através do imigrante: a necessidade econômica, isto é, de braços adestrados disciplinados; a necessidade eugênica, isto é, de doses crescentes de sangue branco; a necessidade nacional de construção de um povo unificado, integrado sob padrões culturais homogêneos, ou seja, é necessário integrá-lo à nacionalidade; torná-lo solidário e fiel ao país de adoção. (VAINER, 2000)

Dessa forma, surgem críticas quanto ao estrangeiro não ser assimilável (não querer o Brasil como pátria), passando-se a selecionar os migrantes desejados, ou seja, com idioma e cultura mais conhecidas e compreendidas pela sociedade.

No período entre as guerras mundiais, o governo constitucional de Vargas (apesar do desemprego gerado pela crise de 1929) continua fomentando a imigração voltada para atender o mercado de trabalho no setor agrícola. No entanto, com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, os fluxos ficaram interrompidos, sendo que desta forma, o governo esforçou-se para mobilizar os trabalhadores nacionais, tal como a marcha para oeste, que implantou algumas colônias com trabalhadores nacionais. E a Batalha da Borracha em 1942, tinha reativado os seringais amazônicos para abastecer os aliados durante a Segunda Guerra Mundial.

Toda a mobilização interna não impediu que a opção imigrantista permanecesse como estratégia central do Estado e das classes dominantes, portanto, foi criado o Conselho de Imigração e Colonização (CIC). Este visava evitar a entrada de elementos populacionais indesejáveis e de difícil assimilação e em contrapartida favoreceu as correntes migratórias que estivessem de acordo com as necessidades econômicas e ideológicas desse período, ou seja, “selecionar as raças que não dêem lugar a fenômenos de inferioridade na respectiva descendência” (CÂMARA, 1940, p. 661 apud VAINER, 2000, p. 23)

A migração interna e a estratégia de gestão regional dos excedentes ocorreu entre 1950-1960. Nesse período, a perspectiva de migração interna mostrou-se como a solução tanto para os problemas das regiões superpovoadas quanto das regiões carentes de braços, pois nesta época surge uma realidade totalmente nova gerada pelo êxodo rural, com intensos fluxos inter-regionais e

principalmente de populações de nordestinos e mineiros. Neste período, foi criada a SUDENE, voltada para a gestão regional de fluxos migratórios que buscava a resolução dos desequilíbrios regionais existentes. (VAINER, 2000)

Na verdade, segundo Vainer (2000) a configuração de excedentes populacionais a serem administrados através de uma política regional é antes um fato político que demográfico. Portanto, foi a pressão dos camponeses sobre o latifúndio somado ao avanço de sua organização e a sua insatisfação que passaram a exigir políticas regionais para tentar controlar os movimentos populacionais para as regiões mais desenvolvidas. Nos anos 1950 e seguintes foram lançadas políticas no intuito de promover a integração nacional e a estratégia da racionalização territorial dos fluxos migratórios. Pode-se dizer que a intervenção do Estado na questão migratória foi também um discurso sobre o território e não apenas pelo binômio raça-trabalho. E nos anos 1970, deixa de ser simples imagem retórica para se transformar, numa ação central do Estado. Este período foi caracterizado pelo planejamento territorial nacionalmente integrado.

Para reforçar a estratégia de desenvolvimento regional, na política de integração, o Estado criou o 1º Plano de Desenvolvimento Regional e inserido nele o Plano de Integração Nacional (PIN), que propõe integrar a estratégia de ocupação amazônica e a estratégia de desenvolvimento do nordeste, que buscava uma solução para ambas as regiões de forma integrada (VAINER, 2000), ou seja, como dizia o “slogan” de Garrastazu Médici: *Os homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia.*

Este programa se apoiava em dois subprogramas complementares: o SIMI e o SAMI:

- SIMI: Sistema de Informações sobre Migrações Internas, que coletaria informações sobre a dimensão, direção, característica e conseqüências dos fluxos migratórios.

- SAMI: Serviço de Apoio aos Migrantes que deveria implantar os CETREMIs-centro de triagem e encaminhamento de migrantes- proporcionar apoio e orientação imediata aos migrantes recém-chegados nos centros urbanos. No entanto, de acordo com Vainer (2000), torna-se difícil avaliar a interferência das políticas territoriais e migratórias nos fluxos migratórios desse período.

Para Vainer (2000), o Estado brasileiro durante a ditadura militar reforçou seu compromisso com uma política migratória ativa e fortemente dirigida,

centralizada, simultaneamente inspirada e inspiradora de um projeto global de território e de nação em busca da total ocupação e integração do território brasileiro.

Observe-se que, muito embora todos os governos federais estivessem preocupados com a vinda de imigrantes de fácil adaptação e que adotassem o país como sua pátria mãe, a presença de imigrantes gerou mudanças na vida do país pela introdução de novos produtos e novas técnicas de trabalho da terra, bem como de nova forma de partilhá-la (pequena propriedade) e de usá-la (modo de produzir). Foram também instaladas pequenas indústrias domésticas na área têxtil, de cerâmica e do couro. Sendo assim, foi significativa a vinda de alemães, austríacos, eslavos, espanhóis e italianos, sírios, libaneses, japoneses e suíços, pois além de contribuir com a ocupação do território e o mercado de trabalho, trouxeram novas técnicas de produção que auxiliaram no desenvolvimento da economia brasileira.

Deste modo, pode-se notar que o poder público sempre teve papel importante nos processos de migração através da criação de fatores de atração ou expulsão proporcionando a formação dos espaços urbanos e rurais. Portanto, o espaço urbano em estudo tem em sua constituição os fatores econômicos e sociais que influenciaram a formação do Brasil.

A seguir, procurou-se estabelecer uma relação entre o processo de migração, o poder público e a expansão aparentemente desordenada da cidade tendo o fator habitação como elemento determinante.

2 MOBILIDADE ESPACIAL E EXPANSÃO URBANA

Visto que o processo de expansão das cidades tem como ator principal a mobilidade espacial de pessoas que buscam melhores condições de vida, propõe-se analisar a habitação como fator impulsionador de movimentos migratórios. Para se entender a relação entre migração, expansão urbana e problemas de habitação em uma cidade precisa-se, primeiramente, compreender como se dá sua expansão, uma vez que o enfoque do trabalho atinge dois dos agentes produtores do espaço urbano: os grupos sociais excluídos e o Estado, sendo o segundo, responsável pela construção de moradias para famílias de baixa renda como nos conjuntos habitacionais.

O problema da falta de moradia não é recente, notando-se que algumas medidas já foram tomadas pelo Estado, ao longo do tempo, para solucioná-lo. Porém, não foi suficiente devido à demanda que é agravada pelo desemprego, baixos salários, não comprovação da renda e também pelos promotores imobiliários, que procuram aumentar a renda auferida do preço da terra, através da especulação imobiliária, dificultando ainda mais, para a população de baixa renda, a obtenção de uma casa em uma área melhor servida de infra-estrutura e equipamentos públicos.

Ressalta-se que o Estatuto da Cidade (BRAGA, 2000), no capítulo II – Função Social da Propriedade-, artigo 8º - institui que a retenção especulativa de solo urbano não construído ou qualquer outra forma de deixá-lo subutilizado configura abuso do direito e da função social da propriedade. E o artigo 9º institui que o desrespeito à função social da propriedade, conforme definido no artigo anterior, será punido pelo Poder Público municipal mediante a aplicação sucessiva dos instrumentos enunciados nos artigos 20 e 22 desta lei, que consistem nas seguintes ações: parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória do solo urbano não edificado subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e prazos para a sua execução. E o não cumprimento da obrigação de parcelar, edificar ou utilizar possibilitará ao município a aplicação do imposto territorial urbano progressivo, cujo termo inicial será a data da notificação inicial, pelo prazo máximo de cinco anos

Pode-se notar que a dificuldade em se adequar ao Estatuto da Cidade ocorre devido ao desenvolvimento do sistema capitalista que sobrevive das

diferenças sócio-econômicas, gerando a segregação espacial urbana de uma população que migra em busca de melhor qualidade de vida. Esse processo leva à expansão “desordenada” da cidade, pois, a população com menor poder aquisitivo busca áreas que possuem menor valor, ou seja, que não possuem infra-estrutura básica, e geralmente, estas áreas se localizam na periferia da cidade como é o caso de Londrina. Mas, qual é o significado de periferia?

Nessa pesquisa, propõe-se utilizar o conceito de periferia para estudar o caso do Jardim João Turquino, se observado o seu desenvolvimento. De acordo com Bonduki (2001), pode-se dizer que a periferia não se configura como o local geográfico, pois os cortiços e as áreas residenciais degradadas no centro da cidade também são consideradas periféricas, no entanto, a idéia de periferia está muito ligada a idéia de localização de loteamentos periféricos.

De acordo com Kowarick (1993), a periferia pode ser designada como aglomerados urbanos distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para a economia.

Para Martins (2001), há que se esclarecer às diferenças entre subúrbio e periferia, visto que a concepção de subúrbio cedeu lugar, indevidamente à concepção ideológica de “periferia”. Atualmente, subúrbio seria o lugar em que o passado rural de algum modo sobrevive no meio urbano, no entanto, o conceito de subúrbio nunca foi elaborado para dar conta de problemas sociais, tendo sido muito mais a designação de um modo de vida peculiar especificamente referido a áreas entre a cidade e o campo.

Segundo Martins (2001), há uma distinção espacial importante entre subúrbio e periferia. No subúrbio, as casas tinham grande área destinada ao quintal, um remanescente do rural que permanecia no urbano: fruteiras, hortas, galinheiros, fornos de pão, jardins com muitas flores e um suave perfume. A periferia é o produto da especulação imobiliária, sendo áreas nas quais há ruas estreitas, calçadas estreitas, em que faltam praças, onde os terrenos são pequenos nos quais as casas ocupam todo espaço disponível para a construção, há falta de plantas, muita sujeira e fedor.

Como explica Martins (2001), a periferia é o contrário do subúrbio. A periferia é a vitória da renda da terra sobre a cidade e a urbanização, é um dos fatores do atraso do próprio capitalismo. Nesse sentido a periferia é a designação

dos espaços caracterizados pela urbanização patológica, pela negação do propriamente urbano e de um modo de habitar e viver urbanos. A periferia é a negação das promessas transformadoras, emancipadoras, civilizadoras e até revolucionárias do modo de vida urbano e da urbanização. Nesse contexto, “o subúrbio é a negação da periferia. O subúrbio é considerado como o espaço da ascensão social diferente da periferia que é o espaço do confinamento nos estreitos limites da falta de alternativas de vida.” (MARTINS, 2001, p. 79)

Sendo assim, a concepção de subúrbio entra em crise com os novos problemas sociais, a nova pobreza e a nova concepção autoritária do urbano que se difundem a partir do golpe de Estado de 1964. De acordo com Martins (2001), a noção de periferia foi capturada e fetichizada pelas esquerdas, principalmente o PT (Partido dos Trabalhadores), que com suas concepções limitadas, não percebeu que o próprio centro da cidade hoje, pode ser periferia.

Através das considerações de Martins (2001), pode-se entender que nem toda área que se encontra nos limites da zona urbana pode ser considerada como periferia, como um lugar de pobreza, exclusão e problemas. Mesmo porque existem áreas consideradas como suburbanas, que apresentam um conceito positivo; a de áreas chamadas de condomínios fechados, ocupadas por uma população com alto poder aquisitivo.

Para Langenbuch (2001) e Martins (2001), o conceito de periferia pode ser utilizado tanto para áreas localizadas nas bordas das áreas urbanas quanto para áreas mais centralizadas, devido às características do local. Geralmente, quando se fala em periferia, o pensamento recai em espaços de uso residencial (com pequeno equipamento de comércio e serviços necessários ao atendimento local), raramente se incluindo áreas industriais, como se verifica a seguir:

“[...] com alta densidade demográfica acarretada pela extrema ocupação dos lotes por várias casas humildes, muitas vezes com paredes sem reboco, apenas lajes na cobertura, quando não por construções qualificadas como casebres ou barracos [...] normalmente com uma série de problemas sociais e urbanísticos [...]” (LANGENBUCH, 2001, p. 89).

A partir dessas considerações sobre periferia, pode-se dizer que o Jardim João Turquino enquadra-se no conceito de periferia tanto geográfico quanto geométrico ao longo de sua construção. Por se localizar nos limites urbanos da

cidade de Londrina enquadra-se no conceito geométrico. Quanto ao conceito geográfico, que está mais ligado à sua localização periférica, em conjunto com as características sociais e econômicas intimamente ligadas à produção capitalista da paisagem, acredita-se que, num primeiro momento de ocupação, se enquadrou nesse conceito. No entanto, com a atuação do poder público local e federal através da urbanização foi se distanciando do conceito geográfico descrito por Langenbuch (2001), pois não mais apresenta essas características e mitigando as características de exclusão social e segregação espacial urbana.

Para Corrêa (1995), o espaço da cidade capitalista é dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social dividida em classes. Sendo assim, o espaço urbano é profundamente desigual, pois, a desigualdade constitui uma característica própria do espaço urbano capitalista. O espaço urbano é, ainda, constituído por diferentes usos da terra e cada um destes pode ser visto como uma forma espacial, criadas por atividades de produção, venda de mercadorias, que se acham vinculadas aos processos da sociedade que, por sua vez, demandam funções urbanas que se materializam nas formas espaciais construídas por meio dos agentes sociais. Ou seja, quem produz o espaço urbano (a cidade) são os agentes sociais: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Desta forma, os agentes sociais já nominados, através de uma série de processos sociais (entre os quais a acumulação de capital e reprodução social tem importância básica), “criam as funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana.” (CORRÊA, 1995, p.36)

De acordo com Corrêa (1995), os processos espaciais e respectivas formas produzidas são as seguintes: a centralização produz a área central; a descentralização, os núcleos secundários; a coesão, as áreas especializadas; a segregação, as áreas sociais; a dinâmica espacial, a segregação; a inércia, as áreas cristalizadas.

Sendo assim, pode-se dizer que, dependendo da necessidade do sistema capitalista são construídas determinadas formas para supri-las. No caso estudado, os agentes sociais excluídos produziram uma ocupação irregular, ou seja, uma área segregada que posteriormente sofreu intervenção do poder público,

chamada regularização, no intuito de “integrar”, ou melhor, para não apresentar índices depreciantes quanto às habitações do município. A população que compunha o grupo social que gerou a ocupação irregular antes de se segregar sofria com a exclusão social.

O poder público, além de ser um agente social produtor do espaço urbano, segundo Sposito (1994), também organiza a vida que se movimenta pelo espaço através de leis, a exemplo da lei de zoneamento urbano que determinam as áreas da cidade onde podem ser instaladas as indústrias, os edifícios, os conjuntos habitacionais, os tipos e as dimensões das ruas e avenidas que serão construídas na malha urbana, a localização dos edifícios do poder público. No caso de omissão do poder público, ocorre uma insatisfação por parte da população desassistida que busca solucionar os problemas de falta de moradias por conta própria levando a uma mobilização da população e em seguida a ocupações irregulares.

2.1 A HABITAÇÃO E A EXPANSÃO APARENTEMENTE DESORDENADA DAS CIDADES

De acordo com Damiani (2001), embora houvesse um processo de socialização das conquistas tecnológicas no nível do saneamento básico e das conquistas médicas, é possível detectar nesse processo elementos contraditórios. Nas cidades, podem-se constatar realidades urbanas bastante diversas quanto à absorção dessas conquistas. Os níveis de exploração, de desemprego e subemprego do trabalhador colaboram com o processo de exclusão social, e, conseqüentemente, da segregação espacial urbana.

Para Damiani (2001), nos países capitalistas, os conjuntos habitacionais representam o simulacro da cidade, na forma de espaços segregados, projetados segundo modelos que prescrevem o crescimento possível, restringem a qualidade, reproduzem o reino da sobrevivência e a instalação da pobreza e discriminam socialmente a população empobrecida. Nos países empobrecidos como o Brasil, os conjuntos habitacionais tendem a fortalecer o poder inclusive pelas formas de controle da vida urbana e da vida privada, exercidas pelo Estado; nesse intuito, há nesses conjuntos a promoção de programas de desenvolvimento comunitário e controle dos espaços públicos. Desta forma, trata-se de uma

experiência que possibilita a implantação de um processo de massificação e discriminação espacial: “portanto, de controle das desigualdades sociais, no interior de esquemas homogeneizadores” (DAMIANI, 2001, p. 95)

A pressão demográfica favorece a deterioração da vida urbana nas cidades, que explode em centros congestionados, em grandes condomínios periféricos e luxuosos, em periferias empobrecidas e desurbanizadas. Sendo assim, a pressão demográfica aparece como uma das razões da estratégia de homogeneização, ou seja, o modo de produção capitalista configura uma mediação concreta e prática, como é o caso da modelagem do espaço através dos grandes conjuntos habitacionais.

Mesmo assim, com o alto déficit de habitações para a população de baixa renda, os conjuntos habitacionais ainda constituem a esperança de uma melhoria na qualidade de vida.

No contexto histórico brasileiro pode-se constatar que a habitação, desde o período da escravatura, foi utilizada como uma forma de controle da população, pois se trata de um elemento importante na reprodução da força de trabalho que por sua vez é indispensável ao desenvolvimento do capital. No entanto, a forma de aquisição das habitações sempre foi insuficiente (ou irreal) em relação à necessidade da população trabalhadora, gerando um movimento contínuo entre pressão social (pelas condições para a sua reprodução) e desenvolvimento econômico (suprindo precariamente as necessidades e aumentando a demanda).

O anseio da população por habitações persiste por variadas formações econômico-sociais tendo como resultado de um lado, a produção de habitações de baixa qualidade e a intenção de dominação por parte do Estado; e de outro lado a autoconstrução de habitações precárias em locais de ocupações ilegais aumentando a pressão social.

Essas ocupações irregulares podem ocorrer no interior da área urbana, como por exemplo, em fundos de vale, ou ocorrer na periferia⁴ da zona urbana denotando uma aparente expansão desordenada.

O Jardim João Turquino aparenta ser uma expansão desordenada tendo em vista que foi gerado por uma ocupação, em uma área de propriedade

⁴ Termo empregado num sentido literal do vocábulo, indicando parte da cidade localizada em suas bordas.

particular com características rurais, sem infra-estrutura básica para fins residenciais, aliada a sua localização periférica em relação ao centro da cidade

De acordo com Kowarick (1993), a aparência desordenada do crescimento da cidade pode ser vista através do traçado irregular e desconexo de seus espaços vazios e ocupados que sugerem formas disparatadas de ocupação do solo. Essa distribuição espacial da população, isto é, a formação de cortiços, favelas, e bairros periféricos refletem as condições sociais dos habitantes da cidade espelhando no nível espacial a segregação imperante no âmbito das relações econômicas, ou seja, a exclusão social.

A ocupação de alguns bairros periféricos nessa região (sudoeste) da cidade de Londrina proporcionou a existência de uma enorme área que pode ser chamada de vazio urbano. Essa área, atualmente, corresponde aos Jardins Colúmbia D e Sabará III. que foram favorecidos pela infra-estrutura básica instalada nos Jardim Olímpico (1991), Maracanã e João Turquino (mais recentemente) (foto 1).



Foto 1 – Investimento em infra-estrutura urbana. A seta vermelha aponta a Poligonal Turquino/ Maracanã. Pesquisa *in loco*.

Autora: Sarah Dias Martinez Ambrogi, (2007).

Como se observa na foto 1, o *outdoor* mostra que houve o investimento de mais de 1,5 milhões de reais, sendo que as avenidas construídas possuem capacidade para atender um fluxo maior de veículos do que o existente, fruto de um planejamento para que ocorra um aumento substancial na ocupação do solo dessa área, e , conseqüentemente, da população. Note-se que entre 2006 e 2007 foram construídas duas vias que dão acesso à poligonal Turquino/Maracanã e proximidades: a Avenida Juvenal Pietraróia e Rua Soiti Tarumã.

Esses dois novos acessos (foto 2) tiveram investimentos do Governo Federal, ao mesmo tempo em que foi loteado o Jardim Columbia D e paralelamente houve a implantação de outro condomínio fechado localizado a sul do Jardim João Turquino.



Foto 2 – Vista Parcial do acesso à Poligonal Turquino/Maracanã: Av. Juvenal Pietraróia. Pesquisa *in loco*.

Autora: Sarah Dias Martinez Ambrogi, (2007).

Pode-se dizer que houve a espera de valorização pelos proprietários fundiários, caracterizando-se a ação da especulação fundiária ou de acordo com Kowarick (2000), espoliação urbana. Note-se que a especulação fundiária é um processo de segregação espacial que impossibilita os terrenos localizados mais próximos do centro da cidade de serem ocupados durante longos períodos até que haja uma valorização pelo tangenciamento da infra-estrutura básica trazida pela ocupação de áreas distantes ou periféricas. A foto 3 mostra outra área que também foi valorizada pelo acesso recentemente construído e que, atualmente, está sendo preparado para a construção de um condomínio fechado, o Golden Hill Residence⁵.



Foto 3 – Áreas tangencialmente beneficiadas pelas Obras de infra-estrutura e acesso. Pesquisa *in loco*, 2006.

Autora: Sarah Dias Martinez Ambrogi, (2007).

⁵ Um empreendimento da empresa Teixeira e Holzmann Empreendimentos Imobiliários.

Esse condomínio fechado de acordo com Teixeira e Holzmann (2007 *on line*), será implantado seguindo os mesmos conceitos do condomínio Golden Park e ao lado do Royal Forest na região mais valorizada da cidade de Londrina (ilustração 1).



Ilustração 1 – Sítio da empresa Teixeira e Holzmann sobre o condomínio Golden Hill.

Fonte: *on line*: Teixeira e Holzmann (2007)

Nesse sentido, de acordo com Kowarick (2000), observa-se uma das contradições urbanas, pois os investimentos públicos em bens de consumo coletivo têm sido realizados não para atender a grande massa de trabalhadores e incluí-los socialmente, mas sim para a espoliação urbana.

Como pode-se observar pelo mapa de localização oferecido no sítio da empresa supracitada existe uma dificuldade no acesso ao seu novo empreendimento devido a sua localização (ilustração 2) e uma diferenciada preocupação com a segurança (ilustração 3). No entanto, através da foto 5 (p. 92) pode-se observar que existem novos acessos sendo construídos.



Ilustração 2 – Mapa de localização do Condomínio Exclusivo Golden Hill.

Fonte: *on line*: Teixeira e Holzmann (2007)



Ilustração 3 – Localização e segurança do Condomínio Exclusivo Golden Hill.

Fonte: *on line*: Teixeira e Holzmann (2007)

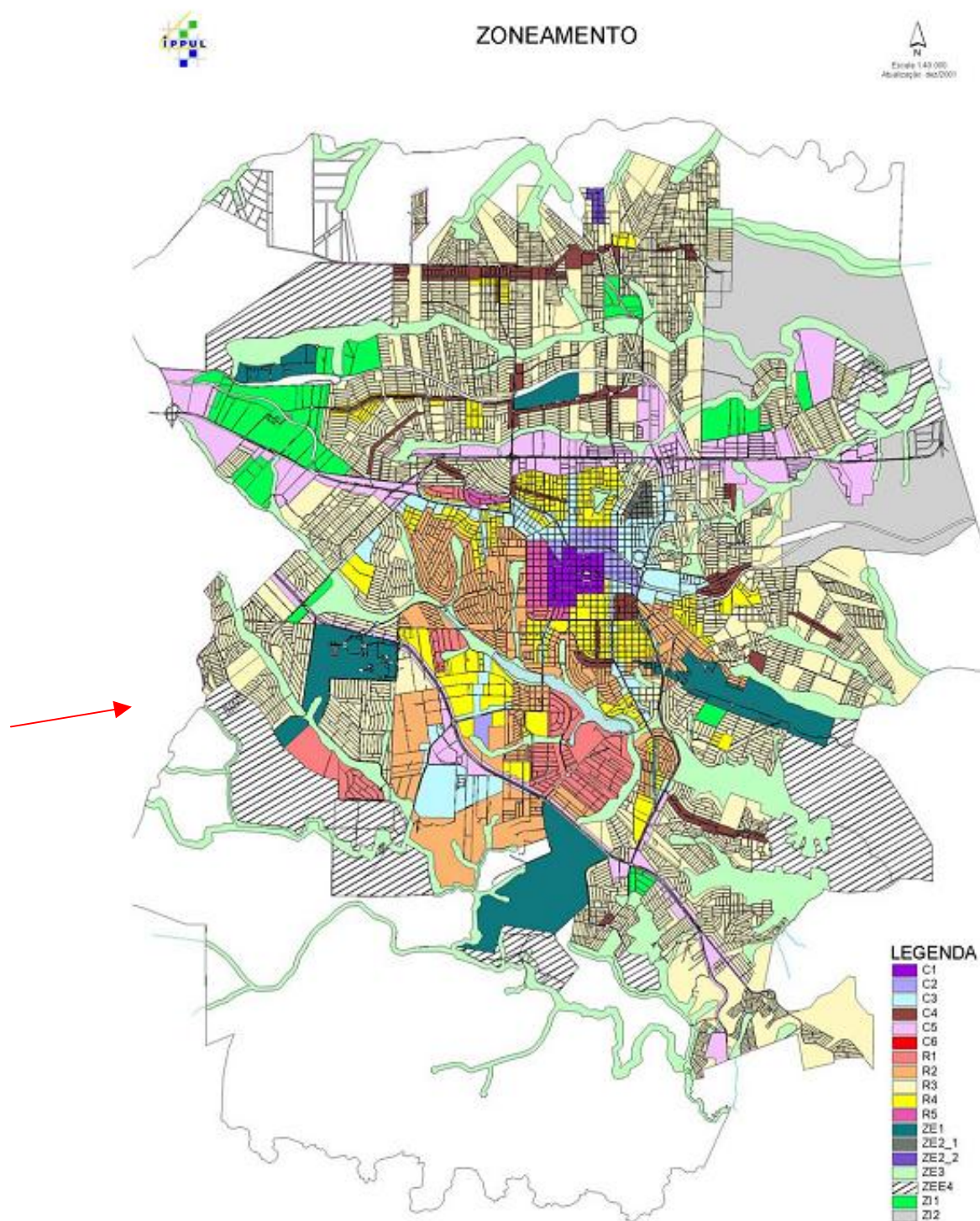
Observe-se que o termo ‘aparente expansão desordenada’ refere-se aos casos supracitados em que houve um planejamento através da delimitação do perímetro urbano e a ação das leis que regem o município, também se incluindo as intenções de outros agentes produtores do espaço urbano como os as imobiliárias e os proprietários fundiários. Os interesses econômicos desses agentes produtores do espaço urbano juntamente com os agentes sociais excluídos produzem os espaços

periféricos. Reforça-se ainda que o zoneamento urbano atua como um dos instrumentos de planejamento para toda a cidade, como observa Carvalho (2000), quando cita a Carta de Andes (1956), “o zoneamento é o instrumento legal de que dispõe o poder público para controlar o uso da terra, as densidades de população, a localização, a dimensão, o volume dos edifícios e seus usos específicos, em prol do bem-estar social” (Carta de Andes, apud. CARVALHO, 2000, p. 48).

Todavia, acredita-se que nem sempre as leis de zoneamento urbano são guiadas pela busca do bem-estar social de toda a população, pois no sistema de produção capitalista as áreas mais bem servidas de recursos e infra-estrutura são destinadas às populações com maior poder de aquisitivo.

Nesse sentido, pode-se dizer que o Jd. João Turquino não se trata de uma expansão desordenada, ou seja, sem planejamento, pois como se observa no mapa 1 essa área é considerada como uma ZCC4, ou seja, Zona Corredor Comercial e parte em Residencial 3. Por outro lado, pela seqüência de ocupação da área que pode ser observada pela foto aérea (página 92), deduz-se um interesse comercial dos proprietários fundiários dos terrenos vizinhos que se favoreceram da infra-estrutura e transporte proporcionadas à Poligonal Turquino/Maracanã.

Sendo assim, pode-se dizer que em cada período da história a sociedade buscou maneiras de equilibrar esse movimento procurando atender as exigências do capital e da população trabalhadora criando as formas de habitação no espaço.



Mapa 1 – Mapa de Zoneamento Urbano.

Fonte: *on line*: Prefeitura Municipal de Londrina, (2004).

2.2 A HABITAÇÃO COMO FATOR DE MUDANÇA

A falta de moradias e a incapacidade do poder público em garantir esta condição básica tem levado parte da população com baixo poder aquisitivo a ocupar áreas irregularmente.

De acordo com Singer (1998), as desigualdades regionais, inerentes ao modelo capitalista, podem ser encaradas como motor principal das migrações internas, pois as regiões favorecidas não cessam de acumular vantagens enquanto que as desfavorecidas sofrem um empobrecimento relativo. Neste contexto, Singer (1998) afirma que no processo de migração existem fatores de expulsão que levam à migrações de duas ordens: fatores de mudança e de estagnação, já citados no item 1.2. Ambas as alternativas podem ser transpostas para a análise do processo de migração urbana; no caso do fator de mudança, gerado a falta de emprego e o conseqüente baixo poder aquisitivo em determinada região, somado ao fator de estagnação gerado por déficit habitacional produzindo uma pressão populacional, citando-se como exemplo os bairros totalmente ocupados ou sofrendo especulação imobiliária. Aliados estes fatores levam a população a migrar em busca de novas áreas para habitar e em conseqüência ocorre a expansão aparentemente desordenada da cidade, visto que as áreas sem infra-estrutura são de menor valor aquisitivo e, geralmente, se encontram nas periferias das cidades.

Para Spósito (1994), habitação é o local de moradia das pessoas, seja na cidade ou no campo. É refletindo as desigualdades que se sustenta o sistema capitalista.

Nota-se que existem grandes disparidades entre as moradias das pessoas, principalmente, por se viver em uma sociedade de “classes”; por exemplo, alguns possuem grandes mansões, outros conquistam sua casa própria com muita dificuldade e ainda há os que não possuem moradia e procuram se abrigar construindo submoradias em áreas de difícil acesso. De acordo com Spósito (1994), nos países em desenvolvimento, o problema da carência de habitações é gerido pelo governo através do estímulo à autoconstrução de casas e edifícios. Porém, as conseqüências desta atuação são a construção de conjuntos habitacionais, com casas pequenas ou edifícios repetitivos de apartamentos, com a mesma arquitetura e muitas vezes de baixa qualidade. As pessoas perdem a individualidade devido à

monotonia desses conjuntos. E, muitas vezes, procuram fazer modificações, desperdiçando materiais de construção, que poderiam ser melhor aproveitados em novas habitações.

Segundo o mesmo autor, construir conjuntos monótonos, era uma política praticada em nome da igualdade social e para resolver o problema de habitação. Através desta política não deveriam faltar moradias, porém, como se trata espaços urbanos formatados no modo de produção capitalista, considera-se que se perdeu a privacidade da residência causando um sentimento de frustração na população contemplada. Desta forma, adquirir uma habitação consistia em um problema para a maioria das pessoas em países em desenvolvimento, pois, adquiri-la tornava-se difícil devido à baixa escolarização, paralela ao desemprego e aos baixos salários.

Para exemplificar a dificuldade na aquisição de uma casa em um conjunto habitacional tem-se o caso do município de Londrina onde, para se adquirir uma casa em um Conjunto Habitacional, é necessário estar trabalhando, possuir uma renda fixa e não possuir nenhuma propriedade em seu nome. Para facilitar a aquisição, as casas são financiadas pela COHAB-LD, geralmente no prazo de 25 anos. Este tipo de bairro possui as seguintes características: construções em alvenaria, com redes de água e energia elétrica, pavimentação asfáltica. E a ocupação das casas é organizada somente após o término da construção. Como se pode verificar trata-se de um processo de ocupação organizado e gerido pelo poder público.

Tendo em vista que todas as pessoas precisam de um lugar para morar, e, que a aquisição de uma casa em um conjunto habitacional é difícil devido à situação econômica da maioria da população brasileira, passam a ocorrer ocupações ilegais, como as favelas, em terrenos que podem ser públicos ou privados, sem nenhuma infra-estrutura e ali permanecem em barracos até a regularização da área, e, posteriormente, a sua urbanização. É importante lembrar que estas moradias estão em constantes reformas, pois, são produtos da autoconstrução. Muitas vezes, essa forma alternativa de habitação produz uma expansão aparentemente desordenada da cidade.

No próximo item será abordada a questão habitacional brasileira e a sua influência na produção do espaço urbano marcadas por períodos históricos e fases econômicas.

2.3 UM BREVE HISTÓRICO DO PROBLEMA HABITACIONAL NO BRASIL

No Brasil, segundo Blay (1978, apud PERUZZO 1984), a questão habitacional pode ser dividida em quatro (04) momentos históricos: no período escravocrata, a solução habitacional foi a senzala; na primeira etapa da industrialização, foi a construção de vilas operárias; em seguida instala-se um processo espontâneo de expansão urbana e em conseqüência surge a proposta de construção de habitação em massa na forma de conjuntos habitacionais financiados pelo BNH (Banco Nacional de Habitação). Em todos esses momentos pode-se reconhecer um vínculo essencial: “a habitação tem sido usada como forma de preservação e controle da força de trabalho” (Blay, 1978, apud PERUZZO, 1984, p.31)

No período escravocrata a habitação foi de responsabilidade senhorial, tanto no campo como nas cidades. O escravo era mantido segregado nas senzalas, de modo que, era pela habitação que o proprietário preservava e protegia a sua mercadoria – o escravo.

No início do século XIX, razões exógenas e endógenas levaram o Estado a intervir esparsamente na questão habitacional e na produção do espaço urbano. A mudança da Família Real para o Brasil em 1808 provoca a ocupação das melhores habitações, pois seus ocupantes cederam-nas aos colonizadores recém-chegados. O Estado respaldou os interesses dominantes mediante a exclusão do acesso à propriedade por parte das classes subordinadas através da Lei de Terras de 1850. Esta situação de despojamento do trabalhador era uma necessidade da nova fase de desenvolvimento capitalista. Ela requeria o trabalhador livre, desse modo, o trabalhador ficou desamparado pelo poder público quanto à necessidade básica de moradia, gerando uma enorme demanda a ser suprida posteriormente.

Nesse período se desenrolou o processo de abolição da escravatura e se substituiu a mão-de-obra escrava pela força de trabalho do imigrante europeu. Os imigrantes, em geral europeus despossuídos, durante alguns anos teriam que trabalhar para o resgate do preço de sua passagem entre os países da Europa e o Brasil. E a localização deles na colônia torna-os dependentes do fazendeiro. Na colônia, o imigrante tinha garantido o abrigo, enquanto se torna mão-de-obra cativa. Peruzzo (1984) ressalta que, nesse período, o papel do Estado não é insignificante,

ele se fez presente quando os interesses das classes dominantes o exigem. No entanto, a questão habitacional foi resolvida sobretudo pelo capital.

Para entender o problema da habitação no Brasil, precisa-se compreender o processo de urbanização brasileira. Segundo Maricato (1997, p.26), no final do século XIX, a base política continuava sendo constituída pela mesma elite agrária, aliada aos intermediários urbanos que há séculos dominava o país. Mas, parte dela havia incorporado os valores positivistas de conhecimento técnico e racionalidade, refletidos no *slogan* que seria adotado pela República: *Ordem e Progresso*, que favorecia a pressão social por parte das classes subordinadas e adquirem presença com a existência de jornais de tendência proletária, da criação de ligas, associações e federações operárias, formação de partidos operários socialistas, realização de congressos operários, greves e protestos. Porém, algumas reivindicações dentre as quais a construção de habitações populares são atendidas somente após 1930.

A plataforma da Aliança Liberal para as eleições de 1930, após criticar a não-aplicação da legislação, coloca a questão da habitação do trabalhador no contexto de outras necessidades da reprodução da força de trabalho. Desse modo, se afirma a preocupação em relação ao suporte básico do sistema: capital e trabalho (PERUZZO, 1984).

Através da Constituição Republicana o voto se torna direto e universal excetuando-se as mulheres; o Estado e Igreja são separados, e, o registro civil e de casamento é instituído. Apesar de todas essas mudanças, cerca de 80% dos trabalhadores brasileiros permaneciam no campo. Enquanto que a indústria nascente se expande, as cidades não são mais apenas o local das atividades administrativas, comerciais, financeiras e culturais. Elas passam a ser também o local da produção. Portanto, os imigrantes, os escravos libertos e os trabalhadores brancos livres, foram aos poucos constituindo uma massa urbana que demandavam produtos industriais para sua sobrevivência, e claro, de um local para moradia. A habitação passa a ser uma das principais demandas ligadas à melhoria de vida, permanecendo sem solução até os dias de hoje.

Note-se que, segundo Maricato (1997), o rápido crescimento populacional urbano sem o acompanhamento do poder público, através da implantação de saneamento foi a causa de epidemias de cólera e febre amarela que tomavam conta das cidades. Para solucionar o problema nas principais cidades

brasileiras (Rio de Janeiro) foram lançados projetos de reforma urbana que conjugaram saneamento com embelezamento e segregação territorial.

O saneamento tinha como objetivo, além das medidas propriamente higienistas, afastar das áreas centrais os pobres, mendigos e negros, juntamente com seu estilo de vida.

O embelezamento consistia em dar a essas áreas um tratamento estético e paisagístico que pressupunha a inexistência da pobreza. Porém, a solução do problema de moradia da massa trabalhadora pobre não fazia parte desses projetos de reforma urbana.

Pode-se dizer que, o urbanismo que marcou o século XX no Brasil, foi caracterizado por uma modernização excludente, ou melhor, houve o investimento nas áreas que constituem o cenário da cidade hegemônica ou oficial, com a conseqüente segregação, diferenciação acentuada na ocupação do solo e na distribuição dos equipamentos urbanos (PERUZZO, 1984).

As cidades republicanas passaram a esconder o trabalho (criando as entradas de serviço) e o trabalhador, pois, expulsaram os negros e os brancos pobres para as periferias, para os subúrbios, para os morros ou para as várzeas.

Na base desta transformação estava o processo que torna as edificações (moradias) uma mercadoria capitalista, apropriada de forma distinta pelas classes ou grupos sociais (PERUZZO, 1984). E a propriedade privada da terra era a primeira condição para que alguém pudesse ter acesso a essa mercadoria. Mas, não era suficiente, pois, uma complexa legislação que estabelece normas para a construção de edifícios começa a ser instituída. Os códigos de postura municipais, que regulamentavam a construção e a reforma de edifícios, com exigências para a realização da obra, posse legal do terreno, tiveram um papel fundamental na estruturação do mercado imobiliário, e, segundo Maricato (1997), estavam excluídos os que não reuniam condições para construir, nem recursos para adquirir uma mercadoria assim, definida legalmente. A extensão do transporte somados as obras de infra-estrutura até os loteamentos residenciais (que poderia se destinar aos ricos ou aos pobres), e o preço da terra que é alto na área urbana, foram fundamentais para viabilizar o assentamento residencial da população trabalhadora pobre nos subúrbios.

Outra modalidade habitacional do período são as vilas operárias, que surgem no contexto da crise do capitalismo. As transformações sofridas por ele,

com suas crises, com a Primeira Guerra Mundial, com a crise interna nos países do Velho Mundo, criaram condições propícias para o crescimento industrial brasileiro em que a mão-de-obra vale-se praticamente dos imigrantes europeus. E, para a reprodução da força de trabalho as indústrias constroem habitações -conjuntos residenciais operários ao lado das fábricas. Nesse período, o lote urbano tem baixo preço e o uso do material de construção é racionalizado, portanto o investimento que o industrial tinha que fazer era compensador.

Além disso, de acordo com Kowarick (1993, p. 34-35), o fornecimento de moradias pela própria empresa diminuía as despesas dos operários com sua própria sobrevivência, permitindo que os salários fossem rebaixados. Pode-se dizer que, nesse caso, o fator habitação tornava o operário um ser alienado, diminuindo as reivindicações quanto ao trabalho e a procura por novos empregos que oferecessem melhores salários e condições empregatícias. Quanto ao uso destas moradias, ficavam sujeitos às normas estabelecidas pelos patrões.

No entanto, essa solução habitacional tendeu a desaparecer devido ao desencadeamento dos seguintes fatores que tornaram esse investimento anti-econômico: intensificação da industrialização, crescente número de trabalhadores e conseqüente pressão sobre a oferta de habitações populares, paralelamente à valorização dos terrenos fabris e residenciais.

Segundo Maricato (1997), apesar de incentivos do governo brasileiro para que as empresas capitalistas produzissem habitações populares no final do século XX, estas empresas não conseguiram vencer a concorrência da produção informal, alimentada pelo baixo poder aquisitivo da população.

Observe-se que, com a revolução de 1930, a burguesia agrário-exportadora perde sua hegemonia e o Estado interfere decisivamente na promoção da industrialização através da produção de materiais para infra-estrutura (aço, petróleo, rodovias) e de subsídios ao capital industrial e ao desenvolvimento do mercado interno, ou seja, aumenta-se a acumulação de capital e a exploração da força de trabalho, ao mesmo tempo em que crescem os conflitos entre capital e trabalho. O capital aciona o Estado para estabelecer o salário mínimo, subordinar o sindicato ao Estado, para controlar a força de trabalho, codificar a legislação trabalhista (CLT), assumir a criação das condições gerais urbanas, criando condições para a reprodução da força de trabalho, liberando o capital de tais encargos, de sorte a elevar a acumulação. A política social de habitação, deste

período surgiu com o populismo, que tem como essência reconhecer as carências sociais, mas dando a ela um tratamento paternalista e simbólico, que nega a auto-organização dos trabalhadores.

Segundo Peruzzo (1984), o presidente Vargas se evidencia na defesa dos interesses das classes dominantes que ocorre em estreita colaboração como poder público. O Estado reforça a cumplicidade entre capital e trabalho favorecendo a reprodução da força de trabalho. Desta forma, a oposição e as lideranças operárias foram desestruturadas, porém, a massa trabalhadora seria submetida à intensa propaganda do governo e das “benesses” que este lhe concede: a instituição da previdência, promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho e a fixação do salário mínimo. Pode-se dizer que, os benefícios sociais concedidos pelo poder público, através das leis trabalhistas, acabaram por enfraquecer os movimentos sociais reivindicadores e como consequência histórica promoveram a falta de consciência de luta e manutenção dos direitos.

Pela primeira vez se reconhecia que o mercado privado não tinha condições de resolver o problema da moradia e que o Estado tinha a responsabilidade de fazê-lo. O Estado fez muitas promessas no intuito de resolver este problema, porém não conseguiu atender a demanda de moradias que aumentava muito devido a migração interna formada por uma imensa massa de desempregados em busca de trabalho nas cidades mais desenvolvidas.

Sendo assim, as soluções encontradas por esses trabalhadores foram: ocupar os loteamentos ilegais e a autoconstrução, que, juntamente com o serviço de transporte coletivo, foi responsável pela formação de extensas áreas ocupadas nas periferias urbanas.

Na década de 1950, com o modelo desenvolvimentista, o Brasil cresceu economicamente, mas as desigualdades se aprofundaram. Os conflitos afloraram e tinham nas massas rurais e urbanas atores bastante mobilizados que cobravam reformas de base. E o capitalismo industrial se desenvolve aumentando o número de empregados, atraindo mais mão-de-obra para a cidade, ou melhor, o crescimento urbano ocorreu concomitantemente ao desenvolvimento econômico e na década de 1950 verifica-se um relativo desafogo na crise habitacional.

Com o término da ditadura do Estado Novo, o governo passa a ser mais sensível aos interesses populares, que podem ser expressos pelo aumento do salário mínimo. Por outro lado, são abertas possibilidades aos trabalhadores

sindicalizados de encontrar algumas soluções para o problema da habitação: financiamentos, por intermédio de institutos, sindicatos, que passam a organizar sistemas de construção e venda de moradias para os membros de sua categoria.

Em 1964, com um golpe de Estado houve um período de intensa intervenção estatal na produção da habitação e do espaço urbano, com a criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do seu agente central, o Banco Nacional de Habitação (BNH). O Estado passa a ver na habitação popular um meio para atender a demanda de moradia e ao mesmo tempo uma forma de amenizar o conflito entre forças produtivas e as relações de produção. De acordo com Peruzzo (1984, p. 39) esta situação foi bem expressa pelo *slogan*: “um proprietário a mais, um revolucionário a menos”. Nesse sentido, surgem os argumentos justificativos da Fundação da Casa Popular e do Banco Nacional de Habitação (BNH) nos quais a habitação é tomada pelo poder público como instrumento de manutenção da ordem social vigente. Sendo assim, em agosto de 1964 foi formulado um Programa de ação do governo revolucionário, com o objetivo de, em curto prazo, deter a inflação e estimular a produção. Esperava-se estimular a produção mediante um plano governamental de construção de residências populares, que ao mesmo tempo incentivaria as indústrias básicas, fornecedoras da construção civil e daria saída ao problema social apresentado pela aguda carência de habitações nas cidades.

Como se observa, há exemplos de propostas que buscam solucionar inúmeros problemas econômicos e políticos utilizando a habitação como instrumento de controle e reprodução da força de trabalho. De acordo com Maricato (1996), um dos exemplos mais significativos está na criação do BNH, que se inspirou em uma proposta aprovada no Congresso de Reforma Urbana, promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, em 1963, na cidade de Petrópolis. No entanto,

Se o sistema SFH/BNH financiou um razoável número de moradias em toda a sua vida (mais de 18 milhões) é verdade também que os recursos envolvidos obedeceram freqüentemente à lógica geral da agressão ambiental, concentração de rendas, do superfaturamento, do clientelismo e da corrupção. (MARICATO, 1996, p. 40)

Assim sendo, Maricato (1996) lista os principais desvios ocorridos nesse plano de ação, sugerindo-se atenção para que sejam evitados posteriormente:

- Centralização, falta de transparência e autoritarismo.
- Critérios clientelistas na distribuição de recursos/ausência de critérios sociais e técnicos objetivos.
- Desconhecimento da realidade urbana local, pois, freqüentemente os conjuntos habitacionais eram construídos distantes da área central, contrariando o desenvolvimento urbano adequado e favoreciam a especulação fundiária.
- Priorização absoluta do financiamento para novas moradias desprezando programas diversificados ligados a regularização de favelas, loteamentos ilegais e cortiços.
- Desprezo pela qualidade ambiental, urbanística e desempenho arquitetônico dos projetos, excessivamente padronizados e de baixa qualidade.
- Falta de empenho da fixação de normas e padrões de compatibilidade e desempenho de materiais e componentes de construção.
- Ausência de fontes de recursos orçamentários e outras fontes significativas de recursos a fundo perdido em todos os níveis de governo.
- Má gestão dos conjuntos, inadimplência generalizada.
- Ausência da diversidade e de parcerias com a sociedade civil na promoção de novas moradias.

Para Maricato (1996), o direito à moradia e à cidade, atualmente, exigem além de evitar os desvios, anteriormente descritos, a superação de duas heranças do Brasil arcaico, que estão sedimentadas nos procedimentos estatais: a concentração dos investimentos públicos seguindo a lógica da valorização imobiliária e a legislação urbanística⁶, que se pretende moderna, porém têm a implicação de contribuir com a escassez de moradias e o atraso tecnológico na construção civil.

Hoje, o problema da habitação no Brasil continua muito grave, pois, a oferta de moradias pelo poder público além de não atender a demanda, oferece financiamentos imobiliários que não passam pelas reais necessidades dos adquirentes. Tendo em vista a realidade de muitos que estão desempregados e outros que não conseguem comprovar a renda por serem trabalhadores informais,

⁶Propriedade fundiária e imobiliária, parcelamento, zoneamento, código de obras, etc.

famílias que moravam pagando aluguel se deslocam em busca de uma moradia própria mesmo que seja em ocupações ilegais.

Esses deslocamentos compreendem grande número de famílias descontentes com sua situação e que se organizam em busca de novas áreas para ocupação. As áreas escolhidas, geralmente, são afastadas do centro urbano e sem infra-estrutura, sendo assim, possuem menor valor para a sua aquisição visto que o objetivo é adquirir⁷ uma residência própria e não receber gratuitamente.

Atualmente, as tentativas do poder público em solucionar este problema ainda existem, porém são obras inacabadas, que na maioria das vezes, tem como objetivo garantir votos uma reeleição. Enquanto, o poder público “procura uma solução”, a população de baixa renda continua ocupando áreas irregulares, de difícil acesso e sem infra-estrutura, para garantirem a sua sobrevivência. Quando ocorrem estas ocupações, as Prefeituras procuram regularizá-las o mais rapidamente possível, para que estas não fiquem registradas como favelas. Por conseguinte, mascaram os dados do desenvolvimento social do município e o direito à cidadania que precisa ser construído através de uma consciência social, principalmente na luta pelo atendimento às necessidades mínimas das classes com menor poder aquisitivo.

Note-se que, a incapacidade do poder público em suprir a necessidade de moradia para a população com menor poder aquisitivo tem proporcionado uma expansão aparentemente desordenada da cidade de Londrina. Portanto, no capítulo posterior será abordado o processo de produção do espaço urbano londrinense tomando-se como principal fator a necessidade de habitar.

⁷ Adquirir, visto que após a regularização da área pelo poder público existe um parcelamento do valor da propriedade.

3 LONDRINA E A HABITAÇÃO

O bairro em estudo, o Jardim João Turquino (localização apontada pela seta vermelha, mapa 2), localiza-se na área urbana do Município de Londrina que está situado entre 23°08'47" e 23°55'46" de Latitude Sul e entre 50°52'23" e 51°19'11" a Oeste de Greenwich, ocupando uma área de 1.715,897 Km² do Estado do Paraná.



Mapa 2 – Município de Londrina Divisão Distrital.

Fonte on line: Londrina: (2004).

A zona urbana do Município de Londrina corresponde à 118,504 Km² e a zona de expansão urbana é de 119,796 Km², totalizando 238,30 Km². De acordo com o Censo Demográfico 2000 (IBGE), Londrina registra uma população total de 446.822 habitantes, distribuídos em 215.718 homens e 231.104 mulheres. A

população urbana, equivale a aproximadamente 96% da total (IBGE). De acordo com o IBGE (2000) a densidade demográfica do município é de 259,07 hab./Km².

Como se pode observar no quadro 2, o Município de Londrina teve sua cidade planejada na década de 1920 para atender cerca de 20 mil habitantes, no entanto, ocorreram inúmeras alterações decorrentes da sua condição de pólo regional, apresentando crescimento no setor de comércio e serviços, que atraiu um grande maior contingente populacional.

POPULAÇÃO URBANA E HABITAÇÃO EM LONDRINA
<ul style="list-style-type: none"> ● 1920- Cidade planejada para atender cerca de 20 mil habitantes. ● 1940- Emancipada apenas há 6 anos já possuía 75.296 habitantes ● 1950- 48% da população se concentrava na área urbana, primeiros registros de favelas ● 1960- 57,40% população encontrava-se na área urbana. Elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento urbano. ● 1965- Criação da COHAB-LD ● 1970- 71,67% população encontrava-se na área urbana. Transformações na estrutura agrária. Construção de vários conjuntos habitacionais (na região norte) ● 1980- 88,48% população encontrava-se na área urbana. ● 1986- O BNH foi extinto e suas funções foram absorvidas pela Caixa Econômica Federal ● 1990- surgimento de assentamentos urbanos (baixa oferta de moradias, financiamentos e rebaixamento do poder aquisitivo da população). ● 1991- 94 % população encontrava-se na área urbana. ● 1995- principiada a ocupação do Jd. João Turquino ● 2000- 96% da população encontrava-se na área urbana.

Quadro 2 – População urbana e Habitação em Londrina. Organização: Sarah D. M. Ambrogi.

Fonte: Londrina (2001) e Londrina (2002)

O Censo Demográfico de 1940 (LONDRINA, 2002) demonstra o grande crescimento da população paranaense comparada ao restante do país, sendo que em relação ao censo anterior o Paraná apontou um crescimento de 80%, enquanto que a população brasileira cresceu 34%. Nessa época, a população paranaense era de 1.236.276 habitantes. Londrina, emancipada há apenas 6 anos, já contava com 75.296 habitantes.

Na década seguinte, 1950, iniciava-se o rápido processo de urbanização de Londrina, que já contava com cerca de 48% da sua população na

área urbana e começava então a despontar como uma das cidades mais importantes do interior do Brasil, atuando no papel de importante centro de comercialização dos produtos agrícolas, assumindo o comando regional e expandindo para a região norte-paranaense, principalmente a partir da década de 1960. (LONDRINA, 2002). Nesse período surgiram os primeiros registros de favelas, localizando-se nas áreas periféricas do centro inicial, próximo a linha férrea, decorrentes das atividades desenvolvidas para atender a demanda do setor ferroviário, necessitando, dessa forma readaptar seu planejamento e ordenar a ocupação da população que chegava à cidade, provenientes tanto da zona rural como urbana, que via em Londrina a imagem de uma cidade em progresso. (DORES, 2005)

De acordo com Dores (2005), somente na década de 1960 é que foi elaborado o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, visando organizar a ocupação espacial de Londrina, quando esta passa a ser considerada a segunda maior cidade do Estado do Paraná, pelo seu desenvolvimento industrial, comercial e de serviços, e, pela significância no crescimento populacional.

A partir de então, em virtude das grandes transformações na estrutura agrária⁸, ocasionando a evasão rural; o percentual referente à população urbana aumentava a cada década, subindo para 57,40% em 1960, 71,69% em 1970, 88,48% em 1980, 94% em 1991 e chegando a 96% no ano 2000 (LONDRINA, 2002).

Em 2000, já se notava uma pressão sobre a demanda habitacional e serviços de infra-estrutura que comprometiam a qualidade de vida em Londrina. Segundo dados do IBGE, 34,24% da população ganhava até três salários mínimos, e existiam muitas moradias em situação de carência e precariedade de infra-estrutura. E, ainda foram identificadas 9.532 famílias que viviam em aglomerados subnormais⁹, sendo que 7.170 localizavam-se em favelas regulares. As demais 2.362 famílias estavam em ocupações irregulares ou clandestinas. (LONDRINA, 2002)

⁸ SILVA, J.G. da. *A Modernização Dolorosa*. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

⁹ O termo aglomerados subnormais é utilizado pela COHAB-LD para referir-se aos assentamentos urbanos, favelas e ocupações irregulares de Londrina (DORES, 2005)

Segundo o PEMAS (Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais do Município de Londrina-PR, Londrina, 2001) observa-se que do total de 446.822, aproximadamente 160.354 pessoas se encontram em situação de risco pessoal e social. Note-se que a população londrinense compõe-se de 108.014 famílias dentre as quais 60.488 (56%) sobrevivem com renda inferior a três salários mínimos. Esses dados incluem as famílias com rendas inferiores, inclusive as sem renda. Essa condição econômica pode ser considerada de risco, pois dificulta a manutenção das necessidades básicas de sobrevivência como alimentação e habitação, pelos preços elevados e pela ausência de planos de financiamento para a população dessa faixa salarial.

Dessa forma, os contrastes sociais se evidenciam e se agravam, possibilitando a conclusão de que é alto o índice de população excluída no município. Mais preocupante, ainda é o alto percentual de cidadãos em formação nesta faixa de excluídos (61.900 jovens), pelo comprometimento no seu desenvolvimento físico, intelectual e moral, que representa, em suma, o futuro social/urbano de Londrina, dependente de Políticas e Programas que os conscientizem e os resgatem. (LONDRINA, 2001)

De acordo com o PEMAS (LONDRINA, 2001), com relação à distribuição das despesas por área no orçamento municipal, nota-se que o percentual dos gastos do município com Habitação e Urbanismo foi pequeno: 3,53% em 1997; 2,72% em 1998; 2,18% em 1999 e 2,79% em 2000. Quanto aos percentuais para Habitação e Urbanismo, não se pode afirmar quanto ao que foi repassado à COHAB-LD, pois embora o item também se refira a habitação, o percentual foi todo direcionado para urbanismo, não havendo repasse para a COHAB-LD, como pode ser observado no gráfico a seguir (gráfico 1). No entanto, há controvérsias quanto ao repasse de verbas municipais à Companhia, já que a Prefeitura Municipal de Londrina é o sócio majoritário. De acordo com a Lei Orçamentária de 2005 (LONDRINA, 2005), a participação do município no capital da COHAB-LD foi de 400.000 reais para ampliar o seu patrimônio e para atingir os seguintes objetivos: a produção e a comercialização de unidades habitacionais, a promoção de programas de urbanização e/ou reurbanização de áreas, aquisição, urbanização e venda de imóveis, entre outros, em conformidade com as Leis Municipais nº. 1.008/1965 e nº. 3.936/1986.

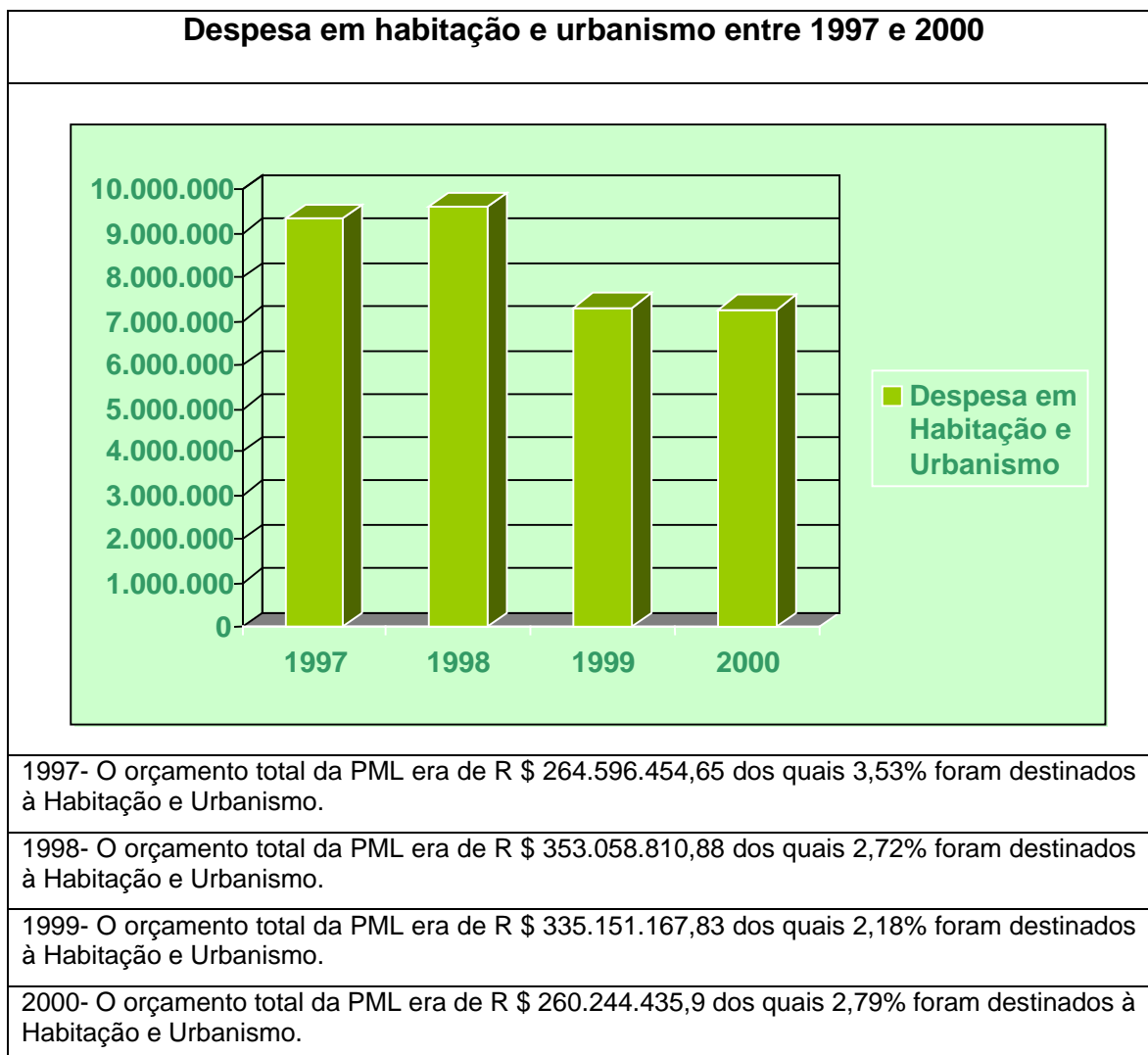


Gráfico 1 – Despesa em habitação e urbanismo entre 1997 e 2000.

Fonte: Londrina (2001). Org. Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Como se pode observar no gráfico 1 não é possível estimar os gastos específicos de habitação, verificando-se que o ano de 1998 teve a maior receita e o menor repasse para habitação e urbanismo no período entre 1997 e 2000.

A Companhia de Habitação de Londrina (LONDRINA, 2001), foi criada pela Lei Municipal n.º 1.008 de 26 de agosto de 1965, com alterações através da Lei n.º 3.936, de 24 de dezembro de 1986, e, foi vinculada à Prefeitura do Município de Londrina, como entidade de administração indireta. É uma sociedade por ações e economia mista, cujo sócio majoritário é a PML (Prefeitura Municipal de Londrina) e atende as normas do SFH (Sistema Financeiro de Habitação) e ou SFI

(Sistema Financeiro Imobiliário) e as diretrizes da política de desenvolvimento urbano e social do Município.

Segundo o Estatuto Social da COHAB-LD (LONDRINA, 2001) é sua função a produção e comercialização de unidades habitacionais, principalmente as de interesse social, obedecendo às normas e critérios estabelecidos pelo Governo Municipal e pela legislação federal, assim como a promoção de programas de urbanização de áreas, principalmente as ocupadas por favelas e habitações precárias, inclusive na aquisição de terrenos, amigável ou judicialmente. Administra a aquisição e a venda de imóveis destinados à habitação ou industrialização e que possam promover a oferta de mão-de-obra em localidades de população carente, segundo as diretrizes da CODEL (Companhia de Desenvolvimento de Londrina). A COHAB-LD, ainda apóia a execução de programas e projetos de desenvolvimento comunitário (LONDRINA, 2001).

Nesse contexto, a COHAB-LD passou a exercer suas funções em conjunto com outros órgãos e instituições públicas, e, recentemente foram iniciadas pesquisas diagnósticas sobre a habitação no Município de Londrina e possíveis locais de intervenção do Programa Habitar Brasil/BID, através da elaboração do Plano Estratégico Municipal de Assentamentos Subnormais (LONDRINA, 2001). De acordo com o relatório elaborado em 2001, foram detectadas deficiências nas informações coletadas nas instituições que podem ter refletido negativamente no funcionamento da gestão habitacional; desse modo, o PEMAS (LONDRINA, 2001) sugere medidas que desestimulem a formação de aglomerados subnormais.

De acordo com o PEMAS (LONDRINA, 2001), historicamente, pode-se verificar que não houve uma continuidade nos projetos de políticas públicas municipais entre as suas gestões, exceto entre 1993 e 1997, nas gestões dos prefeitos Luiz Eduardo Cheida e Antônio Casemiro Belinati. Nesse período, houve duas conferências municipais que levaram à criação do Conselho Municipal de Habitação tendo em vista os modelos nacionais de intervenção do poder público. De acordo com a Política Municipal de Habitação (LONDRINA, 2006),

A Companhia de Habitação de Londrina, a COHAB-LD, representa, neste sentido, o reflexo no município de um movimento no setor da habitação que o país vem atravessando, destacadamente nos últimos 40 anos. Centralização das decisões com pouca ou nula efetiva participação popular no processo, focalização na produção da habitação através de financiamentos, desvinculação das ações no

setor com a política de desenvolvimento urbano municipal e regional, poderiam ser as principais características que resumem sua atuação no município ao longo de sua trajetória. Política Municipal de Habitação (LONDRINA, 2006)

Em 2001 foi realizado um levantamento das condições sócio-econômicas dos moradores da Poligonal¹⁰, para futuras atuações do poder público local. Mas, somente em junho de 2003 foi liberada a verba para tal intervenção e foi a partir desse momento que a COHAB-LD iniciou o levantamento junto às famílias dos bairros Maracanã e João Turquino, e, em 2004 é que as obras começaram a ser executadas pelo Programa Habitar Brasil. Esse Programa contou com recursos da União e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e estava subdividido em: subprograma de desenvolvimento institucional e subprograma de urbanização de assentamentos subnormais, através da COHAB-LD.

Na busca de resolver sua necessidade habitacional por meios próprios as famílias de menor renda ocupam regiões impróprias, íngremes, sujeitas à inundações, suscetíveis a deslizamentos, e outras áreas inadequadas para habitação. Esse tipo de ocupação, se por um lado coloca em risco a integridade física dos moradores e de seu patrimônio, por outro, causa danos ambientais que, com frequência, não ficam circunscritos às áreas dos assentamentos. São conhecidos, por exemplo, os efeitos provocados pelo corte indiscriminado de vegetação para a edificação em encostas, o desrespeito às linhas naturais de drenagem dos terrenos com o seu bloqueio e o acúmulo de lixo doméstico em encostas, córregos e rios. Esse problema se ampliou muito nos últimos anos, entre outros motivos, pela retração da ação dos governos no setor habitacional. (Manual de orientação do Subprograma de Desenvolvimento Institucional do Município – Programa Habitar - Brasil/BID, In: LONDRINA, 2001, p. 2)

Segundo Dores (2005) o Programa Habitar Brasil (foto 4) tem como objetivo geral contribuir para melhorar a qualidade de vida das famílias de baixa renda (de até três salários mínimos) que se encontram em situação de risco pessoal e social, moradores de favelas, ocupações irregulares, entre outras formas irregulares de loteamentos, ou seja, possibilitar a inclusão social da população local. Ainda, visa fortalecer as condições administrativas e institucionais dos municípios

¹⁰ Os documentos cedidos pela COHAB-LD e PML (LONDRINA 2001 e 2002) trazem dados dos Bairros João Turquino e Maracanã aglutinados, pois essas instituições classificam essa área como POLIGONAL TURQUINO/MARACANÃ, por terem características similares na sua origem. Portanto, atuam nessas áreas como se fosse um único bairro, ou seja, se existe um posto de saúde ou área de lazer em um dos bairros esse espaço serve ambos os bairros.

para dotá-los de maior capacidade de intervenção no controle e revitalização dessas áreas com a execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana, ações de intervenção social e ambiental, bem como a adoção de políticas públicas para evitar novas ocorrências, através do Subprograma de desenvolvimento institucional e do Subprograma de urbanização de aglomerados subnormais. No capítulo seguinte será discutida a ação do Programa Habitar Brasil no Jardim João Turquino que foi levantada através de questionários e entrevistas realizadas com a população local.



Foto 4 – Sede de programa Habitar Brasil no Jardim Maracanã.

Autora: Sarah Dias Martinez Ambrogi (2006).

Com o mesmo intuito de reverter o processo de exclusão social foi elaborado um projeto de Lei para a Política Municipal de Habitação, em 2006, que está em processo de aprovação pela Câmara de Vereadores de Londrina.

3.1 POLÍTICA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO EM LONDRINA

Como resultado das duas Conferências Municipais realizadas entre 1993 e 1997, houve a criação e instituição do Conselho Municipal de Habitação que em seus debates permitiu a participação da sociedade gerando um conhecimento da problemática habitacional que orientou o processo de construção da Política da Habitação para o Município de Londrina. Nesse contexto, em 26/12/2006 o Município de Londrina assinou o Termo de Adesão ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), assumindo o compromisso de criar o Fundo Municipal de Habitação até 31/12/2007, no entanto, ainda não há notícias divulgada a esse respeito.

Na elaboração desse projeto de lei a participação da sociedade permitiu a constatação dos seguintes fatos que criam obstáculos entre a população e a habitação:

- A primeira constatação foi a de que não existia movimento organizado com foco na habitação (movimento pró-moradia, associação de mutuários, movimento de sem tetos, ou equivalentes).
- A segunda constatação parte do pressuposto de que não havendo organizações ou movimentos de luta pela moradia, a discussão e o domínio da questão não eram suficientes e, possivelmente, a expressão da sociedade se dá em ações reativas e pontuais frente as ações ou omissões do governo.
- A terceira constatação foi de que a população mais dependente das ações do governo, a que vive à margem da cidade legalmente produzida, mesmo tendo em algum momento tomado parte de ocupações, foi conduzida por lideranças e, na sua grande maioria, não participou em nenhum momento do processo de tomada de decisões. Isto se deduz pelo fato de que estes agrupamentos não desenvolveram nenhum tipo de organização para fazer avançar medidas de maior alcance, reduzindo-se a pontuais focos de pressão para a resolução de seus problemas individuais e emergenciais.

Todas estas constatações conduziram à escolha de estratégias para a organização da Conferência em todas as suas etapas. Em primeiro lugar, focou-se a população que vive à margem dos benefícios da cidade: os moradores de assentamentos subnormais (favelas, ocupações e assentamentos). De acordo com

o PEMAS (LONDRINA, 2001), esta população conta com reduzida experiência de organização e muito esporadicamente participa de atividades fora de seus domínios. Não se reconhece como sujeito do espectro político geral, e normalmente só tem referência na assistência social. Para mobilizar esta população visando sua participação no processo de construção da Política da Habitação em todas suas fases, foi necessário um período “preparatório” que permitisse a ela ver seus problemas como parte da problemática geral da cidade e como resultado de escolhas políticas. Esse período preparatório constituiu-se de seminários de nivelamento de conceitos com o objetivo de discutir o direito à moradia, o direito do exercício da participação nas decisões políticas e o direito à informação necessária para atuar de forma efetiva nos espaços institucionais.

O segundo momento constituiu-se no início efetivo do processo de construção da Política Municipal de Habitação (PMH) através as Conferências Regionais e dos setores organizados da sociedade (movimento popular e sindical, organizações não governamentais, conselhos e associações profissionais). Para a realização desta etapa utilizou-se a divisão regional já praticada no Município, e, organizou-se 7 (sete) conferências preparatórias, denominadas Pré-conferências, sendo 5 (cinco) para a área urbana, uma para a área rural e uma para os setores organizados da sociedade, priorizando o estabelecimento de estratégias que permitissem aos participantes realizarem um eficiente diálogo entre as suas experiências como indivíduos e como grupos, com informações que conferissem uma visão abrangente e qualificada da problemática. Para realizar esta dinâmica de construção, nas Conferências Regionais e Setorial, os participantes receberam uma cartilha que continha informações sobre a questão habitacional em Londrina. Esta cartilha constituiu-se no “documento base” para a discussão da temática. Cada conferência contou, ainda, com uma palestra que recuperava historicamente as formas de produção das cidades e as questões urbanas correlatas, as alternativas que o Estado tem proposto para a cidade, o avanço sócio-político-legal possível de ser obtido com o Estatuto da Cidade¹¹, a possibilidade de produção de soluções locais, de gestão democrática e participativa e a situação específica do Município de Londrina (LONDRINA, 2006)

¹¹ O "Estatuto da Cidade" foi estabelecido pela Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. (BRASIL, 2002)

Tendo em vista o estudo de Braga (2000), no qual o Estatuto da Cidade estabelece diretrizes gerais para a política urbana, embora a experiência brasileira tenha demonstrado que a simples existência de uma lei não implica em sua aplicação e eficácia, a criação do Estatuto da Cidade foi encarada como um avanço. No entanto, sua sanção dependerá da implementação de instrumentos urbanísticos fundamentais no combate a especulação imobiliária e na promoção da reforma urbana, como o IPTU progressivo no tempo, a desapropriação e urbanização compulsórios, o direito de preempção¹², o solo criado, a concessão do uso especial urbano, o estudo de impacto de vizinhança, as operações urbanas, o usucapião especial urbano, o plano diretor, a gestão democrática da cidade, entre outros.

As Conferências realizadas na construção da PMH em Londrina (LONDRINA, 2006) podem se enquadrar no capítulo VI do Estatuto da Cidade que trata da Gestão democrática da cidade. Nessa fase da Conferência, os grupos receberam roteiros de discussão elaborados pela equipe responsável pela condução dos trabalhos nas Conferências regionais e setorial e aprovado pela Comissão Organizadora da Conferência. Estes roteiros tinham a finalidade de, por um lado, garantir que os grupos focassem o maior número de variáveis que orientam a formulação de uma Política de Habitação e, por outro, garantir a articulação orgânica das temáticas conferindo-lhes unidade e coerência interna.

O processo participativo de construção da PMH, orientado pelos pressupostos metodológicos operacionalizados, garantiu que o resultado final oferecesse orientações consistentes, coerentes, articuladas e suficientemente abrangentes para a formulação de um documento capaz de apontar as intervenções necessárias para o enfrentamento da questão habitacional como política pública subsidiária da política urbana.

A Política Municipal de Habitação de Londrina (2006) propõe ainda que o combate ao déficit habitacional municipal deve ser multifocalizado atendo-se não só nas formas de produção e acesso à moradia como também na forma de

12 Uma espécie de preferência no contrato de compra e venda. Trata-se de uma das cláusulas especiais em que o comprador tem a obrigação de oferecer ao vendedor a coisa que aquele vai vender, ou dar em pagamento, para que este use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto. O vendedor pode também exercer o seu direito de prelação, intimando-o ao comprador, quando lhe constar que este vai vender a coisa. Veja Arts. 1.149 e seguintes do Código Civil e Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257/2001. (DIREITONET, 2007. Fonte *on line*)

integração da política habitacional às outras políticas públicas, em particular à política urbana.

Após a Conferência municipal de habitação realizada em 2006, foram estabelecidos os princípios norteadores da Política Municipal de Habitação de Londrina. De acordo com o sítio da Prefeitura Municipal de Londrina (2006), a política habitacional formulada busca a inclusão sócio-espacial da população de baixa renda através do acesso ao solo urbanizado e moradia digna e propõe que:

“Outras formas que não através da aquisição de propriedade, historicamente dada pela compra e venda, deveriam ser estimuladas acompanhando as possibilidades previstas no Novo Código Civil e no Estatuto da Cidade”. (LONDRINA, 2006, p. 17)

Pode-se notar uma preocupação dos autores da Política Municipal de Habitação de Londrina no intuito de articulá-la a outras políticas já existentes para que esta fosse fortalecida. Durante a Conferência Municipal de Habitação foram estabelecidas estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento do problema habitacional local; assim, a Política Municipal de Habitação de Londrina (2006) tem os seguintes princípios: Tratamento da questão habitacional como política de Estado; universalização do direito à moradia e à cidade; democratização da gestão urbana; inclusão sócio-espacial da população de baixa renda; integração da política habitacional às demais políticas públicas; incorporação dos fundamentos da sustentabilidade socioeconômica e ambiental. (LONDRINA, 2006. Fonte *on-line*).

De acordo com a Política Municipal de Habitação (Londrina, 2006) os seus objetivos são:

- Promover a inclusão sócio-espacial da população de baixa renda;
- Redefinir as formas legais de acesso ao solo urbanizado e à moradia para atender as especificidades da demanda;
- Estabelecer parâmetros para a implantação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);
- Estabelecer parâmetros para a regularização fundiária dos assentamentos precários;
- Garantir a alocação de recursos públicos para a execução da política habitacional do município;

- Indicar ações para a reestruturação da COHAB-LD e demais órgãos públicos que atuam na questão habitacional e para a capacitação de seus recursos humanos;
- Estabelecer os critérios para a criação do Conselho Municipal de Habitação e instituição do Fundo Municipal da Habitação;
- Definir os critérios para aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade na questão habitacional.

Observa-se que os objetivos se complementam no intuito de promover a inclusão sócio-espacial da população de baixa renda. Para haver uma política efetiva de inclusão socioeconômico-espacial da população moradora de assentamentos precários ao conjunto de bens e serviços disponibilizados na cidade, a Política Municipal da Habitação (LONDRINA, 2006) propõe um conjunto de ações planejadas e articuladas com as políticas municipais urbana, social, ambiental e econômica, visando a melhoria das condições de vida desta população. Este conjunto de medidas sugeriu investimentos em infra-estrutura, em serviços e equipamentos essenciais, programas de melhorias das condições de habitabilidade, programas de geração de trabalho e renda com capacitação profissional, sobretudo, o reconhecimento legal da posse através da regularização fundiária.

Pode-se estabelecer uma relação comparativa entre a Política Municipal de Habitação e o estudo de caso do Jardim João Turquino. Verifica-se que a PMH (LONDRINA, 2006) prevê a intervenção pública em assentamentos precários, ocupações e loteamentos irregulares em áreas livres (públicas), que deveria compreender a legalização e urbanização destas áreas, viabilizando a produção de moradias adequadas através dos programas habitacionais, com orientação de técnicos da COHAB-LD. Nesse sentido, observa-se que a PMH teve sucesso quanto a produção de moradias adequadas através do Programa Habitar Brasil que atuou na área em estudo, substituindo as submoradias com o auxílio da COHAB-LD.

Quanto ao processo de remanejamento da população moradora em áreas de risco e de proteção ambiental, este deveria ser precedido de estudos técnicos e sociais e acompanhado pela COHAB-LD. Foi possível observar que houve realocação das moradias que se localizavam em áreas de proteção ambiental, ou seja, a área de várzea do Ribeirão São Domingos, notando-se ainda que nesse local já havia arruamento e rede de energia elétrica (foto 5). De acordo

com alguns moradores, essa área passou por um reflorestamento, e, em suas proximidades foi construído um parque com pista para caminhadas utilizado pelas crianças como área de lazer (foto 6).

Pode-se estabelecer uma relação entre o uso das praças como local de cultivo e o uso do parque infantil observando os relatos de duas moradoras. Segundo uma moradora, a população utiliza a praça para a produção de alimentos e não como área de lazer, conforme o depoimento de uma moradora “[...] a gente usa a praça para plantar chuchu, abóbora, couve, almeirão, até flor”. Acredita-se que a população dê esse uso às praças para evitar a sua utilização por marginais, que fazem uso de drogas, pois segundo outra moradora vizinha do parque infantil referindo-se a ele, quando observou a pesquisadora fotografando do local.

“ninguém liga pra isso aí, depois que a prefeitura construiu... a noite tá cheio de marginal usando droga” (moradora do bairro, Relatos da Pesquisa *in loco*, 2006)

De fato, pôde-se constatar que os brinquedos encontravam-se vandalizados, denotando o mau uso, porém as crianças ainda fazem uso do parque no período diurno.

VISTA AÉREA

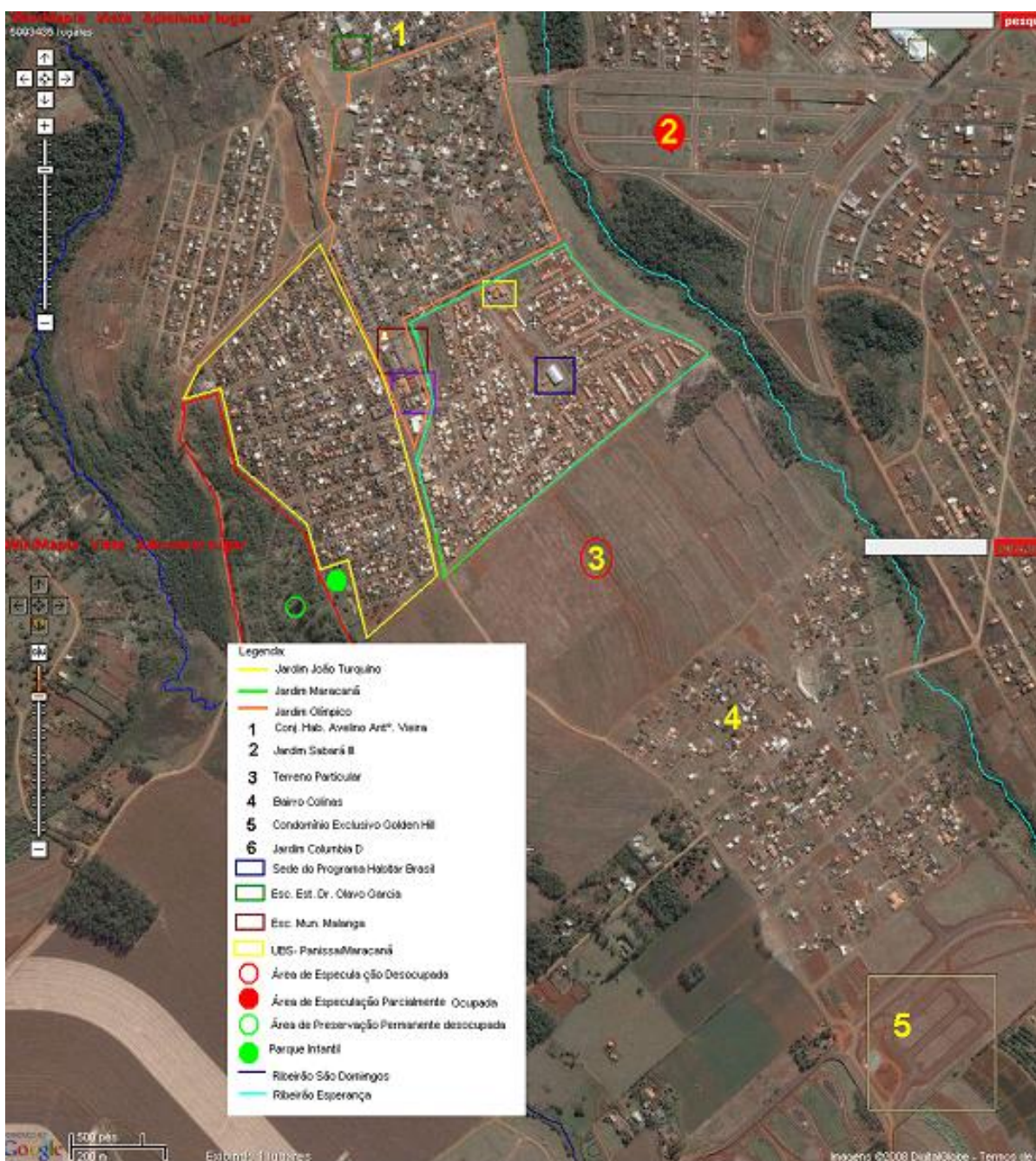


Foto 5 – Vista aérea da Poligonal Turquino/Maracanã.

Fonte: Wikimapia, julho de 2007. Org. Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Como se pode observar na foto 5, a área desocupada correspondente à APP do ribeirão ainda mostra sinais da intervenção do poder público nessa área. Pode-se observar, também, duas áreas que tangenciam a

Poligonal Turquino/Maracanã que foram favorecidas com a chegada da infraestrutura básica, vias de acesso e transporte coletivo proporcionados a esses bairros. Acredita-se que os proprietários das áreas correspondentes aos Jardins Colúmbia e ao terreno particular estejam esperando a valorização de suas terras, caracterizando o processo de especulação imobiliária que cria os espaços denominados vazios urbanos. Note-se que os vazios urbanos são produções espaciais que também influenciam a produção do espaço ao passo que limita a ocupação de áreas de acordo com o seu poder aquisitivo.



Foto 6 – Parque infantil.

Autora: Sarah Dias Martinez Ambrogi (2006).

Quanto a não indenização das moradias construídas em áreas proibidas, de risco ou proteção ambiental, a PMH propõe que as famílias que foram remanejadas devem ser cadastradas a fim de inibir a ocupação de outras áreas. Assim, segundo relatos, a população remanejada teve suas casas construídas em outras áreas do Jardim João Turquino e Jardim Maracanã pela COHAB-LD. De acordo com Dores (2005), houve cadastramento das famílias remanejadas (no mês de dezembro de 2000), sendo esse o documento a ser utilizado para futuras implantações de obras e serviços públicos, como também para diversos

atendimentos e acompanhamento das famílias e para a regularização¹³ fundiária do lote. De acordo com Dores (2005), após a aquisição do terreno pela COHAB-LD foram determinadas algumas medidas para a comercialização e regularização dos lotes através do Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda, no qual os moradores beneficiados pagariam pela regularização fundiária o valor mensal de vinte reais, durante vinte e cinco anos (300 meses), sendo que as prestações seriam reajustadas conforme o salário mínimo, tendo o morador a possibilidade de fazer a quitação do lote, com valor estipulado em R\$1.200,00.

De acordo com a geógrafa responsável pelo Programa Habitar Brasil, foram realizadas palestras, encontros e inúmeros cursos para adultos que promoviam a educação ambiental e a reutilização dos materiais recicláveis na sede do Programa localizada no Jardim Maracanã (foto 4, p. 85).

A PMH ainda prevê que os processos de regularização fundiária, jurídicos, urbanísticos e a produção de moradias¹⁴, deverão ser acompanhados de uma política de desenvolvimento sócio-econômico com a implantação de programas de geração de trabalho e renda e capacitação profissional, e, que deverão ser garantidos, mesmo após mudança do governo local, através de mecanismos a serem construídos. Portanto, como ainda não se tem conhecimento desses mecanismos não se pode garantir a continuidade dessas ações que, em parte, foram realizadas no Jardim João Turquino.

A PMH (2006) destacou a necessidade de articulação das políticas de desenvolvimento urbano às políticas habitacionais, além da coordenação com as demais políticas públicas do Município. O enfrentamento das questões estruturais para se dar uma resposta eficiente às demandas da população, garantindo além da moradia digna um processo efetivo de inclusão sócio-espacial, apontaram para a

¹³ Entende-se como regularização, o cadastro pela COHAB-LD das famílias, que já haviam ocupado local, para possíveis e futuras intervenções do poder público e recebimento da escritura da propriedade, após a quitação das parcelas.

¹⁴ Ressalta-se que a ação do órgão público responsável pela produção de moradias, de acordo com a PMH (2006), deverá atender toda a demanda do município, priorizando a população de baixa e baixíssima renda. A definição de classes de renda familiar adotada por esta PMH é a seguinte: baixíssima renda de 0 (zero) a ½ (meio) salário mínimo, baixa renda, de ½ (meio) a 3 (três) salários mínimos e de baixo poder aquisitivo, de 3 (três) a 5 (cinco) salários mínimos. O atendimento dessa população ocorrerá das seguintes formas: pela aquisição de imóveis usados; pela aquisição de material de construção para melhorias habitacionais; pelo arrendamento residencial com opção de compra, com prestações condicionadas à renda familiar; pelos institutos do usucapião urbana e rural; pela concessão do direito real de uso; pela concessão especial para fins de moradia; pela oferta de lotes urbanizados; pela destinação de imóveis públicos e privados não utilizados; pela destinação dos imóveis retomados financiados pela COHAB-LD, por via administrativa ou judicial.

necessidade de democratização do planejamento e do processo de gestão. Assim, indicou-se a criação do Conselho Municipal de Habitação e a instituição de um Fundo que destine recursos orçamentários para suprir as carências da população que em função da renda, não se beneficia dos programas de financiamentos.

3.1.1 Mudanças no papel da COHAB-LD pela PMH

A Política Municipal de Habitação (LONDRINA, 2006) prevê que a COHAB-LD passará atuar de forma articulada com outras secretarias, num trabalho em rede para garantir maior eficácia nas suas intervenções. Deverá, ainda, articular-se junto ao IDEL, IPPUL e CMTU para a viabilização do desenvolvimento economicamente sustentável com a instalação de empresas, programas de geração de emprego e renda e programas de capacitação profissional em áreas do Município onde a população de baixa renda está concentrada. Sua estrutura deverá ser ampliada e seu quadro de pessoal deverá contar com uma equipe multidisciplinar para garantir atendimento adequado às diferentes necessidades da população. Para atender às novas modalidades de intervenção, propostas nesta Política Habitacional, a COHAB-LD deverá investir em capacitação de pessoal e contratação através de Concurso Público.

A COHAB-LD deverá manter um cadastro público permanente e atualizado dos beneficiários dos programas habitacionais realizados com recursos da União, do Estado e do Município, e, realizar levantamentos sobre áreas vazias junto a assentamentos habitacionais para viabilizar a inclusão de famílias que ocupam área de risco, proteção ou preservação ambiental, ou ainda, de famílias de baixa renda que se encontram em condições de risco social.

As atividades que impliquem em participação comunitária, no planejamento, execução e avaliação das intervenções da Companhia deverão prever o ressarcimento de despesas dos representantes da comunidade.

A regularização dos “contratos de gaveta” deverá ser realizada sobre unidades habitacionais construídas com recursos públicos e dever-se-á realizar estudos estabelecendo prazos e condições para regularização, beneficiando os que precisam da unidade para morar.

A COHAB-LD deverá adotar medidas judiciais cabíveis para retomar os imóveis após 3 (três) anos de inadimplência, mediante avaliação técnica-social. A responsabilidade pelo controle dos imóveis não utilizados será da COHAB-LD e do Conselho Municipal de Habitação.

A COHAB-LD passará a desenvolver as atividades descritas no quadro 3, dentre as quais se destaca um item exclusivo à garantia do acesso da mulher às políticas habitacionais. Acredita-se que essa importância se deve à mudança na estrutura familiar que vem ocorrendo desde a década de 1980 com o aumento da utilização da pílula anticoncepcional. Assim, muitas mulheres conquistaram sua liberdade sexual de modo consciente, e, atualmente existem muitas mães solteiras que compõem uma nova estrutura familiar. No caso do Jardim João Turquino, por exemplo, 65,15% da população é do sexo feminino.

Novo papel da COHAB-LD de acordo com a PMH
<ul style="list-style-type: none"> - Promover ações de combate à inadimplência dos programas habitacionais; - captar recursos nas diferentes fontes de financiamento nacional e internacional para a construção de novas unidades habitacionais; - incentivar e dar apoio técnico para a criação de cooperativas comunitárias, a autoconstrução assistida e sistemas de mutirões para situações específicas; - realizar levantamento das unidades habitacionais construídas com recursos públicos que estejam ociosas ou subutilizadas; - manter cadastro dos imóveis urbanos e rurais ociosos ou subutilizados visando promover sua ocupação para moradia de acordo com o Plano Diretor; - obedecer ao Plano Diretor e ao Código Ambiental do Município e a outros códigos nos empreendimentos habitacionais; - ofertar lotes urbanizados para a população de baixa renda; - incentivar diferentes agentes sociais para o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis, como o aproveitamento de entulhos da construção civil ou materiais reaproveitáveis, para edificação de moradias para a população em geral; - buscar formas de baratear o custo da construção e do lote urbanizado não comprometendo os padrões de qualidade; - incentivar, promover e realizar fóruns de debates entre os diferentes atores sociais e órgãos que atuam na área habitacional, para a reflexão de métodos de trabalho que contribuam para a promoção da construção sustentável de moradias; - desburocratizar os procedimentos para reduzir os custos da regularização fundiária dentro de sua competência; implementar programa de defesa civil por bairro; - criar uma linha de crédito habitacional especial para população de baixa renda, com recursos do Fundo Municipal da Habitação; - garantir o acesso da mulher às políticas habitacionais; - a COHAB deverá garantir uma política de Comunicação efetiva, nos mais variados meios de comunicação, de maneira que contemple toda comunidade.

Quadro 3 – Novo papel da COHAB-LD de acordo com a PMH.

Fonte: Londrina, (2006). Org.: Sarah D. M. Ambrogi.

3.1.2 O Conselho Municipal da Habitação da PMH

O Conselho Municipal da Habitação (CMH) deverá definir as prioridades, discutir as intervenções, manter o controle, o monitoramento, a avaliação, a fiscalização e a implementação da Política Municipal da Habitação (LONDRINA, 2006). Terá suas atribuições ligadas à habitação e ao desenvolvimento urbano e rural, e, deverá acompanhar as atividades e deliberações dos demais conselhos instituídos no Município de Londrina.

A Política Municipal da Habitação (LONDRINA, 2006) institui que o CMH será constituído de 30 membros titulares e 30 membros suplentes, eleitos na Conferência Municipal da Habitação na condição de delegados, que serão assim distribuídos: gestor público: 5 (cinco) vagas sendo 2 (duas) para técnicos; sociedade civil organizada: 7 (sete) vagas; regiões urbanas: 15 (quinze) vagas; área rural: 3 (três) vagas; na distribuição destas vagas deverá ser observada a exigência de indicação de no mínimo 30% de mulheres para cada segmento representado; o Presidente do CMH será eleito entre seus pares e terá mandato de 3 (três) anos. (LONDRINA, 2006)

O CMH terá os seguintes objetivos: elaborar, acompanhar e avaliar a política municipal de habitação; viabilizar e promover o acesso à moradia com condições de habitabilidade dando prioridade para família com renda familiar até 3 salários mínimos; articular, compatibilizar, fiscalizar e apoiar a atuação das entidades que desempenham funções no setor de habitação.

As funções do CMH serão deliberativas, normativas, fiscalizadoras, consultivas e informativas e sua ação deverá estar voltada à promoção das condições de acesso à moradia para as famílias de renda até 3 (três) salários mínimos.

O CMH será competente para: convocar a Conferência Municipal de Habitação a cada 3 (três) anos e acompanhar a implementação de suas resoluções; participar da elaboração e da fiscalização de planos e programas de política habitacional; deliberar sobre os convênios destinados à execução de projetos de habitação, de urbanização e de regularização fundiária; propor diretrizes, planos e programas visando a implantação da regularização fundiária e de reforma urbana e rural; incentivar a participação e o controle social sobre a implementação de políticas

públicas habitacionais e de desenvolvimento urbano e rural; possibilitar a informação à população e às instituições públicas e privadas sobre temas referentes à política habitacional; constituir grupos técnicos, comissões especiais, temporários ou permanentes para melhor desempenho de suas funções, quando necessário; propor, apreciar e promover informações sobre materiais e técnicas construtivas alternativas com finalidade de aprimorar quantitativa e qualitativamente os custos das unidades habitacionais.

Para garantir uma maior participação da população deverão ser criados conselhos regionais urbanos e rurais do Município que serão regulamentados pelo CMH.

Além da estrutura do CMH, dever-se-á garantir outras modalidades de participação no planejamento, gestão e acompanhamento, tais como: fóruns, audiências públicas, consulta popular, referendos, plebiscito; plenárias anuais convocadas pelo próprio CMH, contando com a participação dos conselheiros e seus suplentes, representantes das regiões, dos demais conselhos instituídos no Município, conforme regulamento a ser elaborado pelo CMH; comitês que integrem a população na busca de soluções nos programas e projetos em assentamentos precários; comitês paritários de acompanhamento de programas e projetos.

3.1.3 O Fundo Municipal da Habitação da PMH em Londrina

O Fundo Municipal de Habitação (FMH) será constituído de: recursos do Orçamento Geral da União, do Fundo Nacional para Habitação de Interesse Social, Orçamento do Estado e Orçamento do Município; recursos oriundos da aplicação do IPTU Progressivo, da outorga onerosa do direito de construir e operações consorciadas; captação de recursos nacionais e estrangeiros e por doações, entre outros. O fundo deverá contar com dotação orçamentária municipal anual na ordem de 2 (dois) a 4% (quatro por cento), enquanto que entre 1997 e 2000 o maior orçamento foi de 3,53%, contemplando ações de habitação e urbanismo.

O Fundo Municipal da Habitação (FMH) solicitará a criação de um programa de compensação de impostos municipais, com a finalidade de implementar a criação de novos empregos e projetos da área habitacional.

Os recursos do FMH deverão ser destinados para: garantir infraestrutura adequada nos assentamentos de população de baixa renda; aplicação em aquisição de terrenos para habitação de interesse social; produção de lotes urbanizados e produção de moradia em sistema de auto construção ou mutirões com base em análise técnica e financeira; atender prioritariamente às famílias com renda de até três salários mínimos e deverá prever investimentos não reembolsáveis para a população de baixíssima renda.

Para garantir que o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Orçamento Anual (OA) incluam rubricas destinadas ao desenvolvimento da Política Municipal da Habitação aprovada na Conferência Municipal da Habitação dever-se-á encaminhar proposta de Lei para alteração do PPA, da LDO e do LOA.

Para a completa efetivação da Política Municipal da Habitação um conjunto de medidas estratégicas coordenadas e concomitantes deve ser implementado. Dessa forma, as propostas e demandas da população concretizar-se-iam em ações do Poder Público. Para tanto, essas seriam as principais estratégias a serem viabilizadas; que constam no quadro 4.

Estratégias para implementação da Política Municipal de Habitação em Londrina.
Implantação de um Sistema de Informações Geográficas (SIG), equipando a Administração Municipal com instrumentos necessários e capacitação do pessoal para operar informações utilizando um sistema georreferenciado, garantindo a democratização, articulação e permanente atualização das informações com vista a racionalização na aplicação dos recursos. Estabelecimento de uma estrutura administrativa integrada, capaz de desenvolver, planejar, executar e gerir programas habitacionais municipais com participação da população.
Articulação entre a COHAB-LD e a SEMA-LD (municipal) nos processos de desocupação de áreas de proteção ambiental e/ou preservação permanente para que sejam imediatamente recuperadas e/ou revitalizadas e inibidas novas invasões e ocupações.
Realização de estudos específicos que orientem a tomada de decisões relacionadas à questão habitacional.
Revisão e criação da legislação para a efetiva aplicação das diretrizes definidas na PMH.
Constituição do Conselho Municipal da Habitação e a instituição do Fundo Municipal da Habitação para dotar o Município dos instrumentos institucionais e financeiros necessários para a implementação da PMH.
Capacitação dos conselheiros e dos agentes públicos para atuarem em consonância com as diretrizes desta PMH.
Formação de parcerias público-privada, principalmente com as instituições universitárias, para dar maior eficiência nas intervenções nos programas, planos e projetos habitacionais.
Definição de regras mais flexíveis para a revisão dos contratos a fim de adequar o valor das parcelas mensais à capacidade de pagamento do mutuário diante de sua realidade atual.
Implantação de ZEIS para a regularização fundiária e para programas, planos e projetos habitacionais de interesse social.
Revisão do Plano Diretor com incorporação dos instrumentos do Estatuto da Cidade aprovados na PMH.
Disponibilização pública e irrestrita das informações e dos critérios dos programas habitacionais.
Adequação da estrutura da COHAB-LD e adequação de seu quadro funcional às novas tarefas impostas pela PMH.

Quadro 4 – Estratégias para implementação da Política Municipal de Habitação em Londrina.

Fonte: Londrina, (2006) (*on line*). Org.: Sarah D. M. Ambrogi.

3.2 O JARDIM JOÃO TURQUINO:A PRODUÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO GRADATIVA DE UM ESPAÇO URBANO SEGREGADO

De acordo com os registros das primeiras ocupações da área em estudo (COHAB-LD e Prefeitura Municipal de Londrina, 2002) verifica-se que a comunidade João Turquino data do ano de 1995 (Foto 7) . A partir daí, em função do agravamento do empobrecimento da população que residia em bairros próximos da área e do setor Norte do município, acelerou-se o processo de ocupação irregular, pelas famílias não conseguiram quitar seus imóveis da COHAB-LD pelo SFH, em um núcleo habitacional denominado Jardim Olímpico, bem próximo ao que era denominado Assentamento Turquino, e atualmente constitui-se o Jardim João Turquino.



Foto 7 – Jardim João Turquino antes da ação do Programa Habitar Brasil- 2001.

Fonte: Londrina (2001).

De acordo com os registros da COHAB-LD (2002), as famílias que ocuparam essa área, com o decorrer do tempo, já não conseguiam pagar suas

prestações e acabaram sendo expulsas, obrigadas a desocupar as moradias retomadas pela Companhia intensificando a multiplicação do contingente de famílias sem alternativas de moradias, o que resultou no fluxo em direção ao assentamento Turquino. Boa parte das famílias que ocuparam os lotes da área, estavam residindo em imóveis de aluguel. Com a crise econômica, não podendo mais arcar com os encargos desses aluguéis, e, vislumbrando a possibilidade de ter um “terreninho” e casa própria, no final de 1995 as famílias promoveram um movimento que culminou com a ocupação de toda a área.

O Poder Público, através da COHAB-LD, regularizou a ocupação por meio da aquisição do terreno que era de propriedade particular. A área onde se encontra a comunidade João Turquino (resultante da subdivisão do Lote 97/A1 da Gleba Cafezal) é hoje propriedade da Companhia de Habitação de Londrina-COHAB-LD. O parcelamento da gleba em lotes e a demarcação ocorreu até o final de 1997, por iniciativa de um morador que é reconhecido pela comunidade como “topógrafo”. Somente no final do ano, é que o município realizou oficialmente a abertura de ruas e a demarcação de lotes. Os lotes resultantes do parcelamento, que na região é denominado “datas”, atenderam 185 famílias que possuem contratos formalizados, que foram firmados através de um Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda entre os moradores e a COHAB/LD. Destas, quatro (04) famílias já haviam quitado suas “datas”, possuindo as escrituras definitivas de compra e venda.

No mesmo ano, 1997, os moradores resolveram reivindicar a instalação de energia elétrica, que foi atendida em uma semana. No mesmo ano instalou-se a rede de água e as ruas foram abertas. Nota-se que mesmo áreas de preservação ambiental foram servidas de arruamento e energia elétrica; posteriormente, esse trabalho e o esforço dos moradores na construção de suas moradias nessa área foi desperdiçado devido a ilegalidade de sua localização, em fundo de vale; a população foi remanejada para outra área e suas casas foram demolidas.

No ano de 1998, diante da situação de miserabilidade que se encontravam as famílias da comunidade João Turquino, a COHAB-LD, buscou recursos junto ao Governo Federal através do Programa Habitar Brasil, construindo ali 185 residências de 25,32 m², que contou com a participação da Associação dos

Funcionários do SERCOMTEL, companhia telefônica da cidade, no auxílio das construções.

No ano de 2000, de acordo com IBGE (2000), o setor censitário que corresponde ao Jardim João Turquino possuía 238 domicílios classificados como particulares e permanentes, desses a maioria eram casas e apenas (dois) 2 foram denominados cômodos.

Sendo assim, as residências do Jardim João Turquino já não se encontravam na categoria denominada pelo IBGE (2000) de “domicílios particulares improvisados” e possuíam as seguintes condições de moradia: abastecimento de água e energia elétrica denotando a ação do poder público municipal nessa área.

Nota-se que todos os domicílios do Jardim João Turquino estavam servidos de água, de forma que, 230 (97%) domicílios eram abastecidos pela água da rede geral de distribuição da SANEPAR, 8 (3%) possuíam poço na propriedade ou outra forma não mencionada de abastecimento de água (Gráfico 2) .

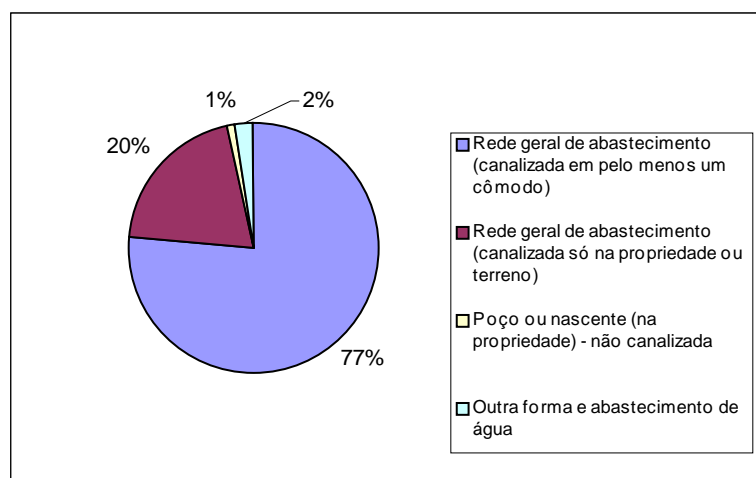


Gráfico 2 – Abastecimento de água- Jardim João Turquino – Londrina- PR.

Fonte: IBGE, 2000. Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogli

Observa-se que 22 (9%) residências não possuíam banheiros e apenas 5 (2%) domicílios possuíam banheiros com fossa séptica, sendo assim a maior parte das residências estava destinando inadequadamente os dejetos gerando algumas conseqüências ao meio ambiente: poluição do solo e das águas

subterrâneas, caracterizando um problema sério para a população que se abastecia de água de poço, muito embora esta fosse pequena. (Gráfico 3)

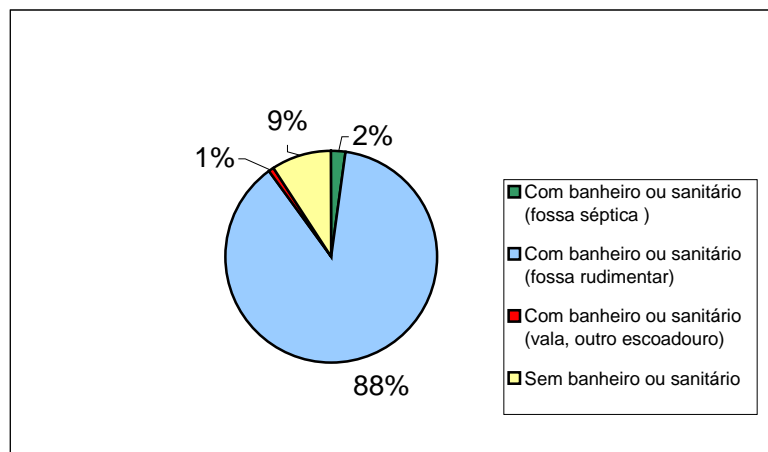


Gráfico 3 – Condições Sanitárias- Jardim João Turquino – Londrina- PR.

Fonte: IBGE, 2000. Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

No gráfico 3 observa-se que 88% das residências na área em estudo davam destino inadequado aos dejetos domésticos, visto que embora a fossa rudimentar não demonstre o impacto ambiental também causa problemas relacionados à contaminação do solo e de lençóis subterrâneos.

Quanto à destinação do lixo doméstico, pode-se verificar que 87% da população residente no Jardim João Turquino teve seu lixo coletado pelo serviço de limpeza, o restante da população queimava, enterrava ou jogava em terreno baldio o lixo produzido (Gráfico 4); essas atitudes podem causar sérias conseqüências para a área da mata ciliar do Ribeirão São Domingos e para a população devido ao surgimento de animais e insetos (ratos, baratas, moscas, mosquitos).

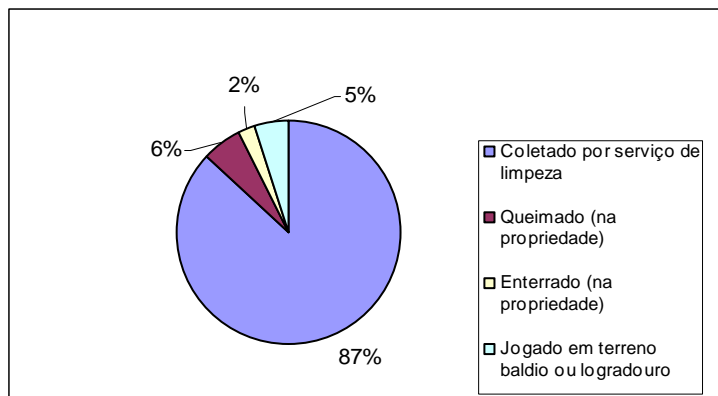


Gráfico 4 – Destino do lixo- Jardim João Turquino – Londrina- PR.

Fonte: IBGE, 2000. Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Quanto ao número de moradores por residência (Gráfico 5) pôde-se notar que se apresentava bem distribuído, ou seja, com 24,1% das casas apresentando de três a quatro moradores.

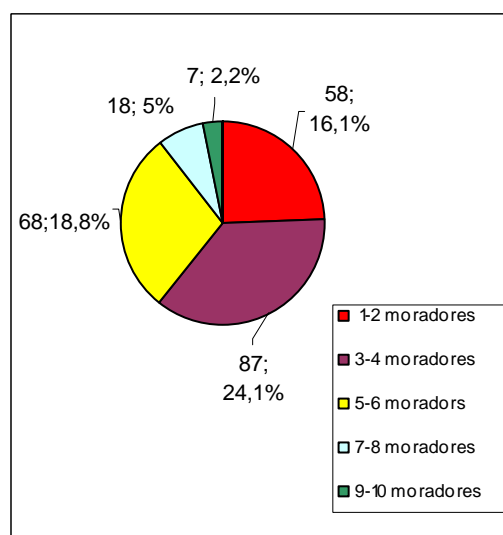


Gráfico 5 – Total de moradores por domicílio- Jardim João Turquino – Londrina- PR. A esquerda apresenta-se o número real de moradores por domicílio e a direita a percentagem.

Fonte: IBGE: 2000. Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Em 2001 (COHAB-LD e PML, 2002), os bairros já contavam com algumas instituições prestadoras de serviços como uma Escola Municipal e uma creche construída por iniciativa privada¹⁵. A Escola Estadual Dr. Olavo Garcia Ferreira da Silva¹⁶ é a única que atendia e atende essa região apenas com o ensino fundamental. Após concluírem essa etapa os educandos, têm que se deslocar para outra escola, sendo que a instituição de ensino médio mais próxima é o Colégio Estadual Onze de Outubro que está localizado no Município de Cambé. Devido à distância, aproximadamente cinco quilômetros, muitas crianças abandonam os estudos precocemente.

Como se pode observar pelos dados de 2000 e 2001, que acumulam as ações do poder público no Jardim João Turquino desde 1997, a partir de reivindicações populares mediadas pela associação de moradores, obteve-se algumas conquistas como a rede de água e energia elétrica, instaladas dois anos após a sua ocupação, bem como a construção de moradias e abertura de ruas que facilitou o acesso ao transporte coletivo. Essas ações do poder público denotam uma das contradições no papel do Estado, pois ao mesmo tempo em que promove a justiça social, favorece os promotores imobiliários e proprietários fundiários que esperam a valorização de seus terrenos que tangenciam as áreas que terão os equipamentos de uso coletivo implantado. Nesse movimento contraditório pode-se dizer que houve uma mitigação nas condições de exclusão social e da segregação espacial urbana nessa área produzida por grupos sociais excluídos.

Contudo, de acordo com Dores (2005), em 2002 o Jardim João Turquino, mesmo sendo alvo de intervenções por parte da COHAB-LD ainda apresentava-se com ruas não asfaltadas e com moradias precárias construídas em madeira, alvenaria ou mista. Quanto ao saneamento básico, a situação não era melhor, pois ainda havia esgoto a céu aberto e o lixo era despejado em locais abertos ou em lotes vazios que apresentavam riscos à saúde da população pela proliferação de insetos e animais. Pode-se dizer que, a ação do poder público ainda foi insuficiente nesse período devido a intensificação do processo de exclusão

¹⁵ A creche Menino Deus foi construída pela iniciativa de doze (12) empresários londrinenses, em 2001 atendia 180 crianças da Poligonal Turquino/Maracanã.

¹⁶ Essa escola localiza-se no Conjunto Habitacional Avelino Antonio Vieira, vizinho do Jardim João Turquino.

social que fomentou o deslocamento da população para essa região em busca de moradias.

Em 2002, a COHAB-LD fez um levantamento da poligonal João Turquino/Maracanã com o fim de obter subsídios para a atuação do Programa Federal Habitar Brasil; desse levantamento, pode-se verificar que o bairro em estudo possuía 587 lotes (datas) para ocupação residencial e desse total apenas 4% apresentavam-se vazios, e, a sua maior parte já estava ocupado, totalizando 624 lotes (Gráfico 6).

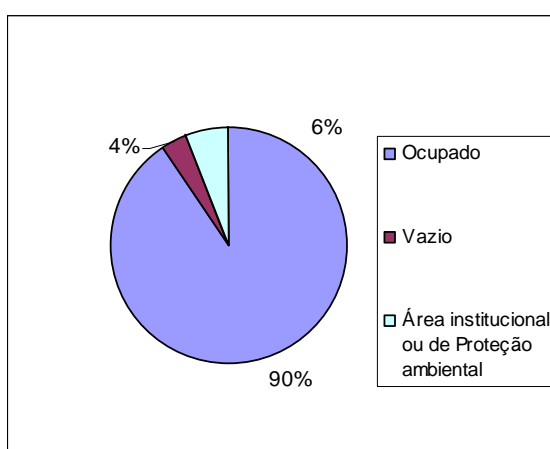


Gráfico 6 – Ocupação do Solo - 2002- Jardim João Turquino – Londrina- PR.

Fonte: COHAB/LD – pesquisa censitária jan/2002.
Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

De acordo com os documentos da PML e COHAB-LD (LONDRINA, 2001 e 2002), os lotes vazios serviram como local de destino das famílias que ocupavam a área de proteção ambiental que corresponde ao fundo de vale à margem do Ribeirão São Domingos pertencente ao Município de Londrina. De fato, no início de 2006 quando foram realizadas as pesquisas de campo puderam ser constatadas residências demolidas, ruas e postes de energia em meio à mata ciliar do ribeirão. (foto 5 e 8)



Foto 8 – Mata ciliar do Rib. São Domingos. Pesquisa *in loco*, 2006.

Autora: Sarah Dias Martinez Ambrogi, 2006

Os documentos cedidos pela COHAB-LD e PML (2002) trazem dados dos Bairros João Turquino e Maracanã aglutinados, pois essas instituições classificam essa área como POLIGONAL TURQUINO/MARACANÃ (foto 9), e atuam nessas áreas como um único bairro, ou seja, se existe um posto de saúde ou área de lazer em um dos bairros esse espaço serve a ambos.



Foto 9 – Avenida Maratona: limite entre os bairros Maracanã (a esquerda) e João Turquino (a direita).

4 A EXCLUSÃO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE FORMAS ESPACIAIS - OS PONTOS DE VISTA TEÓRICO E DOS MORADORES

A exclusão social passa a ser um dos resultados da formação sócio-espacial brasileira, ou seja, o resultado de um sistema de produção que se transforma ao longo dos períodos históricos e que gera inúmeras desigualdades econômicas e sociais. Assim, a exclusão social pode ser utilizada para abordar as desigualdades econômicas e sociais que, posteriormente, dependendo da intervenção do Estado, poderá produzir formas espaciais segregadas como no caso da ocupação do Jardim João Turquino antes de sofrer a ação do poder público que, possivelmente, foi influenciada pelos promotores imobiliários e proprietários fundiários. Nesse contexto cabe a questão: os espaços segregados produzidos por grupos excluídos se cristalizam em suas características? Esse questionamento será discutido ao longo desse capítulo.

A exclusão social pode ser considerada uma situação muito abrangente, pois, pode tratar desde as questões abstratas, como os sentimentos de exclusão e discriminação, até questões materiais como a posse de certos bens, possibilidade de uso de determinados serviços e trabalhos. Em alguns casos a discriminação e os sentimentos de exclusão são gerados por questões materiais.

Para Dupas (1999, p.16), isso ocorre porque as grandes alterações na lógica da produção global invadem também a esfera individual ao modificar valores e padrões causando sentimentos de insegurança que começam a se generalizar e estão subjacentes à preocupação com a exclusão social devido as mudanças geradas no mercado de trabalho.

A globalização pode ser vista como um processo que trouxe inúmeros benefícios para os países considerados desenvolvidos. Porém, aumentou os níveis de pobreza em todo o mundo. Sachs (1996) acredita que a abertura das economias nacionais aumentou o fosso entre ricos e pobres em todos os países. Dessa forma, pode-se dizer que ambos conhecem o lado positivo e o negativo da globalização.

Segundo Forrester (1997), a globalização é a grande responsável pelo aumento do desemprego, pois em lugar da propagação da prosperidade, ocorre

a mundialização da miséria. E, pela primeira vez na história, a massa humana deixa de ser necessária sob o ponto de vista econômico. O conjunto dos homens se torna dispensável tanto para fazer funcionar o planeta quanto para as pessoas que regem a economia do planeta. Portanto, as pessoas ao invés de temer a exploração passam a temer a não inserção no mercado de trabalho que, por conseguinte gera a exclusão social.

A globalização tem muitas características, duas delas são a padronização no mercado de trabalho e as fusões de grandes corporações. Já que o sistema de produção capitalista visa o aumento do lucro, uma forma de alcançar este objetivo é através das fusões de grandes empresas que reduzem o número de funcionários e ampliam seu mercado consumidor. Com a redução dos empregos, o mercado de trabalho torna-se mais exigente quanto a qualificação profissional, excluindo os que não possuem esta qualificação. Em concordância, Forrester (1997) diz que a flexibilização não passa de um eufemismo que impele a população para os baixos salários.

Esse conjunto de transformações geradas no mercado de trabalho pelo processo de globalização na era das tecnologias das informações vêm transformando o conceito de ocupação¹⁷. Para Dupas (1999), está se formando um novo paradigma do emprego, mais flexível, precário e desprovido das garantias associados ao padrão convencional. Esse sentimento está associado ao desamparo do Estado que vem passando por forte reestruturação e discutindo sua função real.

Desse modo, o conceito de exclusão surge com a elevação das aspirações de consumo da grande parte da população mundial e a ampliação da mídia global, as quais auxiliaram na adoção de um padrão inacessível a todos devido as condições apresentadas pelo mercado de trabalho e pela variedade apresentada pelo comércio (bens de consumo). Sendo assim, a possibilidade de consumir passou a ser sinal de sucesso individual; e o insucesso, estar excluído daquilo que as outras pessoas têm. Portanto, esse sentimento pode ocorrer em qualquer faixa de renda.

Segundo Dupas (1999, p. 17), o conceito que cada sociedade ou grupo social formula sobre exclusão social será influenciado por questões

¹⁷ A expressão ocupação, nesse caso, refere-se à: ofício, emprego, serviço, trabalho.

sociológicas, desse modo, a definição de exclusão social exige a consideração de especificidades locais.

Estas dizem respeito não apenas ao contexto institucional (existência do Estado de bem-estar social) e econômico (se são países ricos ou pobres, se a economia do país está crescendo ou está estagnada), mas também ao entendimento que cada sociedade tem sobre o que seja interação social. (DUPAS, 1999, p. 18)

Silver (apud DUPAS, 1999, p. 18) adota três formas diferentes para a compreensão da interação social denominando-as: paradigma da solidariedade, paradigma da especialização e paradigma do monopólio.

No paradigma da solidariedade (associada ao republicanismo), a exclusão é vista como quebra de vínculo social entre indivíduo e sociedade; nesse caso cabe ao Estado ajudar na inserção dos excluídos.

No paradigma da especialização (associado ao liberalismo), a exclusão reflete discriminação, pois sem a possibilidade de transitar livremente pelas categorias sociais o indivíduo torna-se excluído; essa possibilidade deve tornar-se difícil pois a ação do Estado é mínima frente a essa realidade.

No paradigma do monopólio (associado à social-democracia), a exclusão ocorre quando há a formação de monopólio de grupos sociais. Nesse caso, a desigualdade seria minimizada pela cidadania social-democrática, que levaria à participação de todos na comunidade.

Cada uma dessas visões produz uma concepção diferente de exclusão e impõe à sociedade e ao Estado responsabilidades diferentes quando a inclusão dos indivíduos.

Rogers (apud DUPAS, 1999), aborda a exclusão social incluindo sua essência multidimensional considerando a falta de acesso a bens e serviços, justiça e cidadania, ou seja, relaciona-se às desigualdades econômicas, políticas, culturais e étnicas, entre outras. Esse autor aponta vários níveis de exclusão:

- a) Exclusão do mercado de trabalho (longo período de desemprego)
- b) Exclusão do trabalho regular (parcial e precário)
- c) Exclusão ao acesso de bens e serviços
- d) Exclusão à moradia decente e a serviços comunitários.

- e) Exclusão dentro do mercado de trabalho (acesso relativamente fácil ao emprego que não geram renda suficiente para garantir um padrão de vida mínimo) pode ocorrer por raça, sexo e nacionalidade.
- f) Exclusão da possibilidade de garantir a sobrevivência
- g) Exclusão do acesso à terra
- h) Exclusão em relação a segurança (física, à sobrevivência)
- i) Exclusão dos direitos humanos.

Note-se que um indivíduo pode ser excluído em vários níveis em um mesmo momento, tendo em vista a sua abrangência.

Para Sposati (1996), a exclusão social trata da impossibilidade de poder partilhar da sociedade e...

[...] leva à vivência da provação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de uma parcela significativa da população. Por isso exclusão social e não pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de provação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública. E, portanto, um processo múltiplo que se explica por várias situações de privação da autonomia, do desenvolvimento humano, da qualidade de vida, da equidade e da igualdade. (SPOSATI, 1996, p. 13).

Sendo assim, propõe a seguinte classificação para a exclusão social:

- Exclusão estrutural- decorrente do processo seletivo do mercado que não garante emprego a todos gerando desigualdade contínua.
- Exclusão absoluta – decorrente da condição de pobreza absoluta de parte da população.
- Exclusão relativa – população com menor nível de acesso a apropriação da riqueza social e das oportunidades acessíveis ao ser humano.
- Exclusão da possibilidade de diferenciação – estabelecida pelo enquadramento às regras de convívio entre os grupos de uma sociedade, não efetivando os direitos das minorias (gênero, etnia, opção sexual ou religiosa, necessidades especiais)
- Exclusão da representação - relacionada a democracia que possibilita tornar presentes e públicas as suas necessidades, interesses e opiniões, principalmente, na relação entre Estado e sociedade.

De acordo com Pochmann e Amorim (2003), a exclusão social pode ser mapeada através da consideração e análise de alguns indicadores sociais, no

entanto, existe uma preocupação em se considerar os índices que não levem conta a exclusão não apenas como o antônimo de inclusão social, mas considerem a situação de pessoas que nunca obtiveram acesso à situações de inclusão (nos aspectos social, econômico, cultural, político ou psicológico).

Para mapear a exclusão social, os autores definiram três grandes temas que configuram os componentes da exclusão /inclusão social ou de risco de exclusão/inclusão social:

INDICADORES DA EXCLUSÃO SOCIAL		
TEMA	OBJETIVO	INDICADORES SOCIAIS¹⁸
Padrão de vida digno	Observar, por meio de três indicadores, as possibilidades de bem-estar material da população do município.	a) a porcentagem de “chefes de famílias pobres” no município; b) a quantidade de trabalhadores com emprego formal sobre a população em idade ativa; c) um proxy do índice de desigualdade de renda, calculado pela razão entre a quantidade de chefes de família que ganham acima de dez salários mínimos sobre o número de chefes de famílias que ganham abaixo disso.
Conhecimento	Quantificar a participação da população no legado técnico-cultural da sociedade	a) anos de estudo do chefe de família; b) alfabetização da população acima de cinco anos de idade.
Risco juvenil	Busca captar a realidade caótica e, por vezes, desesperançada em que vivem os jovens mais carentes do país.	a) participação dos jovens de 0 a 19 anos na população b) taxa de homicídios por 100 mil habitantes.

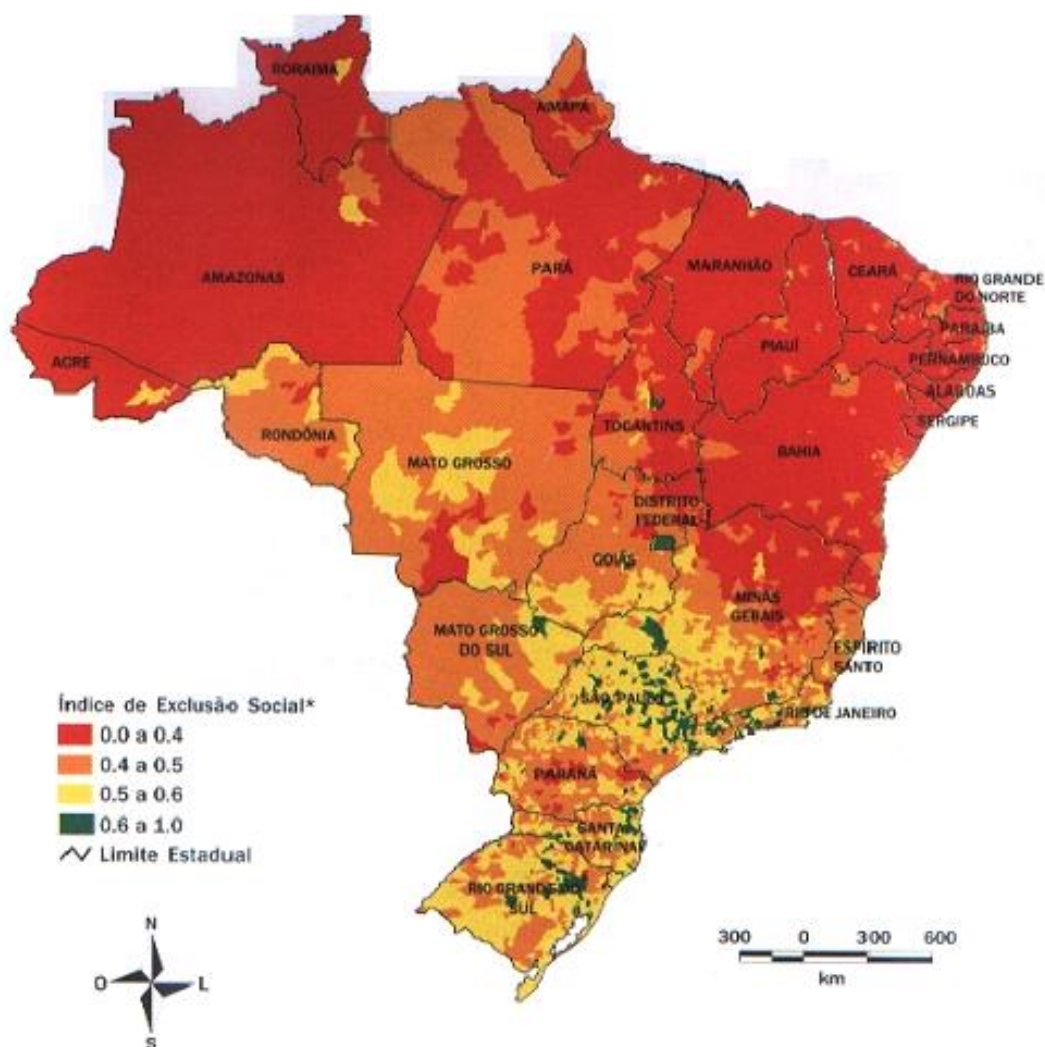
Quadro 5 – Indicadores da exclusão social.

Fonte: Pochmann e Amorim (2003). Org. Sarah D. M. Ambrogli.

¹⁸ Segundo Pochmann e Amorim (2003) as transformações de todos estes indicadores em índice obedece a clássica fórmula utilizada por Amartya Sen quando da criação do IDH (ONU/PNUD, 2002). Onde: p: identifica qual indicador de bem-estar social está em estudo; i: índice que indica o município; X: valor do indicador utilizado no cálculo; MIN(X): valor mínimo escolhido no indicador X; MAX(X): valor máximo escolhido no indicador X.

$$X_{i,p} = \frac{X_i - \text{MIN}(X_i)}{\text{MAX}(X_i) - \text{MIN}(X_i)}$$

Por fim, para interpretar o resultado de cada município brasileiro basta observar duas coisas: o índice varia de zero a um, as piores condições de vida equivalem a valores próximos a zero, enquanto as melhores situações sociais estão próximas de um. Observa-se que no Brasil (mapa 3) cerca de 42% do total de municípios vivem em localidades associadas a situação de exclusão social, enquanto que apenas 32,6% dos municípios apresentam padrão de vida adequado de acordo com os índices elaborados por Pochmann e Amorim (2003).



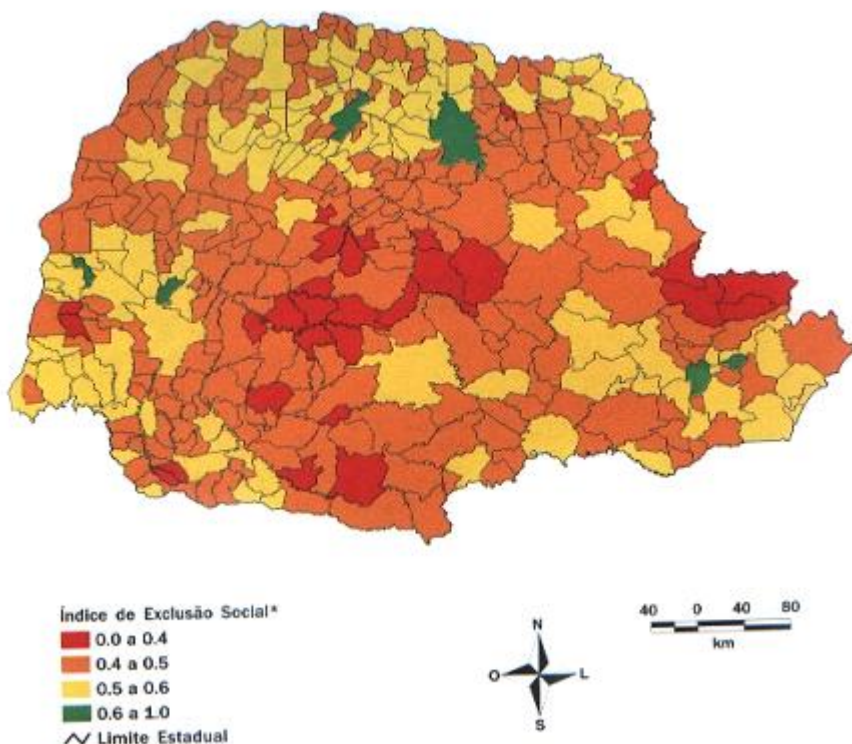
Mapa 3 – Atlas de Exclusão social no Brasil.

Fonte: Pochmann e Amorim (2003).

A cartografia auxilia na observação dos fenômenos espacialmente representados, no entanto, deve estar claro que municípios territorialmente

pequenos terão maiores dificuldades em mostrar suas cores, mesmo que, por vezes, sejam bastante populosos. Assim, na região Norte onde há municípios territorialmente muito extensos, basta que um deles apresente determinada cor para se ter impressão de que grande porção de brasileiros vive sob aquelas condições indicadas. Isso nem sempre é verdade, posto que, geralmente, são unidades federativas pouco populosas se comparadas com as da região Sudeste, por exemplo, em que se destaca a elevada densidade demográfica.

Desse modo, pode-se observar que o Município de Londrina (PR) (mapa 4) encontra-se numa posição confortável quanto ao índice de exclusão social, porém, as informações quantitativas precisam ser combinadas com outras informações, para que a análise da exclusão possa ocorrer de maneira mais abrangente possível, ou seja, deve-se analisar também o grau de acessibilidade às condições consideradas de exclusão ou inclusão.



Mapa 4 – Exclusão social no Paraná.

Fonte: Pochamnn e Amorim (2003).

Por fim, ao observar os mapas de exclusão social no Brasil e no Estado do Paraná, verifica-se que o município de Londrina destaca-se com um baixo índice de exclusão social. Ao analisar ambos os mapas, torna-se inevitável notar que eles mascaram a realidade pelo grau de generalização existente. Isso se deve à escala e aos indicadores utilizados na elaboração do índice de exclusão social. É importante lembrar que pesquisas apoiadas em dados muito generalizados distorcem a realidade e abrem margem a interpretações equivocadas que podem prejudicar a análise da população. Sendo assim sempre há necessidade de um profissional preparado e consciente ao utilizar informações generalizadas. Desse modo torna-se importante ressaltar que as informações da exclusão social do Jardim João Turquino ficam diluídas no conjunto de informações do município de Londrina gerando uma impressão generalizada de que o grau de exclusão social nesse município é baixo.

Como se pode observar, para a construção de um mapa da exclusão social foram utilizados vários indicadores; na pesquisa em foco também foi aplicado um questionário no qual foram abordados alguns fatos que podem caracterizar a exclusão social. Entretanto, como a exclusão social pode ocorrer em qualquer classe econômica, a abordada na pesquisa refere-se à existência ou não das mínimas condições, ou seja, do uso de equipamentos coletivos proporcionados pelo poder público.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL NO JARDIM JOÃO TURQUINO

Para uma melhor análise do modo como a exclusão social produziu o espaço urbano em questão foi realizada uma pesquisa qualitativa para analisar as condições da população no ano de 2006. Essa pesquisa foi realizada pela autora da dissertação acompanhada por alguns de seus alunos que residem no bairro há oito (08) anos. Note-se que a ação com os educandos iniciou-se no período letivo de 2006 com a proposta de atividade sugerida pelo Núcleo Regional de Educação de Londrina, para se trabalhar com o Plano Diretor Jovem Participativo. Nesse período, foram discutidos com os alunos os seguintes temas: os três poderes supremos (Legislativo, Executivo e Judiciário), o Estado, Cidadania: direitos e deveres,

pesquisa sobre o bairro em que mora: condições de moradia, equipamentos de uso público.

A partir desses temas, os alunos levantaram as necessidades e os problemas do bairro. Dessa forma, pôde-se notar que a maioria dos alunos da Escola Olavo Garcia Ferreira da Silva são moradores da área de estudo, o Jardim João Turquino. Com o auxílio dos alunos, a pesquisadora pôde coletar relatos sobre a ocupação e o desenvolvimento do bairro. Notou-se que os alunos residentes nesse bairro relutavam em expressar-se, pois os colegas demonstravam certo preconceito em relação ao bairro, chamando de favela e lembrando das sacolas de plástico usadas pelos alunos para proteger os calçados do barro proveniente das ruas não asfaltadas, em dias de chuva.

A metodologia utilizada para obter os relatos sobre os bairros em que moram foi uma produção de texto, nos quais cada aluno descreveu o seu bairro e as mudanças percebidas por eles:

“quando eu mudei pra cá era muito pequena, mas eu me lembro da minha mãe indo buscar água na mangueira... tinha uma mangueira de água por rua” (Géssica, 15 anos, 8ª série)

“ a casa da gente era de lona e meu pai foi construindo aos poucos era difícil por que meu irmão ainda era bebezinho” (Osias, 14 anos, 8ª série).

“as pessoas ficavam tirando sarro da gente por causa das sacolinhas que a gente usava, por que não tinha asfalto” (Mizael, 15 anos, 8ª série)

“quando eu mudei pra cá já tinha água e luz, mais ainda não tinha asfalto, foi minha mãe que quis vim pra cá” (Grazieli, 16 anos, 8ª série)

“a gente morava lá em baixo (na APP), até hoje minha mãe fica triste de lembrar da casinha dela que foi demolida” (Natália, 16 anos, 8ª série)

Após a leitura dos relatos, no final do ano alguns alunos foram convidados a acompanhar a pesquisa de campo, em conjunto com a pesquisadora na qualidade de observadores. Sendo assim, tendo como orientação a cópia da planta cedida pela COHAB-LD foi estabelecido um roteiro de pesquisa no qual foram aplicados aproximadamente 10 questionários por quadra intercalando as residências pesquisadas. Antes de iniciar a aplicação dos questionários, visto que os dados da COHAB-LD (2002) apontavam que a população deste bairro era de 2.979 pessoas em 2002, para esta pesquisa foram entrevistadas duzentas e quarenta e uma (241)

famílias, no entanto, tendo em vista que o objetivo da pesquisa seria mais qualitativo foram aplicadas questões abertas no intuito de não influenciar as respostas.

Após a tabulação e sistematização dos dados pôde-se constatar que a população deste bairro é composta na sua maioria (65%) por pessoas do sexo feminino (Gráfico 7). Algumas dessas mulheres são mães solteiras que sustentam sozinhas suas famílias, desse modo pode-se notar a diferença na estrutura familiar entre um bairro formado pela população de baixo poder aquisitivo e um de alto poder aquisitivo em que o núcleo familiar é constituído de pai, mãe e filhos.

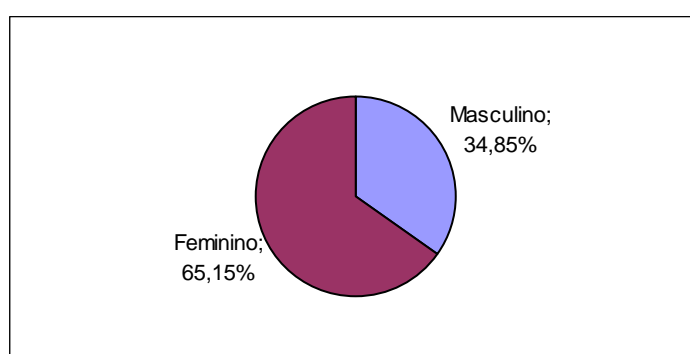


Gráfico 7 – Gênero- Jardim João Turquino – Londrina - PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Do total dos entrevistados 55% são casados, 20% de solteiros, 5% de viúvos e 5% de divorciados (Gráfico 8).

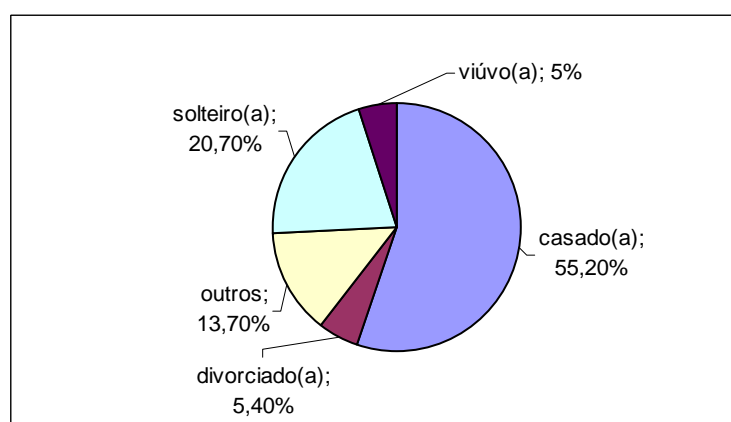


Gráfico 8 – Estado civil. Jardim João Turquino – Londrina -PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Nesse bairro, 57% da população não concluiu o ensino básico (ensino fundamental). Tem-se uma porcentagem de 12% da população de analfabetos e um índice muito baixo de pessoas que estudam em instituições que oferecem o terceiro grau. Menos de 5% da população concluiu o ensino médio (Gráfico 9), caracterizando uma população excluída socialmente do acesso à educação, um dos direitos garantidos pela Declaração dos Direitos Humanos.

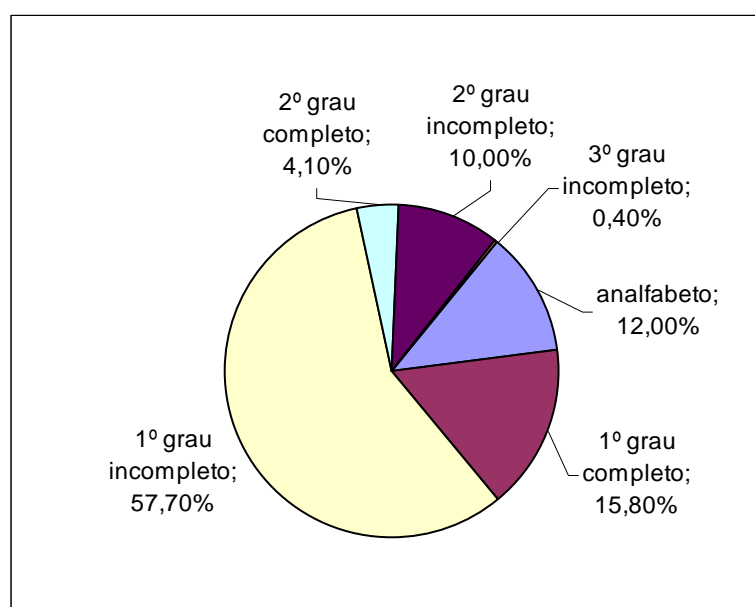


Gráfico 9 – Escolaridade - Jardim João Turquino – Londrina -PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Em decorrência da baixa escolaridade as ocupações que se destacam são: do lar e diarista. Nesse bairro, 36% desta população é constituída por donas de casa, 13% trabalha como diarista, 12% como pedreiro ou servente e outros 25%, constituindo-se nas demais profissões exercidas por moradores deste bairro (Gráfico 10). Nota-se que as ocupações que se destacam são de prioridade do gênero feminino, demonstrando a importância do trabalho feminino na manutenção econômica das famílias residentes no bairro em estudo. Dupas (1999), quando trata da questão da exclusão relaciona-a aos tipos de profissão/ocupação, assim, também se verifica esse nível de exclusão na área em foco.

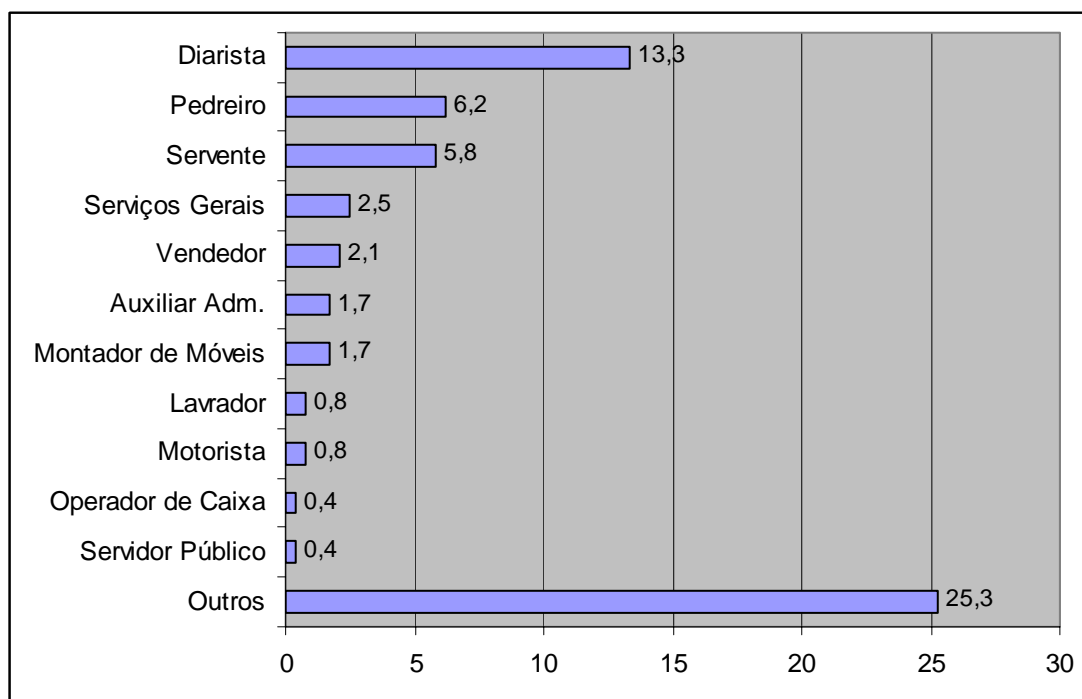


Gráfico 10 – Profissão / ocupação: Jardim João Turquino – Londrina -PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Como se pode observar, as profissões ou ocupações realizadas pela população em sua maioria, tem pouca exigência quanto a escolaridade e a maioria dos entrevistados, não possui registro na Carteira de trabalho desobrigando o empregador de cumprir com as leis trabalhistas, o que contribui para a baixa qualidade de vida da população. Observa-se que neste bairro, 36% da população está empregada e destes 13% não possuem registro em carteira (CTPS), ou seja, são trabalhadores informais.

O gráfico a seguir mostra a renda familiar em cada nível de escolaridade (Gráfico 11). Verifica-se que nas faixas de escolaridade até o segundo grau incompleto predominam as ocupações/empregos que têm remuneração menor que o salário mínimo regional do Estado do Paraná.

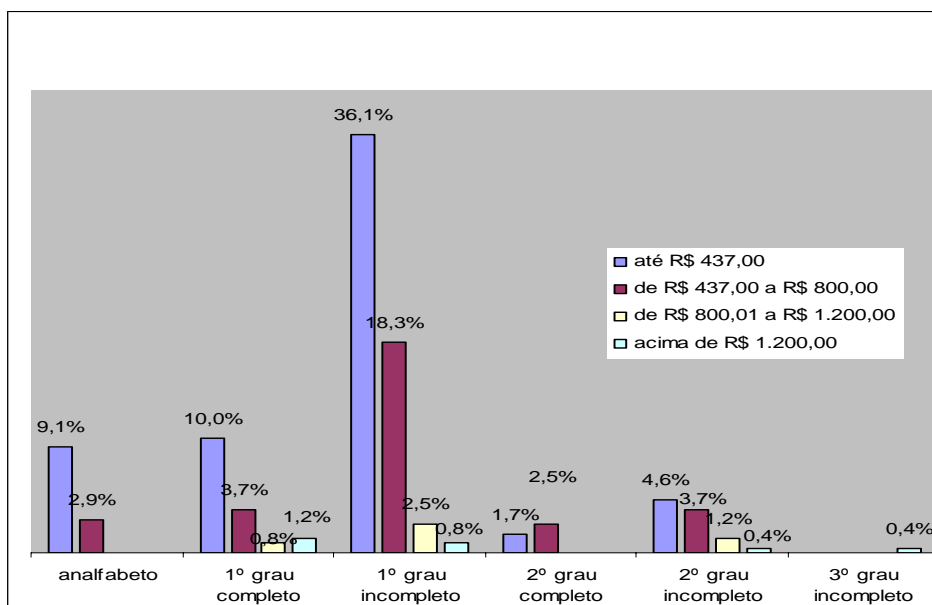


Gráfico 11 – Renda familiar X escolaridade. Jardim João Turquino – Londrina -PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Pode-se notar que a renda familiar é baixa no Jardim João Turquino, com 61% da população com renda familiar inferior a um salário mínimo (PR – R\$ 437,00), e apenas 7% da população tem renda familiar superior a R\$ 800,00 (Gráfico 12). Sabe-se que a baixa renda é uma das principais causas do desencadeamento das ocupações irregulares, somada aos altos preços dos aluguéis dos imóveis e ao desemprego, visto que exclui a população das condições básicas de sobrevivência como, por exemplo, a habitação.

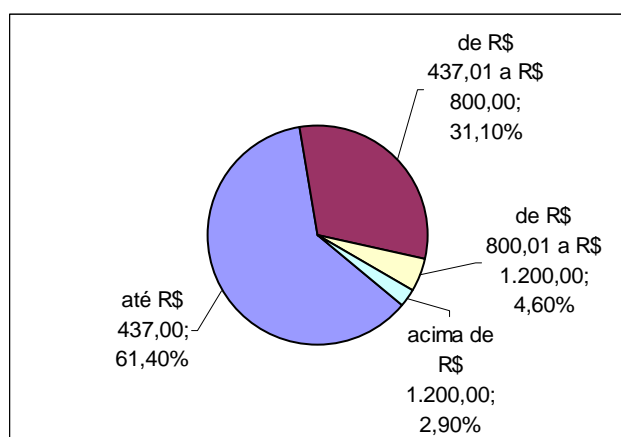


Gráfico 12 – Renda familiar – 2006. Jardim João Turquino – Londrina -PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Geralmente, em bairros de menor poder aquisitivo, a média de crianças por família é alta causando uma sobrecarga no orçamento familiar. No Jardim João Turquino a média é de duas crianças por residência enquanto que a média de adultos é igual a três (Gráficos: 13 e 14). Nota-se que 29 % das residências pesquisadas é ocupada por jovens casais que optam por ter um número menor de filhos. Sua distribuição, por residência, apresenta-se da seguinte forma:

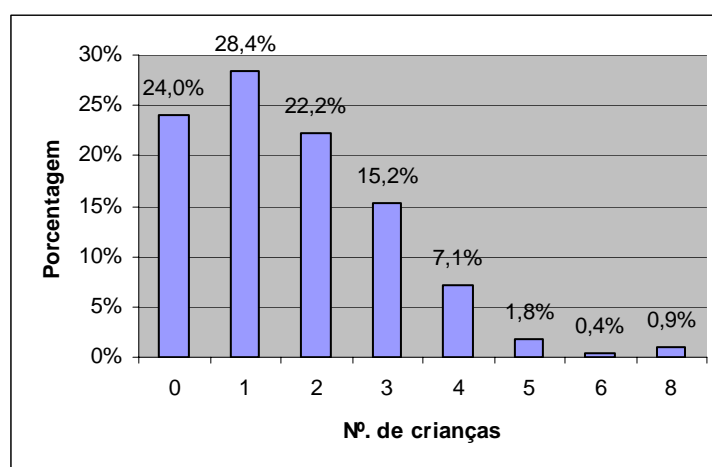


Gráfico 13 – Número de crianças por residência. . Jardim João Turquino – Londrina -PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

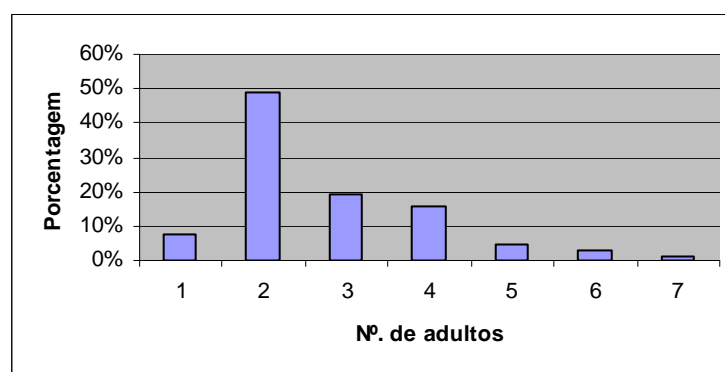


Gráfico 14 – Número de adultos por residência. Jardim João Turquino – Londrina -PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Observa-se que praticamente em 50 % das residências, moram apenas dois adultos, enquanto que 28% das residências possuem uma única criança. O gráfico a seguir mostra o número de indivíduos por residência, revelando que a maioria das famílias possuem porte relativamente pequeno, ou seja, entre três e cinco pessoas próximo da média estabelecida em 2000 que era de três a quatro moradores (Gráfico 15).

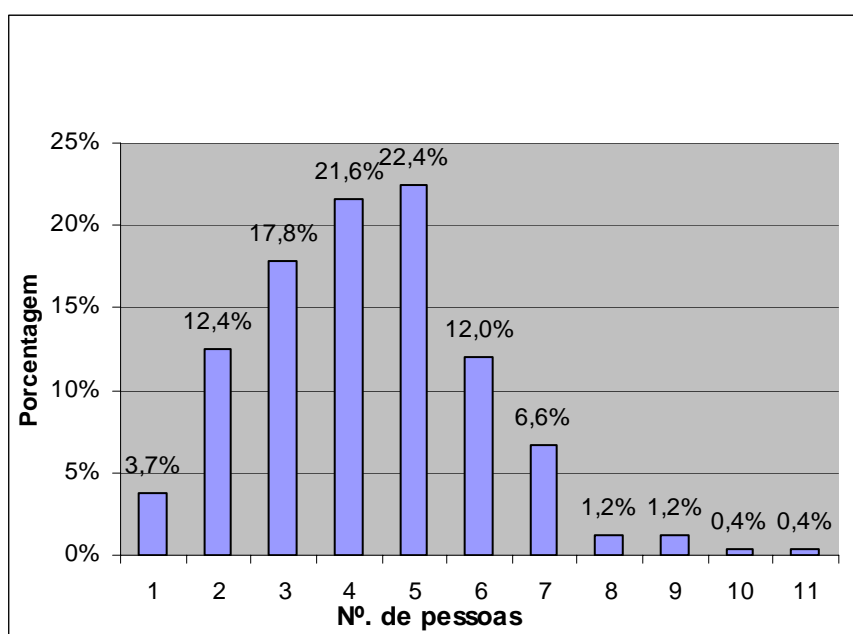


Gráfico 15 – Indivíduos por residência. Jardim João Turquino – Londrina -PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Quanto a ação do Estado para possibilitar a inclusão da população do Jardim João Turquino, pode-se dizer que os programas assistencialistas do governo atingem 17% dos entrevistados que recebem o benefício da Bolsa Família, 11% que estão inseridos no Programa do leite (Leite das Crianças- Pr) e outros 39% recebem algum outro tipo de auxílio, como por exemplo, o Vale Gás. Mesmo assim 45% dos entrevistados informaram que não recebem assistência (Gráfico 16).

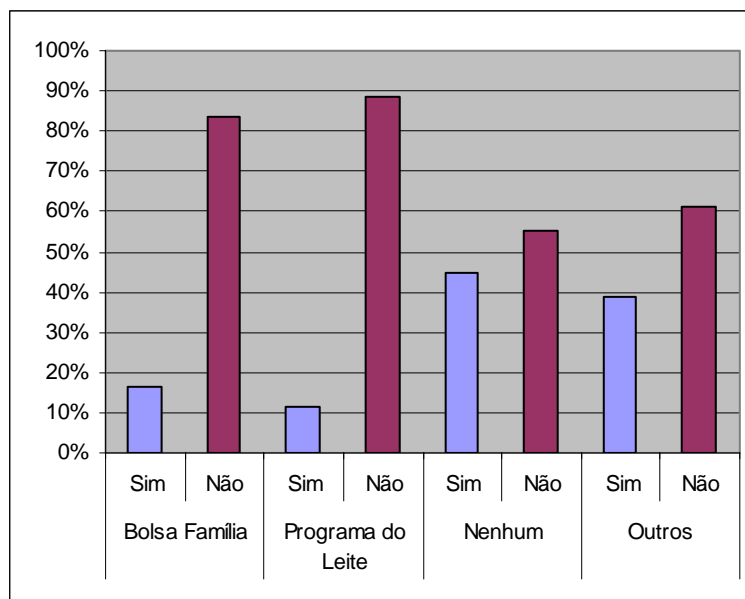


Gráfico 16 – Recebe auxílio de programas governamentais.
Jardim João Turquino – Londrina -PR.
Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Segundo Brasil (2006), Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006. O PBF integra o Programa Fome Zero, que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome. O PBF prevê a unificação dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação.

Já o Programa do Leite (Leite das Crianças – PR) tem abrangência Estadual foi criado em 2003 pelo Governador Roberto Requião e o Vice Orlando Pessuti, na época em campanha política, acenavam como uma das principais propostas de Governo junto às populações mais carentes. (PARANÁ, 2003). Este programa beneficia crianças (de seis a 36 meses de idade) de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, que recebem diariamente um litro de leite por criança cadastrada. Segundo o sitio do Programa Leite das crianças (PARANÁ,

2003), com o Programa do Leite, o governo paranaense busca reduzir as deficiências nutricionais, desencadeando ações que contribuam para a redução dos índices de morbidade e mortalidade e desnutrição infantil, através de: distribuição de leite pasteurizado e enriquecido; estímulo ao aleitamento materno; difusão de informações e procedimentos relativos à educação sanitária, nutrição e higiene pessoal.

No entanto, nota-se que a maioria dos entrevistados não recebe auxílio desses programas governamentais, sendo que, das pessoas que não se inserem em programas assistencialistas do Governo, 60% possuem renda familiar de até R\$ 437,00, isto é, a grande maioria que não recebe ajuda é a que precisaria receber o auxílio, de acordo com os princípios¹⁹ dos próprios programas (Gráfico 17). Esse fato se deve a falta de informação sobre os programas governamentais de auxílio caracterizando uma deficiência no setor de assistência social que se localiza no bairro vizinho, no Conj. Habitacional Avelino Antonio Vieira, que atende toda a região.

19 Podem fazer parte do Programa Bolsa Família: famílias com renda de até R\$ 60,00 (sessenta reais) por pessoa; famílias com renda de R\$ 60,01 (sessenta reais e um centavo) a R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por pessoa, com crianças de 0 a 15 anos. A renda da família é calculada a partir da soma do dinheiro que todas as pessoas da casa ganham por mês (como salários e aposentadorias). Esse valor deve ser dividido pelo número de pessoas que vivem na casa, obtendo assim a renda *per capita* da família. (Nessa conta não entram os benefícios de outros programas como Peti e Agente Jovem). O responsável pela operacionalização do Programa é o município. Se a família se encaixa numa das faixas de renda definidas pelo Programa, deve procurar o setor responsável pelo Programa Bolsa Família no município, munido de documentos pessoais (título de eleitor ou CPF), para se cadastrar no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico. Famílias que se encontram na faixa de renda de até meio salário mínimo - R\$ 190,00 *per capita* - também podem se cadastrar, pois existem outros programas sociais, tanto em âmbito federal, quanto estadual e municipal, destinados a essa faixa de renda. (BRASIL, 2006)

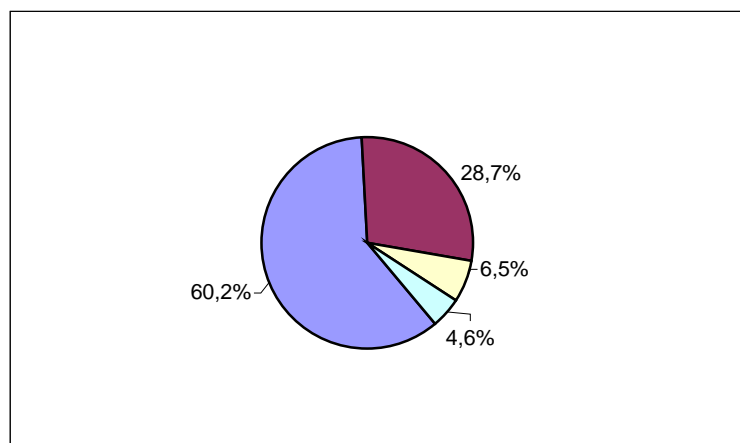


Gráfico 17 – Renda Familiar das famílias não assistidas programas governamentais. Jardim João Turquino – Londrina -PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Ainda em relação aos componentes das famílias que não se inserem nos programas assistencialistas do Estado Brasileiro, 61% estão desempregados. Nota-se ainda que grande parte das famílias que recebem auxílio de programas governamentais estão empregadas e se comparado a análise anterior, pode-se dizer que as famílias empregadas possuem maior conhecimento sobre os seus direitos como cidadãos (assim como as questões referentes ao seguro desemprego, pensão alimentícia, divórcios), pois, podem ser orientados por estagiários de universidades que prestam serviço gratuitamente junto as associações de moradores dos diversos bairros da região.

No gráfico a seguir (Gráfico 18), pode-se notar uma discrepância, pois, ao apresentar a renda familiar da população que participa de algum tipo de programa assistencialista, nota-se que mesmo com renda familiar acima de R\$ 800,00 tem-se 4% recebendo auxílio de algum tipo de programa. Segundo Dores (2005), para o acesso aos benéficos de programas como: Bolsa Escola Municipal, Bolsa Escola Federal, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, são levados em consideração os critérios da vulnerabilidade familiar (quando a renda não ultrapassa meio salário mínimo) e o acesso aos direitos básicos (como trabalho, educação, habitação, saúde, alimentação, entre outros).

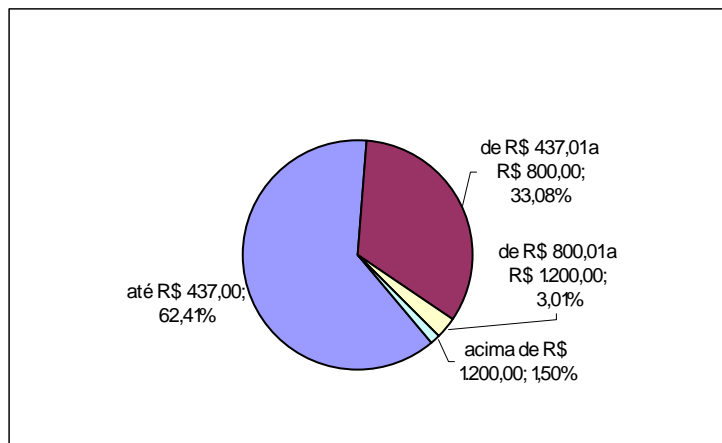


Gráfico 18 – Renda Familiar das famílias atendidas por programas governamentais. Jardim João Turquino – Londrina -PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Embora a população do Jardim João Turquino possua baixa renda, a maior parte dos entrevistados (66%) declarou que possui a casa já quitada (Gráfico 19), no entanto, isso não significa que tenham escritura da casa, mas que a construção já está quitada.

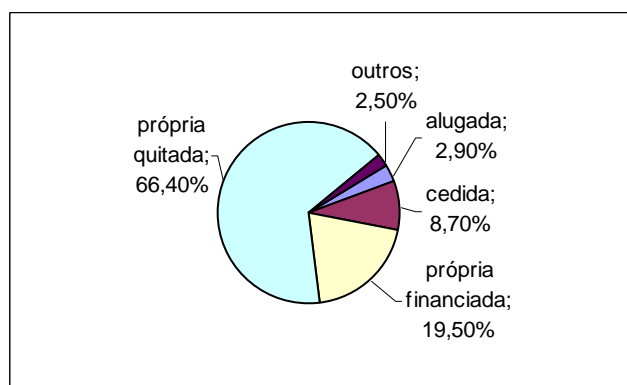


Gráfico 19 – Condição de propriedade do imóvel. Jardim João Turquino – Londrina -PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

A condição de ser um proprietário de um imóvel quitado se torna confusa em alguns casos, principalmente pelo desconhecimento da própria população quanto a forma de atuação do Programa Habitar Brasil, como se pode ver em alguns relatos, pois há entrevistados que em nenhum momento mencionam este programa, denotando uma ação pontual como pôde-se verificar no capítulo 3.

“... comprei a posse daqui de antigo morador por R\$ 2.500,00...” (Moradora do Bairro).

“... invadi aqui há mais ou menos uns 10 anos, não me lembro bem, meu barraco era de lona no começo, aqui tudo era mato, e dos bem alto, e aos poucos fui construindo minha casinha... e tô aqui até hoje”. (Morador do Bairro). Relato da Pesquisa *in loco*, 2006.

Os depoimentos narram a luta pela aquisição da casa própria, notando-se que enquanto um morador participou de todo o processo de posse o outro adquiriu de um antigo morador. Sendo assim, pode-se dizer que muitas pessoas participam das ocupações, mas não permanecem no local tornando o problema de déficit habitacional sem solução.

Observa-se no gráfico a seguir que 59% dos entrevistados não são os primeiros proprietários, ou seja, não participou da ocupação da área. Pode-se deduzir que os primeiros proprietários passaram a ocupar novas áreas após a transferência dos direitos para o novo proprietário. Pelo menos metade da população que reside atualmente no Jardim João Turquino não participaram da luta pela habitação.

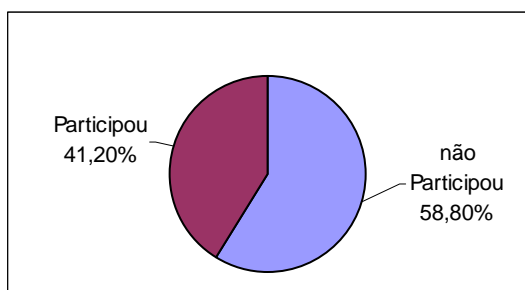


Gráfico 20 – Participou da ocupação? Jardim João Turquino – Londrina -PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Atualmente, a grande maioria das residências é de alvenaria, com apenas 2% de madeira e 5% mista (alvenaria e madeira) o que denota uma melhoria da qualidade de vida da população local (Gráfico 21). Essa mudança pode ser conferida a ação do poder público (municipal e federal) através do Programa Habitar Brasil, pois de acordo com alguns relatos, desde o terreno até o material de construção foram fornecidos por essas instituições.

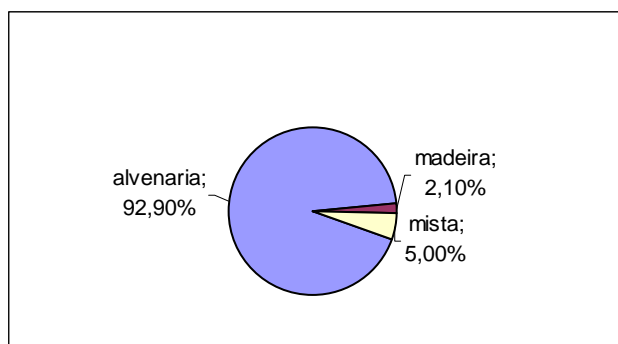


Gráfico 21 – Material de construção das habitações. Jardim João Turquino – Londrina -PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Podem ser observadas algumas casas inacabadas e construções e abandonadas pela falta de recursos dos proprietários (fotos 11 à 14).



Fotos 10 e 11 – Residências: Jardim João Turquino. A direita observa-se três tipos de residência, sendo que a residência apontada pela seta sofreu interferência do Programa Habitar Brasil, enquanto que as demais foram construídas pelos proprietários. A foto à esquerda mostra uma construção em andamento e uma parte da praça utilizada pelos moradores como jardim com trabalhos de reutilização de materiais recicláveis (pneus, garrafas plásticas) trabalhados pelos Programas Habitar Brasil.

Autora: Sarah Dias Martinez Ambrogi. Pesquisa *in loco*, 2006.



Fotos 12 e 13 – Terreno baldio (esq.) e residência inacabada (dir.). Jardim João Turquino – Londrina -PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Autora: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Quanto ao interior das residências, constatou-se que mais de 50% das residências possuem de três a quatro cômodos, seguido por 23% com cinco ou seis cômodos. Note-se que o número de residências que possuem até dois cômodos é grande 21 %, e apenas 3% com mais de seis cômodos (Gráfico 22). Nota-se que a população do Jardim João Turquino continua fazendo modificações em suas residências e ampliando-as para proporcionar melhor qualidade de vida à família.

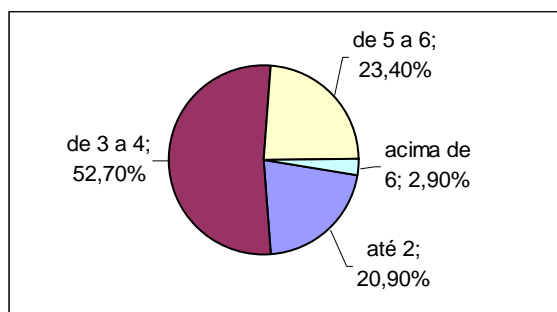


Gráfico 22 – Quantidade de cômodos na residência. . Jardim João Turquino – Londrina -PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Um dos itens principais para conseguir uma colocação no mercado de trabalho é a locomoção; de acordo com Silva (1982), ao se instalarem nas periferias²⁰ os trabalhadores e moradores começam a sofrer um processo de

²⁰ Termo apontado por Langenbuch (2001) com forte conotação social, reportando-se quase sempre a porções de qualquer aglomeração urbana, não necessariamente grande, localizadas via de regra

espoliação urbana: a somatória de extorsões que se opera através da precariedade dos serviços de consumo coletivo – saneamento, saúde, transportes – que são indispensáveis a subsistência, e que reforça mais ainda a exploração que se realiza no mundo do trabalho através do aumento da jornada e dos baixos salários; nesse sentido o transporte torna-se um elemento estratégico e vital para a força de trabalho. No Jardim João Turquino verifica-se que o meio de transporte mais utilizado por moradores durante a semana é o transporte coletivo urbano, utilizado por 80% dos entrevistados (Gráfico 23). Atualmente, duas linhas de ônibus servem ao bairro em estudo, uma é o Avelino Ant^o Vieira (linha 307) e a outra é a linha Olímpico (linha 314), porém, esse bairro começou a ser atendido apenas no ano de 2006, sendo que, por aproximadamente nove anos a população tinha que se deslocar até o Jardim Olímpico ou o Conj. Hab. Avelino Ant^o. Vieira para conseguir transporte, sendo assim, a exclusão social dessa população também ficou bastante evidente pela ausência de transporte coletivo durante muitos anos. Atualmente, o transporte coletivo e as duas novas vias de acesso²¹ tem efeito de inclusão social da população do bairro em estudo.

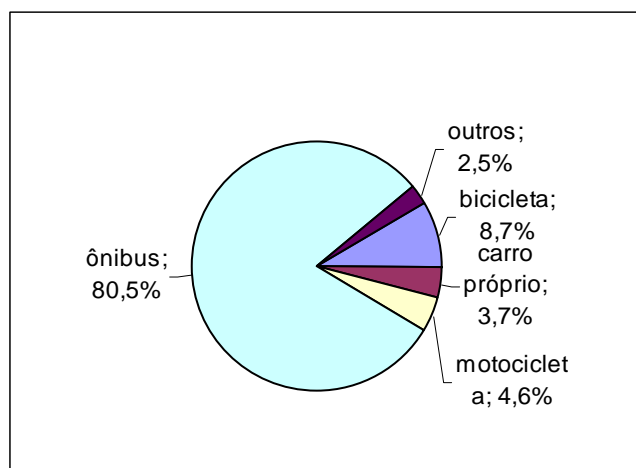


Gráfico 23 – Meio de transporte utilizado durante a semana. Jardim João Turquino – Londrina -PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

em porção próxima aos limites externos da área edificada, onde predomina a ocupação residencial pelas camadas com baixo poder aquisitivo, estabelecida de modo precário.

²¹ Duas novas Avenidas construídas entre 2005 e 2006 com investimentos do Governo Federal: Av. Juvenal Pietraróia e Rua Soiti Tatumã, já citados no item 2.1.

Para se analisar o padrão econômico dos habitantes do Jardim João Turquino foi realizado um levantamento de bens que cada família entrevistada possui (Gráfico 24). Há que se observar que, atualmente, a qualidade de vida de uma população está intimamente relacionada com os bens adquiridos, principalmente, quando essa população está inserida no sistema capitalista, portanto, a condição de inclusão ou exclusão social está relacionada ao verbo “TER” e não ao verbo “SER”. Sendo assim, contemplou-se nessa pesquisa os bens que as famílias possuem e se empenham para adquiri-los para sentir-se incluídos nessa sociedade.

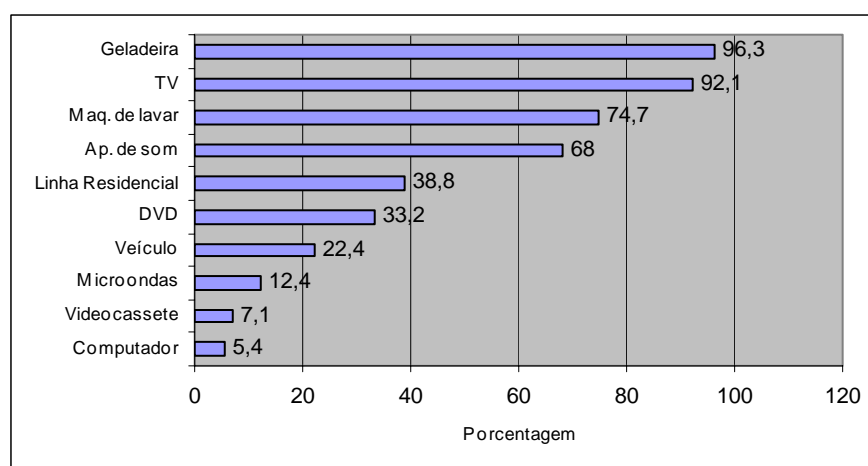


Gráfico 24 – Bens que a família possui. O termo Linha residencial refere-se a telefonia fixa. Jardim João Turquino – Londrina -PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Nota-se que apesar de a maioria da população receber remuneração abaixo de um (01) salário mínimo regional existe um esforço de consumo motivado pela ideologia capitalista de possuir, motivada por parcelamentos e uso de cartões de crédito. Fazendo uma relação com o gráfico de transporte (Gráfico 23) pode-se observar que apesar de 22% da população possuir algum veículo, durante a semana, utilizam transporte coletivo urbano (ônibus), pois ainda continua sendo a alternativa mais econômica para a locomoção diária.

Devido ao grande incremento populacional apresentado na região ao longo dos anos, o poder público municipal realocou o posto de saúde localizado no Conj. Hab. Avelino Ant^o Vieira para o Jardim Maracanã, que hoje atende toda a

região, inclusive pelos de 73% dos moradores do bairro João Turquino UBS, foto 14 e gráfico 25. Sabe-se que o primeiro atendimento à saúde para a população é prestada pelas unidades básicas de saúde e em seguida, se necessário, são encaminhados a tratamentos em outros locais; assim, a UBS do Jardim Maracanã é a mais procurada por estar mais próximo.

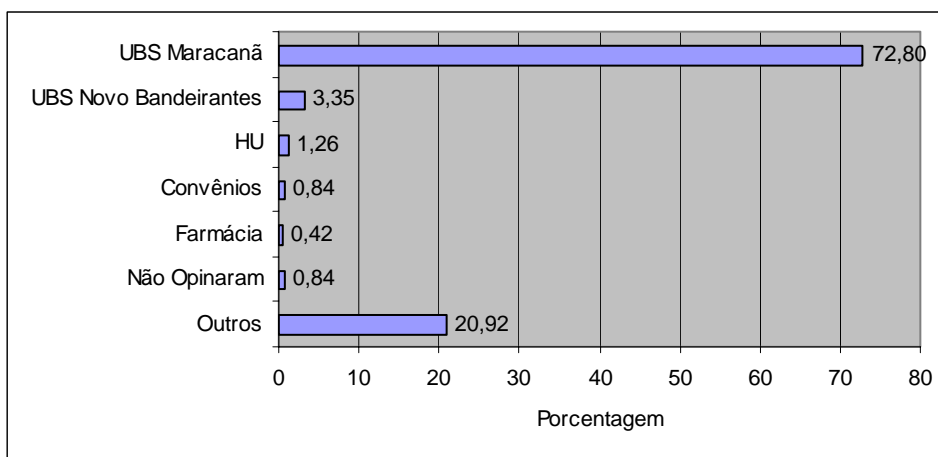


Gráfico 25 – Locais para atendimento médico. Jardim João Turquino – Londrina -PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.



Foto 14 – Unidade Básica de Saúde do Jardim Maracanã. Atendimento de 16 horas. Autora: Cristina Gavioli.

Os entrevistados foram questionados sobre as dificuldades e os problemas encontrados no bairro, a fim de detectar alguns aspectos da exclusão social, sendo assim as questões foram abertas e as respostas variadas. Dentre os

principais problemas no bairro, destacam-se a falta de farmácia, que foi apontado por 77% dos entrevistados, seguido da falta de esgoto, citado por 54% dos entrevistados, de problemas com segurança no bairro, ou seja, a falta de policiamento intensivo, apontada por 48% dos entrevistados. A não existência de escola com ensino médio, em que os alunos do bairro têm que se deslocar até outros bairros foi apontado por 36% dos entrevistados e ainda falta de área de lazer apropriada para a diversão e o bem estar da população, apontada por 33% dos entrevistados (Gráfico 26).

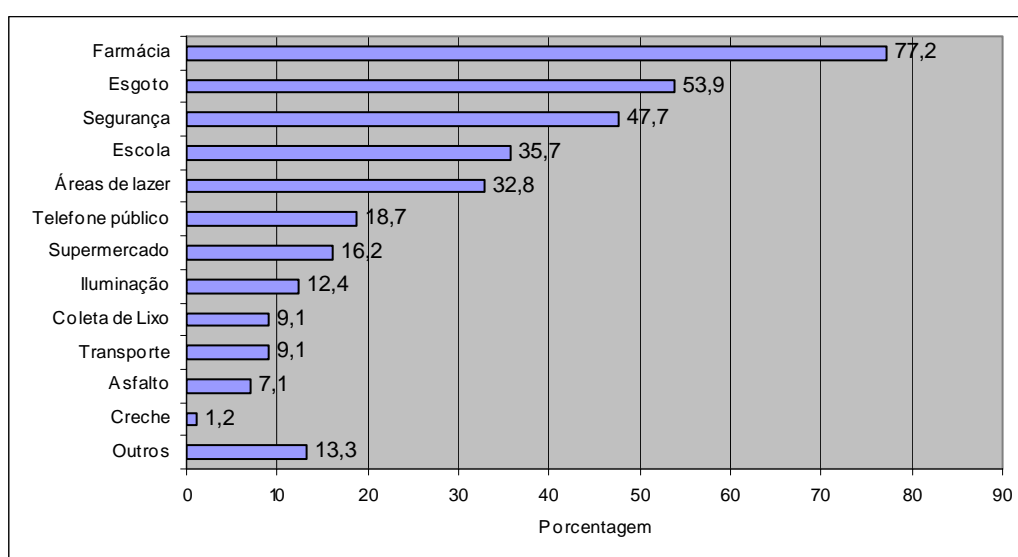


Gráfico 26 – Principais problemas do Jardim João Turquino – Londrina - PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Um dos modos de lutar contra a exclusão social é a união através da Associação de Moradores que quando atuante e organizada consegue benfeitorias, que são de direito, da população local. Com relação ao conhecimento da existência de associação de moradores, 85% dos entrevistados afirmaram ter conhecimento da associação, enquanto que 8% dos entrevistados afirmaram que não existia e os outros 7% não sabiam da existência da associação de moradores (Gráfico 27).

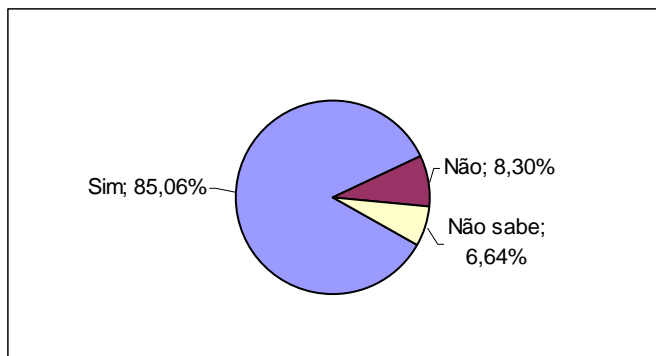


Gráfico 27 – Tem conhecimento da existência da Associação de moradores?. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi

Verifica-se que 85% da população tem conhecimento da existência da Associação de Moradores, no entanto, apenas 33% participam ou participaram de pelo menos uma reunião da associação de moradores (Gráfico 28). Pode-se dizer que a baixa participação da população enfraquece esse movimento popular enquanto reivindicadora de melhorias para o bairro.

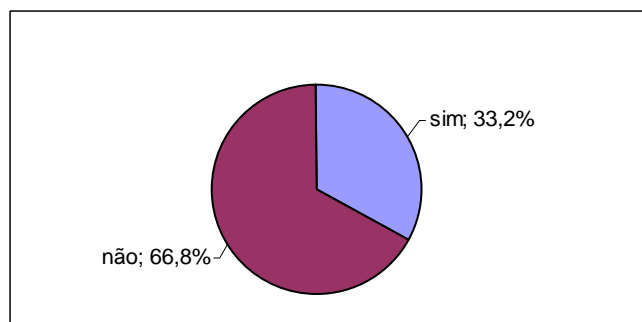


Gráfico 28 – Participação em reuniões da Associação de moradores. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi

Verifica-se que, atualmente, a associação de moradores encontra-se desestruturada e com baixo índice de participação devido a satisfação individual da população que teve, em parte, suas reivindicações mais básicas atendidas pelo poder público através do Programa Habitar Brasil.

Apesar de residir nas proximidades do bairro em estudo há mais de 20 anos, a pesquisadora foi surpreendida pela rapidez de seu desenvolvimento e por constatar a supervalorização e a inverdade de muitos fatos, acontecimentos e estrutura do bairro que, muitas vezes, são veiculadas por noticiários sensacionalistas, pois como se pôde observar (e em alguns casos constatar) a violência e a criminalidade estão disseminadas por todas as regiões da cidade de Londrina e, por conseguinte em todas as classes sócio-econômicas.

Atualmente, o bairro apresenta-se com grande variedade de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços (mapa 5) se comparado com muitos bairros antigos (que tenham entre 20-30 anos de implantação); nesse quesito encontra-se em melhores condições. Acredita-se que essa variedade de estabelecimentos comerciais deva-se à demanda representada no gráfico 29 e através de conversas informais com pessoas residentes em bairros vizinhos, como o Conj. Hab. Avelino Ant^o Vieira e Jardim Olímpico, em que se pode verificar que muitos moradores fazem suas compras no bairro estudado devido à falta desse tipo de comércio no bairro em que residem.



Mapa 5 – Mapa de ocupação do solo. Jardim João Turquino – 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi, 2006.

Através do mapa 5 pode-se observar a localização aproximada e a diversidade de estabelecimentos comerciais (depósito de material de construção, bazares, mercearias, padarias) e de prestação de serviços (cabelereiro, mecânica, borracharia) existentes na área em estudo; ainda pode-se observar a área de preservação ambiental anteriormente ocupada pela população.

Por meio de entrevistas constatou-se que a grande maioria da população do Jardim João Turquino realiza compras no próprio bairro (67%). Apenas 12% da população realizam compras na região central de Londrina e 18% fazem compras em bairros vizinhos (Gráfico 29).

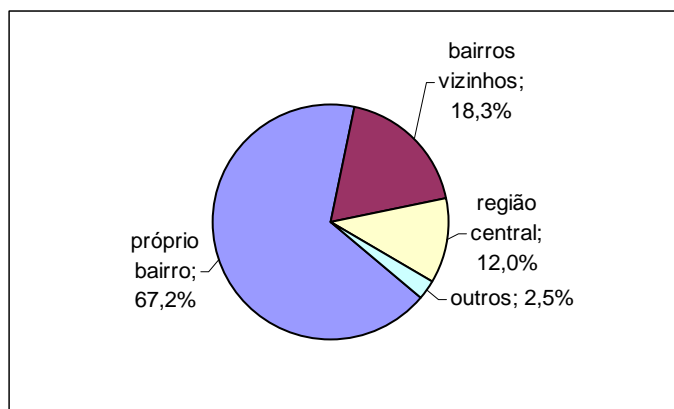


Gráfico 29 – Local de Compras. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi

Observa-se que a maioria da população tem preferência em fazer compras no próprio bairro e isso se deve à proximidade, embora muitas vezes o preço dos produtos tenha um valor mais alto.

Como se pode observar através dos dados levantados na pesquisa *in loco*, enfocando-se a qualidade de vida da população do Jardim João Turquino, quando houve o acesso da população aos equipamentos de uso coletivo (redes de água e energia elétrica, abertura de ruas) ofertados pelo poder público, após serem reivindicados pela população da ocupação inicial, foi notada uma diminuição da exclusão social, isto é, da segregação espacial pelo acesso ao transporte coletivo.

No entanto, não seria possível ao Estado a eliminação dessa exclusão que tem raízes profundas no processo de formação sócio-espacial brasileiro, que está intrinsecamente ligada ao sistema econômico vigente, que deixou para essa parcela da população heranças difíceis de superar como a baixa escolaridade. Note-se que a baixa escolaridade não é o único fator responsável pela exclusão social, mas aliada a outros fatores como a baixa oferta de empregos e a procura de mão-de-obra especializada, acaba se tornando um fator representativo.

Sendo assim, notou-se que os grupos sociais excluídos que produziram o Jardim João Turquino como espaço segregado e lutaram através da associação de moradores para ter um acesso aos equipamentos de uso coletivo, de acordo com a pesquisa *in loco*, atualmente não residem mais nesse bairro como pôde-se observar no gráfico 20 o item 3.2. Contudo, através de suas conquistas, pode-se dizer que o Jardim João Turquino já não está segregado, mas ainda

persiste a exclusão social da população alojada em outros níveis, pois as necessidades são outras, visto que para o sistema econômico vigente, estes são essenciais para o funcionamento do setor produtivo, que apresenta sempre novos produtos para os consumidores de todos os estratos sociais.

4.2 A EXCLUSÃO SOCIAL E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: JARDIM JOÃO TURQUINO

A exclusão social é um fenômeno gerado pela formação econômico-social no Brasil, que por sua vez produz espaços urbanos segregados como o caso do Jardim João Turquino. Segundo Corrêa (1995, p.8-35), a expressão espacial dos processos sociais é simultaneamente dividida e articulada. Assim sendo, o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes.

O espaço urbano estudado, como se pôde constatar foi produzido por grupos sociais excluídos em vários níveis desse fenômeno. Ao observar as condições de vida da população do bairro pode-se notar que existem algumas semelhanças, uma delas é, o baixo poder aquisitivo denunciado através de sua localização, pois,

[...] é o processo de reprodução do capital que vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade, baseados nos mecanismos de apropriação privada, em que o uso do solo é produto da condição geral do processo de produção da humanidade. Que impõe uma determinada configuração ao espaço urbano. Tal configuração decorre de dois modos de uso do solo:... (um) vinculado ao processo de produção e reprodução do capital, (e outro)... vinculado à reprodução da sociedade, tanto da força de trabalho (enquanto exército industrial ativo, ou exército industrial de reserva), quanto da população geral (consumidores).(CARLOS, 1994, p.49).

Segundo Lojkine (1997, p. 189) existem ou podem se distinguir três tipos/formas de segregação urbana: uma oposição entre centro, onde o preço do solo é o mais alto, e a periferia. Outra é a separação crescente entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular. E outra é um esfacelamento generalizado das 'funções urbanas', disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas:

zonas de escritórios, zona industrial, zona de moradia, etc. Neste estudo focar-se-á mais a primeira e a segunda formas, o que leva ao estudo dos fatores que estão impulsionando esta atitude dos moradores, pois,

[...] a cidade enquanto construção humana, produto social, trabalho materializado apresenta-se enquanto formas de ocupações. O modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar, ou viver.(CARLOS, 1994. p. 45).

Ou seja, o primeiro passo seria definir o tipo de necessidade que as famílias componentes do bairro desejavam suprir, no caso a habitação. Desse modo, constatou-se que a maioria da população teve conhecimento sobre o bairro João Turquino por meio de familiares (42%) ou por meio de amigos (33%). E, apenas 15% tiveram indicação da COHAB-LD (Gráfico 30), desse modo confirmando-se a existência de uma rede social que fomentou a ocupação dessa área, pois como visto anteriormente os primeiros habitantes da ocupação (Gráfico 20 no item 3,2), atualmente não residem nesse bairro.

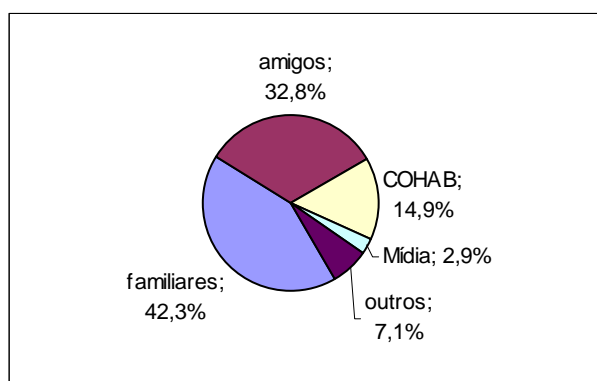


Gráfico 30 – Como conheceu o João Turquino? Londrina -PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Constatou-se que familiares e amigos incentivaram os entrevistados a residir no Jardim João Turquino. No entanto, a grande maioria da população reside no João Turquino pelo valor acessível, com uma representatividade de 67% do total e apenas 11% residem no Jardim João Turquino por estar próximo a parentes

(Gráfico 31), ou seja, a rede social não foi fator determinante para a ocupação da área de estudo, o que caracteriza a produção do espaço urbano segregado pela exclusão social ligada às condições econômicas da população.

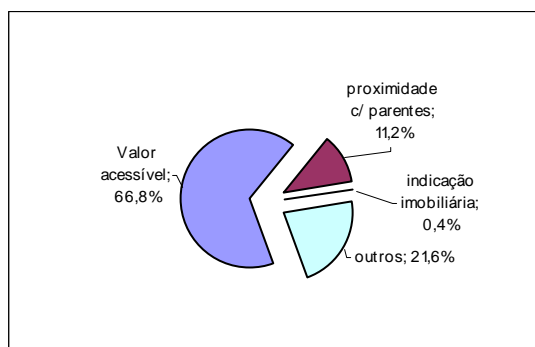


Gráfico 31 – Principal motivo para escolha do bairro. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Das pessoas que tiveram conhecimento do bairro João Turquino por meio de parentes, apenas 11% decidiram residir no bairro por ficar próximo aos parentes.

Algumas das questões aplicadas aos entrevistados foram relativas ao processo migratório que essas famílias vêm desenvolvendo. Dos moradores deste bairro 90% vieram do interior do Paraná, 4% vieram da capital de outros Estados e apenas 2% vieram de Curitiba (Gráfico 32).

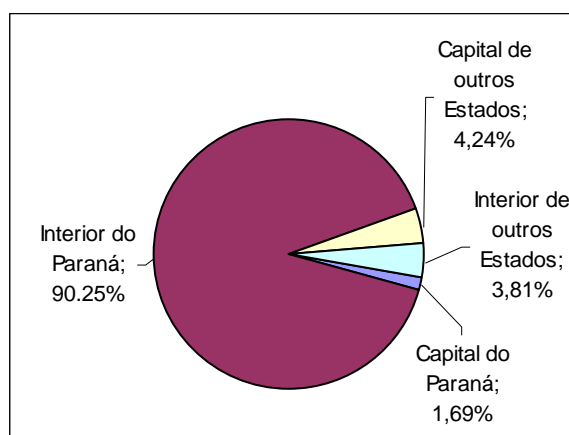


Gráfico 32 – Local de Origem por Estado. Jardim João Turquino – Londrina -PR. Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Quanto à unidade federativa, pode-se constatar que a maioria da população residente no bairro em estudo deslocou-se do interior do Estado do Paraná e apenas 8,05% de outros Estados.

O gráfico a seguir (gráfico 33) mostra que dos moradores que vieram do Paraná para o Jardim João Turquino, 70% já residiam em Londrina. Verifica-se que a maioria dos entrevistados já residia no Município de Londrina antes de mudar-se para o bairro em estudo.

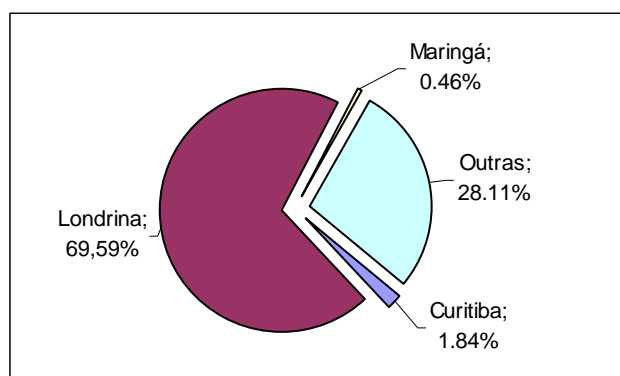


Gráfico 33 – Município de Origem no Estado do Paraná.
Jardim João Turquino – Londrina -PR.
Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Dos moradores do João Turquino que já residiam em Londrina 10% tem sua origem na zona rural de Londrina, enquanto 90% na zona urbana. Nota-se que a maioria da população possui origem urbana, o que pode ser conferido ao processo histórico de êxodo rural que deixou os seus descendentes desamparados ao lançá-los despreparados no mercado de trabalho urbano, e aliado ao déficit habitacional resultou em ocupações irregulares em vários pontos periféricos do Município de Londrina.

Quanto ao preconceito, relacionado ao sentimento de exclusão social, que foi reforçado após a mudança para o bairro, observa-se que a maioria da população do Jardim João Turquino já sofreu algum tipo de discriminação por morar neste bairro, isto é, 60% da população já foi discriminada. Nota-se que 60% dos entrevistados sofreram com algum tipo de discriminação após revelarem o bairro de residência.

Fazendo uma comparação entre antes de residir no Jardim João Turquino e depois, foi constatado que antes de mudar-se para o João Turquino poucas pessoas sofreram discriminação, ou seja, apenas 12% do total já haviam sido discriminados por morar em outros bairros (Gráfico 34).

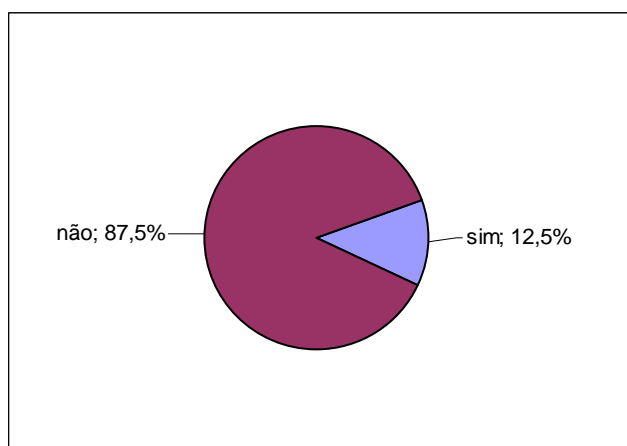


Gráfico 34 – Sofreu discriminação antes de mudar-se para o João Turquino (Londrina –PR)? Pesquisa *in loco*, 2006.

Organização: Sarah Dias Martinez Ambrogi.

Segundo relatos dos entrevistados nas empresas com oferta de empregos, e, até mesmo em lojas, durante uma compra existe a discriminação por residir nesse bairro e muitos destes não conseguem o emprego simplesmente por residir no João Turquino, pela veiculação de fatos pejorativos ao bairro. De acordo com um dos entrevistados, a empresa contratante dispensou-a no momento em que ela teve que preencher a ficha de cadastro de empregados. *“Temos que mentir na hora de preencher a ficha de cadastro...”* argumentou um outra entrevistada. Um morador relatou um fato ocorrido durante uma compra em uma loja de eletrodomésticos.

“Fui realizar uma compra de uma estante, o vendedor me atendeu muito bem, até pedir o meu comprovante de residência, quando olhou o bairro, já me olhou com indiferença, mudou o atendimento, com a maior falta de educação disse: - Pega os seus documentos e vai para o crediário! Depois disso só faltou me chamar de favelado.” (morador, Relato de Pesquisa *in loco*, 2007)

No sentido de mudar essa realidade, através do resgate da auto estima, o Projeto Viva a Vida localizado na Avenida Maratona e o Programa Habitar Brasil localizado no Jardim Maracanã atendem a população em idade escolar no horário de contra-turno com projetos culturais e de geração de renda como: dança, esportes, artesanato, teatro, reciclagem, grafite, hip-hop. Essas atividades visam ocupar os jovens no seu horário ocioso para que não se envolvam com atividades ilegais ou criminosas. Muitos jovens são atraídos pelas oficinas de hip-hop e logo se envolvem em outras atividades. De acordo com Martins (2001), nos movimentos de hip-hop a periferia procura construir sua identidade a partir das virtudes próprias da condição de jovem e de negro (ou, as vezes, de migrante, desenraizado, e sem lugar).

Nesses movimentos, mais do que um espaço deteriorado, e o reconhecimento dessa deterioração, a periferia proclama a identidade que lhe é possível no confinamento a que foi relegada: a de que foi recusado pela cidade e tem com ele a identidade da não-identificação. Esses movimentos proclamam a verdade política do negativo, e num certo sentido, anunciam o fim da esperança e o fracasso dos partidos na gestão democrática da cidade. (MARTINS, 2001, p.84)

Assim, as oficinas de hip-hop (dança, grafite e música) oferecidas pelo Projeto Viva a Vida e Programa Habitar Brasil priorizam a identificação cultural no sentido de reanimar a auto-estima dos jovens e o resgate de valores morais e éticos que foram perdidos, nesse sentido acredita-se que o hip-hop tem sido utilizado como atrativo para crianças e adolescentes freqüentarem o Projeto e terem contato com outras realidades através de diferentes atividades como já foi mencionado.

Portanto, como se pôde constatar, a população residente no Jardim João Turquino sofre vários níveis de exclusão social, iniciando-se pela baixa escolaridade que impele a população, por sua vez, a outros níveis de exclusão como a do direito ao trabalho e bons salários, gerando a exclusão da posse de bens materiais, como a habitação, por exemplo, e, assim desencadeando os movimentos migratórios em busca de melhores condições ao ocupar áreas como o Jardim João Turquino.

Nesse contexto, acredita-se que os grupos sociais excluídos produzem formas espaciais segregadas, no entanto, vale ressaltar que a exclusão social pode ocorrer em vários níveis e classes sociais, pois há exclusão quando se

nega a um indivíduo (ou grupo) o acesso ao que os outros indivíduos (ou grupos) têm. Nesse sentido, pode-se dizer que há exclusão social até mesmo na parcela da população com maior poder aquisitivo.

Desse modo, pode-se dizer que as ações dos poderes municipal e federal na área do Jardim João Turquino proporcionaram a minimização da exclusão social ao ofertar rede de água, energia elétrica, abertura de ruas e coleta de lixo.

Ao proporcionar a minimização da exclusão social, principalmente através da aberturas de ruas e novos acessos à Poligonal Turquino/Maracanã, essa área passou a estar mais integrada à rede urbana da cidade, ou seja, deixou de ser segregada, muito embora essa área ainda seja considerada periférica pela sua posição geométrica em relação ao centro da cidade de Londrina.

É importante analisar que as benfeitorias, ou seja, ao assegurar os direitos dos cidadãos dessa porção da cidade proporcionando a infra-estrutura básica, proprietários de áreas circunvizinhas ao Jardim João Turquino, consideradas como vazios urbanos, também foram beneficiados. Nesse sentido, acredita-se que ao esperar pela valorização de suas terras, ou seja pelos ganhos referentes a especulação imobiliária, os proprietários fundiários e promotores imobiliários, silenciosamente, possam ter influenciado na ocupação dessa área e na instalação da infra-estrutura.

No entanto, essa questão em nada desvaloriza a luta dos moradores desse bairro por seus direitos, apenas reforça e demonstra mais uma das contradições do sistema econômico em vigor, que evidentemente, tem reflexo no processo de produção do espaço urbano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento dos capítulos desse trabalho procurou-se responder as questões inicialmente propostas. Para tanto, foram reunidos elementos empíricos e analíticos que possibilitaram reflexões sobre a produção de espaços urbanos segregados a partir da formação sócio-espacial brasileira tendo como objeto de estudo o Jardim João Turquino localizado no município de Londrina-PR.

Para atingir esse objetivo, através da análise da formação sócio-espacial houve a necessidade de se compreender o conceito de exclusão social, que no caso em estudo, foi considerado o principal fator desencadeador do processo migratório, e, conseqüentemente, de ocupação, ligado a outros fatores de exclusão sócio-estrutural: baixa escolaridade, desemprego e baixos salários.

A habitação, então, é compreendida como uma necessidade social, cuja apropriação ocorre individualmente, mas que é cada vez mais indissociável do contexto urbano que inclui infra-estrutura sanitária básica, de serviços e de equipamentos de saúde, educação, de estrutura de transporte, caracterizando-se como um meio de consumo coletivo, portanto, sendo parte importante na produção do espaço urbano capitalista, sob o encargo do Estado.

O provimento dos bens de consumo coletivo é uma tarefa que vem sendo desempenhada pelo Estado, fundamentalmente, com a finalidade de desonerar o capital. Pode-se observar que as decisões do Estado, via de regra, estão subordinadas às necessidades da acumulação, as quais são intermediadas pelo jogo das forças políticas.

Portanto, o preço da terra em si mesma já se traduz numa barreira e quando associada ao preço imposto para a moradia, por meio do aluguel, afasta da população mais carente a possibilidade de habitar dentro dos mecanismos institucionais legais. Sendo assim, a população com menor poder aquisitivo busca a solução dos seus problemas fora da atuação direta do Estado através da autoconstrução em terrenos ocupados irregularmente, ampliando o fenômeno da segregação urbana nas cidades.

Embora os custos da produção da infra-estrutura na cidade sejam socializados, isto é, pagos quase que, indistintamente, por todos os seus habitantes – já que são instalados pelo poder público -, a apropriação dos seus benefícios não

é democratizada, pois o lucro fica nas mãos das empresas empreendedoras desses serviços e dos proprietários dos terrenos que se beneficiam com as vantagens advindas da valorização das áreas contempladas. Estas áreas, que são mais indicadas para a habitação, tornam-se inacessíveis para a maioria da classe trabalhadora, pois atingem altos preços.

Nesse contexto, a habitação surge então como uma necessidade não apenas da população, mas também do sistema produtivo para assegurar a reprodução da mão-de-obra e garantir o exército de reserva. Sendo assim, dependendo da necessidade do sistema capitalista são construídas formas para supri-las. No caso estudado, os agentes sociais excluídos produziram uma ocupação irregular, ou seja, uma área segregada que, posteriormente, sofreu a intervenção do poder público, chamada regularização, no intuito de “integrar”, ou melhor, para não apresentar índices depreciantes quanto às habitações do município. Mas, a população que gerou a ocupação irregular antes de se segregar, já sofria com a exclusão social.

Esses fatores produziram o espaço urbano segregado, a exemplo do Jardim João Turquino, em uma área desprovida de infra-estrutura. Nessas condições, o sentimento de exclusão social passou a ser reforçado através da discriminação exercida pelos empregadores, pela população vizinha e da população como um todo, dificultando a aquisição dos bens materiais e desse modo, reforçando a exclusão social vivida.

Ressalta-se que a mídia tem um papel muito importante nesse caso, visto que esta destaca o lado negativo da vivência dos moradores, como o crime e a violência. No entanto, de acordo com entrevistas, a violência e a ocorrência de crimes diminuíram com a intervenção do poder público que regularizou a situação do bairro após alguns anos, proporcionando iluminação pública e asfalto que, de certo modo, proporcionou a melhoria no policiamento. Desse modo, a os veículos de informação populares que ressaltam apenas o lado negativo da área favorecem a discriminação da população, reforçando a exclusão social vivida pela população. Observe-se que, a mídia não produz novos elementos da exclusão social, apenas reforça esse processo que tem sua origem nos fatores econômicos e sociais pré-existentes da constituição do espaço urbano brasileiro.

Hoje, o Jardim João Turquino possui asfalto, rede de água e energia elétrica e alguns equipamentos de uso coletivo (UBS, escolas, transporte, vias de

acesso), algumas formas de comércio, que de certa forma minimizam a segregação espacial urbana e a exclusão social. No entanto, a carência e a exclusão social persistem pela discriminação e pela impossibilidade econômica de ter acesso a outras áreas da cidade como o shopping center, o cinema, ou seja, as demandas sofisticaram-se em relação àquelas tradicionais. Nesse sentido, atualmente, as políticas públicas têm que ir além do tradicional para o enfrentamento dessa questão no e há que se repensar a desconstrução da imagem negativa produzida ao longo dos anos de desenvolvimento do bairro e conseqüente inclusão social. Observe-se que esse processo de produção do espaço urbano por agentes sociais excluídos pode alcançar outros resultados através de trabalhos voltados para a educação, resgate da auto-estima e profissionalização da sua população aliados à oferta de habitações para as famílias com menor poder aquisitivo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correa de. **Geografia econômica**. São Paulo: Atlas, 1991.

BONDUKI, Nabil. Depoimento. In: **Espaço e Debates: Revista de estudos Regionais e Urbanos - Periferia Revisitada**. São Paulo: NERU, nº. 42 – ano XVII – 2001, p. 92-99.

BRAGA, Roberto. Estatuto da cidade. In: **Estatuto da cidade: política urbana e cidadania**. Org. BRAGA, R; CARVALHO, P. F. de. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal – Deplan – UNESP – IGCE, 2000, p. 83-113.

BRASIL. Câmara dos Deputados, Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, Caixa Econômica Federal. **Estatuto da Cidade**. Instituto Polis Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações. Brasília: 2002. 2a edição. Fonte on-line disponível em <http://arara.londrina.pr.gov.br/homenovo.php?opcao=planejamento&item=estatutocidade>, capturado em novembro de 2006)

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Repensando a Geografia Urbana: Uma nova perspectiva se abre. In: **Os caminhos da reflexão sobre cidade urbano/ Ana Fani Alessandri Carlos (org.)**.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 157-199.

CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. Instrumentos legais de gestão urbana: referencias aos Estatuto da Cidade e ao Zoneamento. In: **Estatuto da cidade: política urbana e cidadania**. Org. BRAGA, R; CARVALHO, P. F. de. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal – Deplan – UNESP – IGCE, 2000, p. 41-59.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

DORES, Júlia Luciana Pereira das. **Exclusão social, políticas públicas e representações sociais na cidade de Londrina PR: um olhar sobre o assentamento urbano Jardim Maracanã / Júlia Luciana Pereira das Dores** (Dissertação de Mestrado) – Presidente Prudente: [s.n.], 2005.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FRANCISCO, José. Estatuto da cidade: sobre os fundamentos de uma política urbana. In: **Estatuto da cidade: política urbana e cidadania.** Org. BRAGA, R;

CARVALHO, P. F. de. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal – Deplan – UNESP – IGCE, 2000, p. 16-3110.

FRESCA, Tânia Maria. Mudanças recentes na expansão físico territorial de Londrina / PR. In: **Geografia, Ciência e Filosofia: interdisciplinaridade e interfaces do conhecimento-contribuições científicas da XVIII Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina/** Eduardo Marandola Jr.; Wladimir César Fuscaldo; Yoshiya Nakagawara Ferreira (Org.).- Londrina: Ed. Humanidades, 2002.

FORRESTER, Viviane. A globalização da miséria. In: **Revista Amanhã.** 1997. p.16-18.

IBGE. Base de informações por setor censitário: Resultados do universo- Londrina-PR. Rio de Janeiro: IBGE. 2000.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana.** São Paulo: Paz e Terra S.A. 1993.

_____ **Escritos urbanos.** São Paulo: Ed. 34, 2000.

LANGENBUCH, Juergen Richard. Depoimento. In: **Espaço e Debates: Revista de estudos Regionais e Urbanos - Periferia Revisitada.** São Paulo: NERU, nº. 42 – ano XVII – 2001, p. 85-91.

LEI ORÇAMENTÁRIA, 2005, fonte on-line disponível em http://www.londrina.pr.gov.br/lei_orcamentaria2005/adm_direta/24encargos.htm
Capturado: 12/07/2007.

LONDRINA, Prefeitura Municipal. PEMAS: **Plano Estratégico Municipal de Assentamentos Subnormais** município: Londrina-Pr. Londrina: COHAB-LD/ UEM, 2001. CD- ROM.

LONDRINA, Prefeitura Municipal. “**Urbanização dos Assentamentos no Entorno da Avenida Maratona (Comunidades João Turquino e Maracanã)**”, Londrina: COHAB-LD/ Prefeitura Municipal de Londrina, 2002. CD- ROM.

LONDRINA, Prefeitura Municipal de. **LEI ORÇAMENTÁRIA 2005**. Londrina: PML, 2005. fonte on-line disponível em http://www.londrina.pr.gov.br/lei_orcamentaria2005/adm_direta/24encargos.htm Capturado: 12 julho de 2007

LONDRINA, Prefeitura Municipal de. **POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**. Londrina: UEM: COHAB-LD/ Estado do Paraná e Programa Habitar Brasil/BID- DI. 2006. Fonte on-line disponível em <http://www.londrina.pr.gov.br/gabprefeito/gestao/habitacao.php>, capturado em novembro de 2006)

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1997.

MARICATO, Ermínia. Contribuição para um plano de ação brasileiro. In: **Habitat: as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

_____. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MARTINS, José de Souza. Depoimento. In: **Espaço e Debates: Revista de estudos Regionais e Urbanos - Periferia Revisitada**. São Paulo: NERU, nº. 42 – ano XVII – 2001, p. 75-84.

MOURA, HÉLIO A. (org) **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1980.

PERUZZO, Deliu. **Habitação: controle e espoliação**. São Paulo: Cortez, 1984.

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (orgs). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

RUA, João. Repensando a Geografia da População. In: **Revista do Departamento de Geografia**. UERJ, n. 1, jan. 1997 (p. 57-71).

SACHS, Ignacy. Desordem Mundial. In: Revista **Isto é**. 21/08/1996, p. 5-7.

SANTOS, Milton. **Por uma nova Geografia**. São Paulo: HUCITEC, 1978

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982, p.9-27.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, Milton; SILVEIRA. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCARLATO, Francisco Capuano. População e urbanização Brasileira. In: ROSS, Jurandir L. Sanches. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 381-465.

SILVA, Ana Amélia, STAUFACKER, Delcisa, AFFONSO, Nazareno, ANDRADE, Pedro Paulo de, LIMA, Sérgio Souza. Transportes e Periferia. IN: **Espaço e debates: revista de estudos regionais e urbanos**. São Paulo: (NERU) Cortez editora e Livradira Ltda. Out/dez. 1982 p. 71-91.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

SOUZA, Itamar. **Migrações internas**. Petrópolis: Vozes, FUNDAÇÃO José Augusto/ Natal. 1980.

SPÓSITO, Eliseo Savério. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 1994.

SPOSATI, A. (coord). **Mapa da exclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.

TEIXEIRA E HOLZMANN, Empreendimentos imobiliários. **Golden Hill Residence**. Londrina: 2007. Fonte *on line* disponível em: <http://www.goldenhillresidence.com.br/> Capturado em janeiro de 2008

VAINER, C. B. Estado e migrações no Brasil. In: **Travessia**. Janeiro-Abril. 2000. P.15-31.

LISTA DE DOCUMENTOS ON LINE

BRASIL. Câmara dos Deputados, Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, Caixa Econômica Federal. **Estatuto da Cidade**. Instituto Pólis Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações. Brasília: 2002. 2a edição. Fonte on-line disponível em: <http://arara.londrina.pr.gov.br/homenovo.php?=&planejamento&item=estatutocidade>, capturado em novembro de 2006.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Programa Bolsa Família**. Brasília (DF): MDS. 2006. Fonte *on line* disponível em : http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/, capturado em janeiro de 2008.

DIREITONET. Dicionário Jurídico. 2007. Fonte *on line* disponível em: http://www.direitonet.com.br/dicionario_juridico/x/25/00/250/, capturado em janeiro de 2008.

LONDRINA, Prefeitura Municipal de. **Mapa de Zoneamento Urbano**. In: Perfil 2004. Londrina, 2004. Fonte *on line* disponível em: http://www.londrina.pr.gov.br/ippul/plano_diretor/imagens/zoneam-a2_amp.jpg, capturado em novembro de 2006.

LONDRINA, Prefeitura Municipal de. **Município de Londrina Divisão Distrital**. In: Perfil 2004. Londrina, 2004. Fonte *on line* disponível em: <http://arara.londrina.pr.gov.br/planejamento/perfil/perfil2004/>, capturado em novembro de 2006.

LONDRINA, Prefeitura Municipal de. **Lei Orçamentária 2005**. Londrina: PML, 2005. Fonte *on line* disponível em: http://www.londrina.pr.gov.br/lei_orcamentaria2005/adm_direta/24encargos.htm, capturado: 12 julho de 2007.

LONDRINA, Prefeitura Municipal de. **Política Municipal de Habitação**. Londrina: UEM: COHAB-LD/ Estado do Paraná e Programa Habitar Brasil/BID- DI. 2006. Fonte *on line* disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/gabprefeito/gestao/habitacao.php>, capturado em novembro de 2006.

PARANÁ, Governo do. **Leite das Crianças**. Curitiba. 2003. Fonte *on line* disponível em: <http://www3.pr.gov.br/leite/apresenta.php>, capturado em janeiro de 2008

TEIXEIRA E HOLZMANN, Empreendimentos imobiliários. **Golden Hill Residence**. Londrina: 2007. Fonte *on line* disponível em: <http://www.goldenhillresidence.com.br/>, Capturado em janeiro de 2008

WIKIMAPIA. **Vista aérea da Poligonal Turquino/Maracanã**. 2007. Fonte *on line* disponível em: <http://wikimapia.org/>, capturado em julho de 2007.